



**UNICAMP**

**ARIEL ROLIM OLIVEIRA**

**ANGOLA EM GUERRAS: JONAS SAVIM BI E AS  
LINGUAGENS DA NAÇÃO**

**CAMPINAS**

**2013**





UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ARIEL ROLIM OLIVEIRA**

**ANGOLA EM GUERRAS: JONAS SAVIMBI E AS LINGUAGENS DA NAÇÃO**

**ORIENTADOR: PROF. DR. OMAR RIBEIRO THOMAZ**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NA  
ÁREA DE ANTROPOLOGIA SOCIAL.**

ERRATA: Onde se lê "... título de mestre na área de antropologia social", leia-se "...título de mestre em antropologia social".

**CAMPINAS**

**2013**

**Prof. Dra. Fátima Regina Rodrigues Evaristo**  
**Coordenadora da Comissão de**  
**Pós-Graduação / IFCH / UNICAMP**  
**Matrícula: 174947**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH  
UNICAMP

OL4a	<p>Oliveira, Ariel Rolim, 1986- Angola em guerras: Jonas Savimbi e as linguagens da nação / Ariel Rolim Oliveira. -- Campinas, SP : [s. n.], 2013.</p> <p>Orientador: Omar Ribeiro Thomaz. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Savimbi, Jonas Malheiro, 1934-2002. 2. Alteridade. 3. Estado Nacional. 4. Angola – Política e governo, 1975- 5. Angola – História – Guerra Civil – 1975-2002. I. Thomaz, Omar Ribeiro, 1965- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
------	---

Informação para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** Angola in Wars: Jonas Savimbi and the languages of  
the nation

**Palavras-chave em inglês:**

Alterity

National state

Angola – Politics and government, 1975-

Angola – History – Civil War, 1975-2002

**Área de concentração:** Antropologia Social

**Titulação:** Mestre em Antropologia Social

**Banca examinadora:**

Omar Ribeiro Thomaz [Orientador]

Rita de Cássia Natal Chaves

Paula Montero

**Data da defesa:** 25-03-2013

**Programa de Pós-Graduação:** Antropologia Social

ARIEL ROLIM OLIVEIRA

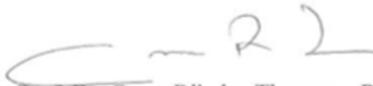
## Angola em guerras: Jonas Savimbi e as linguagens da nação

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social sob orientação do Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 25/03/2013.

### Comissão Julgadora:

#### Titulares:



Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz – Presidente (UNICAMP)



Prof. Dra. Paula Montero (USP)



Prof. Dra. Rita de Cássia Natal Chaves (USP)

#### Suplentes:

Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP)

Prof. Dra. Marta Denise da Rosa Jardim (UNIFESP)



Seria voltar à questão das "autoridades tradicionais", às elites locais, portanto: [os mandatados] saem das estruturas políticas endógenas para integrar-se nas centrais, integram Estado / Poder / Partido... para representar o quê ou quem? O "povo" donde emergem ou a administração a qual se articulam? A sua actuação filia-se aonde, reproduz o quê? Só pode ser a mudança, não será? Mas então porque insistir que exprimem, que representam o povo?

(Ruy Duarte de Carvalho, *Actas da Maianga: dizer das guerras, em Angola*)



Dedico este trabalho a Barbara, a Iracema e à memória de  
minha mãe, Jane.



## RESUMO

O líder político Jonas Savimbi ocupou uma posição privilegiada de observação dos entrecruzamentos das linguagens segundo as quais se lutou a guerra em Angola. O nexos entre as esferas global e local do conflito, incluindo aí seus diferentes códigos de reportagem, pode ser apreendido a partir da análise das lideranças – entendidas aqui, não como indivíduos, mas como catalisadores de “comunidades imaginadas”. Atento ao plano das estratégias dos agentes que, mesmo se relacionando a referências discursivas inconciliáveis e irredutíveis umas às outras, na prática, conformaram uma rede de inimizades produtiva – e aí surge uma dimensão completamente desvinculada dos modelos e discursos. A questão que coloco aqui é em que medida a noção de “inimigo” como categoria de alteridade no plano das relações práticas, entrevista nos discursos de Savimbi, pode nos ajudar a compreender o cenário de disparidades e a multiplicidade de formas de conflito que o caso angolano comporta. Volto-me aos códigos mobilizados por cada um dos contendores na significação da luta como condição para que, fugindo dos preceitos dos modelos a que cada um se reporta nesse processo, possamos ver a guerra como uma arena de interações onde os atores se comunicam ou, ao menos, se reconhecem (no duplo sentido do termo) para melhor lutar. Sigo a hipótese de que a guerra tenha sido uma rede prática de trocas violentas (jamais simétricas) não só de projéteis, mas também de nomes e códigos entre os contendores que iriam moldar de forma decisiva o imaginário nacional angolano – um país cujas fronteiras mais ou menos arbitrárias haviam sido herança direta do colonialismo português. Nesse sentido, cada uma das partes em disputa necessitava criar um discurso nacional unificador – concorrente ao rival. Os beligerantes mantinham uma esfera de aliança tácita, mas não expressa, em torno da construção e manutenção da plausibilidade nacional.

**Palavras-chave:** 1. Savimbi, Jonas Malheiro, 1934-2002; 2. Alteridade; 3. Estado Nacional; 4. Angola – Política e governo, 1975-; 5. Angola – História – Guerra Civil – 1975-2002.



## ABSTRACT

The political leader Jonas Savimbi has occupied a privileged observing position of the language crossings according to which the war in Angola was fought. The nexus between global and local dimensions of this conflict (the different codes of report there included), can be apprehended from the analysis of the leaders – understood, here, not as individuals, but as catalyzers of “imagined communities”. I focus on the plan of the agents’ strategies that, even if in relation to irreconcilable references of discourse to one another, in practice, comprehend a productive net of enmity. Therefore a dimension completely detached from models rises. The question I pose here is: in which measure the notion of “enemy” as a category of alterity on the plan of practical relations – glimpsed in the speeches of Savimbi – can help us to understand the set of disparities and multiplicity of ways of conflict that the Angolan case bears? I turn myself to the codes mobilized by each of the contenders to ascribe meaning to the fight as a condition – escaping the tenets of the models to which each one reports in this process – for us to see the war as an arena of interaction where de actors communicate or, at least, acknowledge (in the double meaning of the term) themselves to better fight. I follow the hypothesis that the war has been a practical net of violent (and never symmetrical) exchange not only of bullets, but also of names and codes between contenders who would engrave the imagery of Angola in a decisive way – a country which its more or less arbitrary borders had been a direct heritage from the Portuguese colonialism. In this sense, each part in the dispute needed to create a rival national unifying discourse. The belligerents kept a level of tacit alliance, though not expressed, around the construction e maintenance of national plausibility.



## **Agradecimentos**

Agradeço, antes de mais nada, ao CNPq, cuja bolsa propiciou a condução desta pesquisa. A Omar Thomaz, meu orientador, agradeço a vivacidade com que sempre instou seus alunos. Ainda entre os docentes da Unicamp, agradeço especialmente a Suely Kofes – arguidora da qualificação –, Emília Pietrafesa e Heloísa Pontes, cujas disciplinas compuseram uma etapa importante tanto para minha formação geral como para o delineamento da pesquisa. Além de importante professor, John Monteiro foi também generoso no momento crucial em que tive de ir aos Estados Unidos para pesquisa bibliográfica indispensável. Suas cartas abriram muitas portas. Agradeço a Rita Chaves e Paula Montero, arguidoras zelosas na defesa desta dissertação. Paula Montero também acompanhou a pesquisa desde seus primeiros esboços e em mais de uma ocasião contei com seu acolhimento intelectual e rigor vivificante. Marta Jardim, amiga e mestre, me introduziu no campo africanista e indicou os primeiros passos que levariam a concepção desta pesquisa. Kelly Silva, da UnB, me recepcionou e ajudou num momento importante. Em Nova York, o curso sobre nacionalismo e etnicidade, ministrado por Patricia Mathews-Salazar na CUNY entre 2010 e 2011 foi inspirador e muito contribuiu para o alargamento do horizonte da pesquisa.

Gostaria de fazer um reconhecimento especial à atenção e presteza dos funcionários das bibliotecas da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, da Casa das Áfricas, em São Paulo e da Columbia University, em Nova York – especialmente prestativos e solícitos. Agradeço ainda às bibliotecas da Unicamp, Biblioteca Pública de Nova York, biblioteca da Northwestern University, sem as quais não teria acesso ao material necessário (nem todo ele diretamente transparecido neste trabalho). Os colegas africanistas da Unicamp Giovanni Grillo e Diego Marques foram diálogos importantes em diferentes momentos. Filipe Calvão, da Universidade de Chicago, Luena Pereira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e Bruno Sotto-Mayor, do Museu Nacional também foram importantes interlocutores angolanistas. A Sandro Vieira, pesquisador angolano, agradeço a paciência nos apontamentos iniciais, quando eu ainda abordava o assunto. A Erik Peitschelles, colega de mestrado, agradeço a amizade e confiança. Agradeço aos meus avós, Paulo de Tarso e Glécia, bem como a meu pai, Paulo Roberto, pelo apoio e conforto em diferentes momentos. E também a minha irmã, Mirna, cujo carinho e disposição foram cruciais em um momento difícil.

Agradeço, por fim e sobretudo, a Iracema Dulley, companheira e mentora durante a totalidade da condução desta pesquisa, sem quem certamente eu não reconheceria nem meu trabalho e nem a mim mesmo no momento em que concluo estas páginas. Barbara Dulley manteve e mantém aceso em mim o compromisso com a vida.

## SUMÁRIO

I - Introdução.....	5
II – Savimbi: o homem entrevistado .....	17
III – A guerrilha: traições e pragmatismo .....	29
Flertes com a FNLA/UPA e o MPLA.....	29
A formação da UNITA .....	36
Operação Madeira.....	40
A independência anunciada e a questão dos brancos.....	52
IV – Independência, fuga e recuperação.....	61
A “Grande Marcha” .....	64
Recuperação .....	66
Em Luanda .....	68
A Revolta Nitista e as decepções da unidade .....	69
Agostinho Neto: estimado inimigo .....	73
As missões e igrejas.....	75
Guerra de versões .....	78
V – As procurações .....	83
Força atrai força.....	83
O mercado de inimigos e o papel de Jonas Savimbi como mediador .....	85
A culpa é de quem chegou primeiro .....	94
Guerra por credibilidade: minério, mercenários e reféns .....	97
VI – O “Povo”, a “Nação” e o fim. ....	101
O proto-Estado UNITA.....	101
“Tribalismo” universalizante e “folhas de papel em branco”.....	109
As comunicações na recusa: os inimigos indiretos.....	112
Acordos de Bicesse e eleições, afinal .....	121
A primeira guerra e as duas segundas.....	126
Isolamento e diamantes.....	131
Expurgos e autocracia.....	133
O “Povo” e as “missões”.....	135
GLOSSÁRIO E MAPAS.....	141
REFERÊNCIAS.....	147



## I - Introdução

Savimbi é interessante. Liderando o mais fraco dos movimentos quando da independência, quase totalmente desbaratado, ele chegou a controlar sob uma organização bem estruturada mais de dois terços do país, com grande visibilidade internacional; para depois cair em descrédito e isolamento, sobrevivendo do mercado ilegal de diamantes, até a derrocada final. Tudo isso em menos de trinta anos. O que isso nos diz acerca do conflito pela formação do Estado-nação em Angola e das variantes linguagens por qual foi lutado? O que nos diz acerca dos papéis ocupados pelos outros atores que vieram a permear o conflito? Por que Luanda permaneceu incontestável? Por que o governo de seu inimigo – a que acusava de ilegítimo – foi paulatinamente ganhando crédito? Por que o “Povo” não o elegeu da forma esmagadora que se esperava? Savimbi teve de se avir com tudo isso e dar alguma resposta. Ao voltar-me para textos e discursos de líderes como Savimbi, em que uma dimensão autobiográfica está indissociável do aspecto político-ideológico, procuro lê-los a contrapelo em busca dos diferentes posicionamentos que um agente é levado a assumir nos momentos críticos de sua trajetória.

Quem foi Jonas Savimbi? Essa é uma pergunta a que não pretendo responder aqui. Qualquer tentativa nesse sentido seria, a meu ver, uma incursão em um reino de subjetividades que não domino. Não domino, talvez, precisamente, porque a figura de Savimbi envolveu-se de grossos véus de discursos seus e acerca de si – um mais inescrutável do que outro se elegêssemos qualquer parâmetro de verdade a se desvendar. A guerra (ou as guerras) em Angola já foi objeto de diversas obras – algumas relacionadas aqui – e não é meu intuito trazer à tona nenhuma nova revelação sensacional ou mostrar alguma verdade teimosa que se escondera embaixo de nossos narizes. Trabalho aqui com afirmações e discursos desse líder político que foram de ampla circulação e não contêm em si nenhuma novidade para aqueles que se debruçaram sobre essas questões. O que, então, faço aqui? Creio que trabalho com nexos. Nexos que numa guerra como a que houve em Angola – e voltarei a isso depois também – podem ser difíceis de discernir quando diante de toda a grandiloquência das ‘verdades universais’ e ‘últimos recursos’ sobre os quais cada lado se fragmenta e se jura mutuamente de morte (i.e. quando nos colamos aos discursos). Será possível, afinal, divisar se não uma unidade dos fenômenos, ao menos um espectro de correlação entre tantas variáveis dispersas ao entendimento? Creio que sim. Mas aqui volto a Savimbi, não como homem, não como indivíduo. Ao elegê-lo como foco privilegiado de

minhas considerações sobre o conflito angolano, agarro-me àquilo que acho que me traz de precioso: uma posição privilegiada de observação dos entrecruzamentos das linguagens segundo as quais se lutou a guerra. E Savimbi era, como todos sabem, um homem que conhecia línguas. Um herói de nobre índole, dizem uns. Um mentiroso inescrupuloso, dizem outros. Contraditório em diferentes afirmações, certamente. Não importa. O que Savimbi disse, verdadeiro ou mentiroso, em cada momento da guerra, é de sumo interesse para a compreensão, se não dos eventos no seu puro acontecimento, ao menos daquelas coisas que então faziam sentido e eram importantes de serem ditas e ouvidas – um verdadeiro mapa e termômetro de questões em voga. Savimbi e a guerra, um não faz sentido sem o outro.

Liderando uma guerrilha que recrutava principalmente pessoas do interior para lutar contra um inimigo identificado principalmente como oriundo de Luanda, Savimbi acusara Agostinho Neto e o MPLA – do qual esse era presidente – de liderar um regime de “crioulos” perpetuadores do colonialismo. A própria retórica marxista progressista deste partido, que preconizava um angolano universal, liberto de ‘tribalismos’, ajudou a acirrar uma crescente polarização discursiva entre os dois movimentos. Do ponto de vista do interior, e não o de Luanda, essa polarização, de certa forma, talvez já pudesse ser entrevista na diferença segundo a qual as missões protestantes e católicas – que gerariam, via-de-regra, a nata de angolanos educados que compuseram os quadros dos movimentos de libertação – atuavam. Se as missões católicas, mais afeitas às autoridades coloniais, enfatizavam mais a universalidade do regime pelo caminho da possível assimilação de seus rebentos africanos, as missões protestantes, mais isoladas, sempre deram maior ênfase à particularidade – e veremos que esse detalhe não é nada desprezível para o caso de Savimbi e outros como ele, cujas trajetórias foram intimamente afetadas pela passagem nas missões. Mas, mesmo do ponto de vista do interior, Luanda ainda permaneceria como o lócus de poder indispensável para o reconhecimento internacional e legitimidade dos movimentos pretendentes ao poder de estado. E Luanda, cidade “crioula”, era irremediavelmente pró-MPLA. Veremos que a sobreposição de questões étnicas e ideológicas, se bem que de suma importância, não obliterariam essa oposição fundamental, ao mesmo tempo anterior e posterior aos discursos. Ao longo deste trabalho, sugiro em diferentes momentos formas pelas quais esse reconhecimento do MPLA como continuador do colonialismo pôde fazer sentido para aqueles que o viam a partir do interior de Angola – a partir principalmente de Savimbi, intérprete e compilador privilegiado, precisamente porque tendencioso e enviesado.

Bem como, claro, por contraponto, muitas ocasiões de se divisar um Savimbi oportunista e uma UNITA reacionária.

Uma vez deslocada a atenção dos rótulos, creio ser possível também remeter a outras sobreposições já denunciadas por uma historiografia menos formatada. Por exemplo, o tratamento das guerras de libertação ('guerra colonial' para os portugueses) e a guerra civil que se seguiu como fenômenos estanques e alheios um ao outro, como se a mudança do inimigo formal e declarado tivesse mesmo alterado a própria natureza do conflito. Informado por essas contribuições, procuro elementos em Savimbi – e aqui também se entenda seus detratores e enaltecidos, igualmente eloquentes – que mostrem na filigrana como esses dois “momentos” são inextricavelmente indissociáveis um do outro. Mais, creio que estão permeados pela mesma questão básica – o poder de Estado e as formas de legitimá-lo –, aí configurando um único conflito a despeito das configurações oficiais e de atores reconhecidos. A independência, como procuro demonstrar, não foi um grande divisor de águas no conflito angolano, mas antes uma reconfiguração do jogo em face da introdução de novos atores e linguagens. A independência, de certa forma, com o hiato do governo transitório proporcionando o vácuo de poder deixado pelos portugueses, proporcionou a primeira escalada do conflito que ainda engolfaria milhões – e os portugueses, aqui, como todos os demais elementos convencionados da trama, claro, não foram atores nem coesos nem neutros nesse processo. Em sites da internet de livre acesso, como o Youtube, é possível – mais uma vez sob o privilégio da paz – ver diversos vídeos em que o almirante Rosa Coutinho, eminência parda portuguesa por trás do governo transitório, admite expressamente ter favorecido o MPLA. Bem, volto-me aos discursos não como manifestação de verdade ou intenção, mas como aquilo que creio que realmente são: posicionamentos estrategicamente orientados e informados de suas contrapartes. Deixemos por ora, no entanto, Savimbi e vejamos, pois, um pouco mais da guerra.

Pode-se explicar uma guerra? Pergunta ambiciosa em face da multiplicidade de formas e fenômenos que o termo pode abranger. Circunscrevendo-se o objeto ao caso da guerra que grassou em Angola durante quarenta anos, como ela pôde ser explicada? Uma guerra de libertação contra um opressor exógeno? Um movimento estratégico do xadrez internacional em plena guerra fria? Uma frente internacionalista para a libertação dos povos e em direção ao progresso da humanidade? Uma guerra de guerrilhas capaz de subverter conceitos e táticas estabelecidos no interior de exércitos e doutrinas convencionais, forçando uma releitura de todos

os objetivos estratégicos? Uma insurreição local de baixa intensidade na qual não se poderia intervir senão de maneira comedida – “limitada”, como foi canonizado na teoria bélica do período – e prescrita pela diplomacia internacional após o advento da ameaça nuclear e do ‘equilíbrio do terror’? Um conflito inter-étnico próprio à especificidade histórica local – requerendo, portanto, uma abordagem fora de chaves “forasteiras”? Uma guerra no âmbito de uma geopolítica regional definida pelo legado colonizador e pela ambição de países vizinhos? Uma guerra pela disputa de reservas minerais estratégicas e, portanto, economicamente motivada? Uma guerra civil com ignominiosas consequências humanitárias, dirigidas por líderes inescrupulosos e ambiciosos e seus sequazes, espalhando a destruição e a miséria em surtos de caos e terror? Ou uma guerra profissional, uma boa oportunidade para aqueles dispostos a pegar em armas a soldo por causas de outrem em um negócio multimilionário? Muitas abordagens possíveis de óticas de conflitos diferentes e dificilmente conectadas entre si, se assumidas as premissas e colocado o problema segundo os termos específicos que cada uma sugere, ou aceitos os pressupostos das categorias a que aludem. Mas são todas plausíveis no caso angolano. Em cada caso, há leituras do conflito aparentemente desconexas entre si, respaldadas cada qual por um acervo de significados conferidos por diferentes discursos, narrativas, categorias e outras referências que aparentemente não se tangenciam. Como explicar essa concatenação de elementos que seriam supostamente incompatíveis? A referência a determinados atores em um local e período histórico definido e registrado não basta para circunscrever a forma de análise, como se dizer que o fato é consumado já fornecesse uma explicação autoevidente.

Nesse ponto, volto-me para a obra de Günther Schlee (2008), antropólogo alemão que – com sua abordagem do conflito e de uma alteridade da inimizade, mostrando como inimigos relacionam-se entre si em uma esfera sistêmica ampliada –, contribui para a análise das relações violentas no rol dos fatos sociais, consideradas muitas vezes, mesmo em âmbito acadêmico, somente pelo seu aspecto negativo (no sentido lógico de negação). Trabalhando como consultor da ONU durante a guerra civil na Somália, Schlee, quando deparado com o fracasso dos processos de reconciliação e criação de um governo de transição, fornece-nos um exemplo flagrante de como o conflito pode reproduzir os seus próprios termos na manutenção de interesses coadunados com as dinâmicas aí instauradas, sabotando as tentativas de entendimento em diversos níveis. A partir da análise de diversos exemplos etnográficos da região do Chifre da África, ele conclui que a etnicidade – elemento amplamente constituinte de bandeiras de luta

entre inimigos na atualidade – não pode existir a menos que um grupo tenha consciência dela. Conclusão aparentemente óbvia, mas que, na prática, significa que a diferença, enquanto estandarte, é assumida (ou elegida) depois de instaurado o conflito numa articulação política. Isso implica que diferenças que até então não seriam consideradas relevantes – especialmente de ordem linguística – são resgatadas *ad hoc*; o que vai ao encontro de uma série de evidências de frequentes conflitos de alta intensidade em que as diferenças são aparentemente pequenas se assumida a sua expressão pré-guerra. Poder-se-ia constatar, antes, que os conflitos ocorrem surpreendentemente entre grupos semelhantes e que homogeneidade cultural não é garantia de harmonia. Os conflitos podem instaurar-se articulando um mesmo sistema cultural de signos onde a diferença, na forma de subsistemas, retrata a tomada de posições entre inimigos/aliados (que estão aqui, note-se, no mesmo plano de continuidade interativa) que se conhecem e partilham significados – a totalidade a ser analisada vai, portanto, além dos limites dos supostos grupos<sup>1</sup>.

O conflito pode deixar de ser visto como um espaço de relações de não entendimento e assumir os contornos de um jogo violento de concerto e produção de diferenças (não resultado delas). Os estandartes passam a ser vistos como constante reconfiguração no interior de uma relação de inimizade. As fronteiras identitárias podem ser remodeladas segundo o ponto de vista do observador – etnicidades podem ser criadas ou ocultadas, operando “pontes” e fornecendo margens para a manipulação intergeracional de pertença<sup>2</sup>. Entretanto, destaca Schlee, deve haver um grau de plausibilidade nesse processo de construção que se reflete diretamente nos esforços de reportagem de reportar-se a raízes históricas antigas como matéria-prima para reivindicações políticas, mas esse é um movimento do presente para o passado e não o inverso.

Essa remissão a genealogias eletivas segundo uma agenda política contemporânea também é apontada por Mahmood Mamdani (2009) com relação às elites e “tribos” envolvidas nas guerras recentes do Sudão. No entanto, tanto Schlee como Mamdani alertam para o fato de que as alianças não dissolvem as fronteiras de grupo, sequer as borram; estas são, ao contrário, realçadas e reafirmadas, conformando diferentes graus de contrato no pertencimento à aliança – um denominador comum capaz de tornar coesa uma coalizão marcada por diferenças internas.

---

<sup>1</sup> É possível remeter à influência do pensamento de Leach no que se refere à ideia de uma estrutura social abarcadora de variações estratégicas, na qual a alternância das partes é o princípio constitutivo do todo, notadamente em *Political Systems of Highland Burma* (2004).

<sup>2</sup> Esse padrão já havia sido analisado anteriormente por Eriksen (2010).

Ainda assim, as alianças são eletivas e sempre implicam alguma sintonia extracontratual. Elementos não contratuais das alianças – para além de considerações estratégicas – envolvem a gama disponível de aliados potenciais e sua proximidade simbólica “qualitativa” na regulação de inclusões e exclusões conforme as necessidades e interesses. As estratégias de inclusão e exclusão sempre remetem a uma dimensão relacional entre os grupos em interação (não é possível compreendê-las se tomados os grupos separadamente) onde há uma torção dos campos semânticos dos grupos, modificando as estruturas (ou a forma de remissão a elas) para compatibilizar os discursos – o que não implica uma mesma significação. As identificações abrem diferentes possibilidades de categorização que se sobrepõem de formas diversas – surgem novas combinações sintagmáticas de elementos paradigmáticos de identidade, por exemplo: língua, religião, classe, nacionalidade, grupo etário, clã e – importantes para o caso angolano – filiação política e ideologia. Os critérios de legitimação identitária, segundo seus condicionamentos sociais, vão mudando conforme o contexto histórico e as agendas políticas. Essa alteração relacional de critérios proporciona também a reconfiguração contingente de alianças e inimizades – os recursos de inclusão e exclusão podem ser acionados de acordo com essa virtualidade dos “laços transversais” entre os grupos, tanto para prevenção quanto para a escalada do conflito.

Nesse sistema mais amplo, haveria um nível de entendimento partilhado através das diferenças no concerto de normas e valores distintos. Ou seja, ainda que significados e valores diferentes sejam atribuídos às mesmas coisas, em um nível “metacultural” é possível pensar em entendimento e acordos. Trata-se de reconhecer inimigos/aliados virtuais em um mesmo sistema social. Os inimigos entendem-se uns aos outros na medida mesmo em que a própria dinâmica do conflito impõe o empréstimo de expedientes. No caso angolano, é fácil constatar como ao passo que as estratégias precisam ser ocultadas, complementarmente precisam ser espionadas – corridas armamentistas são acompanhadas por corridas de significado que por sua vez ensejam disputas de legitimidade (recurso de acesso ao poder, por si só também um recurso) para as quais as armas são empregadas. Vantagens rivais, inclusive simbólicas, precisam ser conhecidas e apropriadas sob pena de morte na necessária dissuasão do oponente – verdadeira alteridade negativa em que pôr em mira é reconhecer reflexivamente.

Se considerado um nível de trocas mais amplo que englobe a guerra e com uma positividade sistêmica própria, pode-se constatar que em muitos casos procura-se romper os

ciclos de prestações e contraprestações violentas através de reiterados esforços, mas que, no entanto, sob a pena de fracasso (como em Angola e em outros casos), não podem negligenciar os fatores que lhes são próprios. Ao se desmistificar a guerra, não a considerando como negatividade moral de uma paz naturalizada, explicitando seus princípios sistêmicos presentes desde a “paz” (uma instância do conflito em que ainda não se puxavam gatilhos), pode-se pensá-la como fato social e, portanto, avir-se com ela enquanto tal – o que não seria possível se a pensássemos como caos ou malogro. A questão que coloco aqui é em que medida a noção de “inimigo” como categoria de alteridade no plano das relações práticas, tal qual é construída nos diferentes momentos da guerra e entrevista nos discursos de Savimbi, pode nos ajudar a compreender o cenário de disparidades e a multiplicidade de formas de conflito que o caso angolano comporta. Uma vez caracterizado o conflito angolano como uma guerra assimétrica em vários níveis (não somente no geopolítico e militar), me volto aos códigos mobilizados por cada um dos contendores na significação da luta como condição para que, fugindo dos preceitos dos modelos a que cada um se reporta nesse processo, possamos ver a guerra como uma arena de interações onde os atores se comunicam ou, ao menos, se reconhecem (no duplo sentido do termo) para melhor lutar. Com isso, não quero escamotear o caráter patentemente destrutivo e violento desse conflito que, no limite, pretendeu a uma imposição total de sentidos e à aniquilação da diferença (ainda que essa tenha sido em grande parte criada no seu decurso). Ao analisar essa prática, trata-se de reconhecer as operações simbólicas produtoras dos códigos que regulam a relação – imprescindível inclusive se se pretende denunciar seu aspecto destrutivo.

Sigo a hipótese de que a guerra tenha sido uma rede prática de trocas violentas (jamais simétricas) não só de projéteis, mas também de nomes e códigos entre os contendores que iriam moldar de forma decisiva o imaginário nacional angolano – um país cujas fronteiras mais ou menos arbitrárias haviam sido herança direta do colonialismo português. Nesse sentido, cada umas das partes em disputa necessitava criar um discurso nacional – concorrente ao rival – englobante das diferenças, mas unificador. Ou seja, ainda que milhares de angolanos morressem em campo de batalha e por decorrência da guerra, os beligerantes mantinham-se escrupulosamente fiéis um ao outro na aliança tácita em torno da construção e manutenção da plausibilidade nacional – o que talvez nem fosse possível lograr com igual sucesso, não tivessem eles a justificativa da guerra à disposição. Se eram inimigos na disputa pelo poder de Estado e

pelo acesso a braços e mentes, eram aliados ao imaginar e afirmar a nação. Uma fronteira externa nunca faz mais sentido do que quando em uma guerra interna.

Para tanto, atento ao plano das estratégias dos agentes que, mesmo se relacionando a referências inconciliáveis e irredutíveis umas às outras, na prática, conformaram uma rede de inimizades em que cada ator identifica-se relacionalmente ao acervo de inimigos forjados na relação violenta – e aí surge uma dimensão completamente desvinculada dos modelos e discursos. Trata-se evidentemente de uma troca assimétrica em desequilíbrio que se retroalimenta, sendo esse o *modus operandi* do sistema. Embora no plano dos discursos haja uma recusa do ponto de vista do outro, sua referência prática – em comunicação tácita violenta – está indissociavelmente relacionada ao outro: se de um lado, por exemplo, combatiam-se os “imperialistas” ou “tribalistas” refratários ao progresso e à libertação do povo como um todo (acusações à UNITA), de outro, o inimigo era também um “imperialista” herdeiro de um esquema colonial que visava suprimir as tradições e diferenças regionais em um esquema de aliciamento do trabalho (acusações ao MPLA). Ora, essas imagens do inimigo, projetadas entre si, dependiam umas das outras para se sustentarem numa correlação de armações constitutivas de cada um dos atores. As diferentes posições parecem ter se valido de um repertório disponível para a significação do inimigo a partir de um acervo histórico auferido desde as guerras de pacificação na instauração do colonialismo mas não só, também introduzindo novas linguagens no seu bojo, como aquelas cuja premência de apoio no ambiente da Guerra Fria impunha.

Minha abordagem, como disse, se diferencia de uma voltada para entender exclusivamente os discursos, mas se volta também para eles na medida em que exerceram um papel importante no contexto desses posicionamentos. Entendo Savimbi e outros agentes, entrevistados a partir dos documentos, como atores social e culturalmente situados, condicionados por um contexto e em relação com outros agentes no conflito angolano. O papel distintivo de cada um deles na guerra é o que permite pensar para além de um conflito determinado internacionalmente pela guerra fria ou por seus aspectos locais ou étnicos. Acredito que pensar em “práticas” permite escapar a recorrentes armadilhas tipológicas. Parece-me que a noção de “campo” tal qual cunhada por Bourdieu ao longo de sua obra, permite entrever os conflitos como uma disputa na prática por legitimação de significados e categorias; um procedimento desembaraçado, por exemplo, das vicissitudes estruturais de modelos prescritivos da ação, condicionados segundo variáveis concebidas *a priori*, em se tratando de um contexto de

imbricação de códigos. A pleora de desdobramentos da experiência, sobretudo em um contexto de interação violenta, parece minar o potencial heurístico de um modelo redutor, seja com relação à iniciativa de indivíduos manipuladores, investidos de poder de decisão, seja com relação àquela ordem de fenômenos de eminente condicionamento social (se é que se possa delimitar uma coisa ou outra de forma rigorosamente excludente).

Neste ponto, me aproximo daquilo que Peacock e Holland (1993) chamaram de “abordagem processual”, em que se assume a narrativa e a experiência como parte de um todo indissociável no processo de moldar um evento a partir das interações sociais. A ênfase recai numa apreciação multidimensional das *stories* (sem a conotação de verdade positiva que o termo *histories* carrega) como construções em um sistema coletivo de significados. Dessa forma, não se trata de perseguir verdades e denunciar mentiras, mas entender o porquê de uma declaração em determinado momento – e o que a torna relevante.

O nexu entre as esferas global e local do conflito, incluindo aí seus diferentes códigos de reportagem, pode ser apreendido a partir da análise das lideranças – entendidas aqui não como indivíduos, mas como catalisadores de “comunidades imaginadas”<sup>3</sup> e que, se têm poder de decisão, estão também constringidos por suas teias. Esses líderes aparecem sempre como pontos nevrálgicos a partir desse imaginário projetado entre suas organizações, as instâncias internacionais e a massa popular heterogênea inevitavelmente envolvida – um papel socialmente outorgado (e condicionado) de transposição entre códigos. Nesse ínterim, os líderes operam pontes de apropriação nativa da dinâmica internacional e, inversamente, de uma “nativização” dos atores exógenos, inserindo novos códigos e combinações no bojo de negociações violentas. Angrosino (1976), em sua análise da autobiografia de Albert Gomes, político destacado de Trinidad e Tobago durante o processo de descolonização inglesa no Caribe, aponta como esse tipo de material pode ser arbitrário na exposição das tramas e tender ao autoenaltecimento como artifício político de se apresentar um “ciclo de vida”. Aponta também, não obstante, como isso pode permitir uma maior apreciação dos processos políticos de nações na transição ao pós-colonialismo, uma vez que tais escolhas e expedientes revelam expectativas, padrões e permitem iluminar o complexo quadro de relações políticas regidas por diferentes “sistemas de valor”. Se, como faz Crapanzano (1984) em sua análise de histórias de vida, reconhecermos que a narrativa é um produto do encontro entre aquele que demanda e aquele que profere o discurso (relação que

---

<sup>3</sup> Noção cunhada de forma feliz por Anderson (1991) que não se restringe ao nacionalismo.

pode ser estendida para além do caso entre etnógrafo e informante, se pensarmos que politicamente cada discurso é endereçado), a causalidade entretecida dos eventos ali compilados pode ser vista como um artifício inerente a esse tipo de material – seja ele oral ou documental. Como ressalta o mesmo autor, versões diferentes podem indexar distintas posições sociais e interesses justapostos (Crapanzano, 1984:955). A interpretação residiria precisamente em conhecer e mapear essas noções e modelos locais pelos quais se conta a *story* para não correr o risco de tomar as dinâmicas das narrativas pelas dinâmicas sociais e deixar-se trair pelo método.

O que isso nos diz sobre o emaranhado de Angola? Antes de mais nada, como já foi dito, que a própria dinâmica dos acontecimentos escapa às versões e interpretações apregoadas nos discursos dos agentes. Porém, mais do que isso, testemunha-se, a partir dos documentos, como a própria correlação desses discursos se faz tendo em vista exatamente a postura assumida pelo rival, a despeito do que a intransigência dos seus termos com relação ao ponto de vista do inimigo sugeriria à primeira vista – cada um procurando deslegitimar o oponente enquanto representatividade angolana. Na recusa do entendimento sobressai, paradoxalmente, a construção de uma relação de forja mútua na qual a dimensão civil da guerra confere uma têmpera particular, uma vez que deveria ser ganha em várias frentes para ser realmente ganha.

Como discernir os diversos níveis discursivos? Não há respostas simples para essa questão. Mesmo porque, as vicissitudes do discurso estão também presentes ao se trabalhar com memória e relatos orais. Como frutos de encadeamentos políticos inerentes ao campo – proferidos por crentes e descrentes de promessas e mentiras, vítimas e algozes ou, talvez mais propriamente, algo entre ambos –, parece mais profícuo assumir os relatos existentes não como deturpações de uma realidade pura subjacente ou matéria-prima adulterada.

No que se segue, farei uma breve remissão aos capítulos deste trabalho e seus respectivos assuntos e linhas gerais de análise. No capítulo 2, “Savimbi: o homem entrevistado”, faço um breve relato acerca dos primeiros anos da vida de Savimbi a partir das poucas informações sobre esse período (quase sempre romanceadas), de modo a apresentar elementos marcantes de sua trajetória que iriam influenciar fortemente em eventos futuros quando sua visibilidade política assumisse grandes proporções.

No capítulo 3, “A guerrilha: traições e pragmatismo”, exploro os primeiros anos de Savimbi no interior dos movimentos de libertação e a forma pela qual veio a se tornar o líder da UNITA. É aí também que, à luz da consideração das diferentes alianças aparentemente

incongruentes, teço considerações acerca dos limites borrados entre a guerra de libertação e a guerra civil – com os movimentos já lutando entre si pela legitimidade de representação na futura nação. Também delinco a questão racial em Angola tal qual expressa nos discursos dos diferentes movimentos em disputa e considero a forma como a UNITA se volta aos brancos remanescentes no país.

No capítulo 4, “Independência, fuga e recuperação”, exploro o momento em que a UNITA, logo após a independência do país (proclamada em Luanda), quase desaparece como força combatente e é forçada a fugir para o interior (o que ficou conhecido como a “Grande Marcha”), mas no processo estreita laços com parcelas da população criando um novo impasse para o regime do MPLA, ainda lutando para se legitimar. É aí também que faço as primeiras considerações sobre o envolvimento de estrangeiros, sul-africanos e cubanos, e de como cada um dos movimentos fez um uso político e discursivo disso para reivindicar uma “guerra justa”. E tangencio a questão racial em Angola passando pelo episódio da Revolta Nitista e pelos expurgos no interior do MPLA. Nesse ínterim, me remeto à guerra de versões que se configurou entre os movimentos no sentido de legitimar-se perante a opinião pública internacional e minar a do adversário. Legitimidade devia ser também adquirida entre as próprias populações angolanas – esteio das aspirações políticas de cada um dos movimentos – e as exigências conflitantes desse jogo duplo entre as demandas externas e internas levaria a situações inesperadas. Exploro como esse uso das remissões ao inimigo interno e externo foi manipulado pela UNITA e pelo MPLA de modo a tirar o melhor partido da situação, e faço uma menção sobre o papel das igrejas e o uso da religião na sua justificação.

No capítulo 5, “As procurações”, volto-me especificamente para a relação dos movimentos com os seus ‘benfeitores’ estrangeiros. Aí exploro como o que ficou conhecido como “as guerras por procuração” não se restringiu de forma alguma a um condicionamento do conflito em Angola às linhas internacionais da Guerra Fria. Dentro dos limites de plausibilidade e manipulação, considero de que forma os dois movimentos utilizam-se desse ambiente para promover sua própria guerra segundo parâmetros internos. Aponto como a aliança aos blocos internacionais não foi um processo suave e tampouco óbvio desde seu início, antes sincronizando discursos paulatinamente no transcurso do próprio conflito. Nesse jogo, não parece ter havido condicionamentos e epifenômenos. Os interesses dos agentes das superpotências parecem estar tanto em causa e negociação como aqueles dos movimentos em busca de armas. Meu ponto,

esmiuçado de forma mais fina, é que isso era um contrato de mão dupla, e não dirigismo ou filantropia. Ao tecer considerações sobre as diferentes “procurações” em jogo, começo a tratar da exigência de se conformar uma ideia acabada de “Povo” pela qual cada um dos movimentos poderia respaldar-se tanto nas suas reivindicações políticas internas como na obtenção de credibilidade internacional determinante do volume de auxílio no esforço de guerra (e aí me volto brevemente para a querela sobre quem teria sido o primeiro “invasor” do país). E exploro as diferentes formas pelas quais os concorrentes condicionaram seus discursos a esse respeito e, juntamente com o expediente de um “inimigo externo” conferindo uma “guerra justa”, puderam escamotear a dimensão civil da guerra, contraproducente discursivamente. Voltando à questão da visibilidade internacional, menciono ainda o papel desempenhado pela presença de mercenários e reféns para as organizações e da crescente importância dos recursos minerais para a manutenção do seu esforço de guerra.

No capítulo 6, “Conclusão: o ‘Povo’, a nação e o fim”, começo por considerar o papel importante de Luanda como o lócus tradicional do poder de Estado e as implicações desse fato na trajetória política de Savimbi e da UNITA, orientados a partir do interior. A reificação e assunções de legitimação de categorias por reconhecimento tácito e antiguidade parecem ter desempenhado aqui um papel de não somenos importância. Discorro brevemente sobre o uso de maiúsculas nos discursos como pretensão de conferir substancialidade a instituições e ideias, bem como sobre as formas como as atitudes de Savimbi e seus posicionamentos foram variando à medida que essas cristalizações iam se sedimentando. Depois me volto para a estrutura de Estado da UNITA, em concorrência a do MPLA, e às formas de arregimentação e doutrina de populações – a criação do que seria “o angolano” para a UNITA. A partir disso, considero a forma como os dois movimentos aturam complementarmente, embora em frentes opostas, na conformação de um imaginário nacional e na ideia de cidadão e “Povo”. E, por fim, sugiro como um deslocamento identitário daí oriundo – flexibilizando as pertencas locais – pode, no longo prazo, ter contribuído para a derrota (ou ao menos a fragorosa não vitória) da UNITA nas eleições de 1992 e o início do seu ocaso devido a um fracasso persistente na adequação das linguagens que, até então, haviam sido a chave de seu sucesso.

## II – Savimbi: o homem entrevistado

Em 1961, quando o assalto à cadeia de Luanda recém marcara oficialmente o início da luta anticolonial do MPLA<sup>4</sup>, de um lado, e o massacre de colonos brancos no norte a luta da UPA, de outro, Savimbi foi à embaixada dos Estados Unidos em Berna, Suíça, anunciando ser o futuro presidente de Angola (MINTER, 1988:14). Denunciava o MPLA como um partido liderado por mestiços e sem apelo à maioria dos angolanos. Até este ponto são muito escassas as informações a respeito de quem teria sido esse indivíduo. Se aquilo que se sabe a respeito da primeira fase de guerrilha da UNITA já é sempre pautado pela controvérsia e reivindicações conflitantes dos movimentos, a história pessoal de Jonas Savimbi nos seus primeiros trinta anos de vida é objeto absoluto de especulações. Se não dispomos de fatos comprovados, no entanto, algumas dessas ‘alegações’ com relação a sua trajetória são interessantes precisamente por trazerem à tona as disputas nas quais se envolveria mais tarde. Se não é possível, aqui, portanto, reconstituir o indivíduo, é possível evidenciar a trajetória de suas versões, cujos relatos compõem um prolongamento das disputas angolanas. Não é possível atribuir caráter de ‘fato’ às histórias aqui compiladas. Esclareço desde já que não se trata aqui da história de Savimbi, mas de fragmentos de alegações e retalhos atribuídos a sua figura.

Savimbi tornou-se célebre por seu carisma junto às multidões. Alternando entre o camuflado militar com as três estrelas de general na boina vermelha, o sóbrio terno de estilo maoísta e a toga africana tradicional com bengala e anéis, ao dirigir-se em língua umbundu às multidões do planalto central angolano, sua corporalidade cativava a todos. Como afirma Bridgland, jornalista inglês que testemunhou seus comícios em Silva Porto (atual Kuito) e tornou-se seu principal biógrafo<sup>5</sup>: “A reação da multidão era espiritual, mais como um encontro de oração do que um ajuntamento político.” (BRIDGLAND, 1986:19)<sup>6</sup>. John Stockwell, agente da CIA responsável pelo envolvimento dos EUA em Angola que depois desertara, anos antes, já caracterizava Savimbi como carismático, mas comedido e sóbrio acerca das vitórias, sem os arroubos bombásticos de Holden Roberto – o líder da FNLA, concorrente da UNITA pelo seu

---

<sup>4</sup> Embora isso seja objeto de acalorada controvérsia, muitos apontando para a espontaneidade do evento e mesmo para gritos de “viva a UPA!” entre alguns manifestantes.

<sup>5</sup> O lançamento de ‘Savimbi: A Key to Africa’, com grande pompa, foi realizado na Antuérpia (mesmo destino de muitos dos diamantes que financiaram a UNITA).

<sup>6</sup> Para efeitos de fluidez do texto, todos os trechos de obras em inglês ou francês, doravante citados, foram traduzidos para o português. As traduções são minhas.

apoio. (STOCKWELL, 1978). Savimbi recebera pela parcela daqueles que o apoiavam o apelido de 'Molowini' – *filho do povo* em umbundu – e assim subscrevia suas cartas e diretivas para seus correligionários (VINICIUS; SALDANHA, 1977:47). O jornalista negro estadunidense, Leon Dash, que andara alguns milhares de quilômetros por território dominado pela UNITA durante vários meses e foi, provavelmente, o estrangeiro com maior presença no terreno na primeira fase de luta da UNITA após a independência e acompanhara o seu segundo congresso, afirmou que, aparentemente, não importava o que Savimbi dissesse. Contanto que falasse aos seus seguidores o que fazer, como fazer e quanto tempo lhes tomaria, eles o seguiriam (DASH, 1977). Bridgland (1986:328), também foi testemunha de seus comícios nos anos 1980, descreve-o agitando sua bengala de ébano e falando por até sete horas seguidas. Savimbi intercambiava português, o umbundu e o chokwe num mesmo discurso, de acordo quer com a quem destinava uma determinada afirmação, quer com o efeito que queria obter. Esse padrão se prolongaria também nos grandes comícios da campanha eleitoral de 1992, realizada também em Luanda, aos quais seus partidários mais próximos chegavam montados em triciclos *choppers* americanos e Savimbi – vestido como um astro do rap – subia ao púlpito desferindo *jabs* no ar como um boxeador (MAIER, 2007:69-73).

Angariando a admiração de observadores e ativistas políticos internacionais – muitas vezes impressionados com o seu domínio do inglês e do francês – Savimbi, qualquer que seja o julgamento moral de seus atos, foi, sem a menor dúvida, um grande articulador e comunicador.

Um dos primeiros visitantes da UNITA nos anos 1960 teria dito:

Savimbi é um homem capaz de exteriorizar contagiantemente os seus sentimentos, de conduzir tanto a guerra como a paz, de expor os mais graves problemas com cristalina clareza de forma, de molde a ser compreendido quer por eruditos, quer por populares; em contacto com as multidões cativa-as, ilustra-as, domina-as e, de repente, torna-se o seu ídolo e o seu chefe (apud. VINICIUS; SALDANHA, 1977:40).

Quando do primeiro grande ataque da UNITA aos portugueses em Teixeira de Sousa (atual Luau, no Moxico) no final dos anos 1960, certo periódico de Lisboa teria relatado de forma absurda que o líder deste movimento desconhecido, seria provavelmente de ascendência italiana (VINICIUS; SALDANHA, 1977: 15). Hoje, embora haja muito poucas informações acerca dos seus primeiros anos de vida, já contamos com informações mais certas. O homem nasceu em 3 de agosto 1934 em Munhango, pequena vila do Andulo às margens da ferrovia de Benguela. Junto de quatro irmãos, era filho de Helena Bundu e Loth<sup>7</sup> Savimbi que lhe

---

<sup>7</sup> Às vezes grafado 'Lote'.

transmitiram rígida educação religiosa. Loth foi o primeiro mestre de estação negro da ferrovia (BRIDGLAND, 1986: 23) e, por conta de um ambiente profissional hostil, passou a vida sendo transferido entre as remotas localidades ao longo da linha que cruzava o interior de Angola até a fronteira com a Zâmbia (então Rodésia do Norte) de onde prosseguia Zaire adentro (então Congo Belga). O avô paterno de Savimbi, Sakaita, – ou que, ao menos, ele reivindicava como avô (SAVIMBI, 1997:94) – havia sido um soba (chefe tradicional) que lutara, em 1902, no levante dos Bailundos (como eram conhecidos os Ovimbundu). Como represália, foi destituído de sua posição em meio às “guerras de pacificação” empreendidas pelo exército português.

Loth, ambicioso desde cedo, acaba por romper com um pai severo e avesso ao mundo dos brancos, para estudar numa missão protestante. Torna-se, então, adepto da Igreja Evangélica Congregacional de Angola, fundada e mantida por missionários norte-americanos. Esse é um ponto marcante, uma vez que nessas missões tivemos a gênese do que hoje podemos identificar como grupos políticos de resistência ao colonialismo no planalto central angolano. Jonas Savimbi afirmaria para Bridgland que lhe fora transmitida desde a infância a noção de usurpação e abuso dos portugueses a partir de seu pai. Mais tarde, Loth, cristão fervoroso, desistiria de sua vocação clerical para adquirir o estatuto de assimilado e pleitear emprego na ferrovia de Benguela junto à empresa Tanganyka Concessions. Savimbi ainda se referia a ele como ‘pastor’ (SAVIMBI, 1997:38), embora seus primeiros biógrafos (VINICIUS; SALDANHA, 1977:58) dissessem que Loth “coadunava” com os missionários. Galgando a hierarquia da empresa ao máximo permitido a um homem negro, não desistiu de sua missão evangelizadora (BRIDGLAND, 1986:26 e ss.). Amigo, entre outros, do pastor protestante negro norte-americano, Henry Curtis MacDowell, Loth fundou diversas igrejas-escolas no decorrer de suas transferências ao longo da ferrovia, o que renderia à família Savimbi respeito e prestígio entre os Ovimbundu da região.

Em 1942, quando Savimbi contava com oito anos, Loth, mais uma vez transferido, teria se reconciliado com Sakaita – ou assim alega Savimbi – o que teria lhe proporcionado o convívio com esse ancião que lhe ensinaria o umbundu (BRIDGLAND, 1986:29). Após a morte de Sakaita, quando Loth se aposentou e voltou a Lopitanga, próximo à missão do Atende (aldeia onde viviam a mãe de Savimbi e seus filhos que estudavam nessa missão), este entrou em atrito com Jonas. Savimbi, o filho, começava a esboçar os primeiros sinais de revolta com o sistema colonial. Em um jogo de futebol entre um time de negros contra um de brancos (no qual estava o

filho do administrador local), o juiz roubou abertamente em favor dos brancos e Savimbi, dono da bola, levou-a embora interrompendo o jogo (BRIDGLAND, 1986:30). A esta altura, Savimbi diz começar a ser influenciado em sua escola por Daniel Ekundi, o primeiro negro a sair do planalto central para fazer estudos secundários em Luanda. A Daniel Ekundi, Savimbi atribui posições polêmicas e francamente contrárias ao colonialismo (SAVIMBI, 1997:94-5). Mais tarde, em 1953, ele teria sido preso pelos portugueses por suas denúncias e morto em 1977 pelo MPLA, devido ao seu apoio à UNITA.

O rompimento com o pai ter-se-ia consumado definitivamente quando, de partida para estudar em Portugal, Savimbi, exortado por Loth a saudar o administrador colonial do Andulo, recusa-se (VINICIUS; SALDANHA, 1977: 38). Passar-se-iam muitos anos até que Savimbi voltasse para Angola, em 1967, então como guerrilheiro, e viesse a rever os pais às escondidas em Andulo, sempre sob a ameaça de captura pela PIDE/DGS (polícia política portuguesa). A partida de Savimbi para estudar na Europa, qualquer que tenha sido a têmpera de suas opções políticas a partir daí ou de suas tendências contestadoras já manifestas, certamente foi um passo irreversível na sua formação. Saído como mais um daqueles estudantes negros que, de alguma forma legitimariam, a nação portuguesa que se pretendia – ao menos na aparência – plural e lusotropical<sup>8</sup>, indo buscar o “conhecimento redentor” na metrópole, seria como futuro guerrilheiro que retornaria, infiltrando-se pela Zâmbia.

De acordo com Bridgland (1986:35), foi no navio que levaria Savimbi a Lisboa que, por intermédio de um marinheiro negro norte-americano, este obteve informações sobre Kwame Nkrumah, presidente de Gana, independente desde 1957. É então que fica sabendo do propósito explícito de Nkrumah de apoiar a criação de novos movimentos e, nesta altura, começa a ler Marx e Marcus Garvey. Teria declarado: “no navio, eu já sabia que meus estudos seriam uma questão secundária para mim.” (Idem, *ibidem*). Em 1972, Loth foi preso devido à atividade ‘subversiva’ do filho e assim permaneceria durante um ano. Savimbi faz questão de ressaltar que, no mesmo período, teria sido permitida a viagem da mãe de Agostinho Neto para visitar seu filho na Itália (BRIDGLAND, 1986:107). Loth seria libertado mas sua residência seria fixada na capital provincial de Silva Porto – Kuito, no Bié – (não em sua aldeia em Chilessso, próximo à

---

<sup>8</sup> Quando recaíram as suspeitas da PIDE, esta teria pedido para que Savimbi fizesse um discurso na Sociedade Geográfica de Lisboa sobre atraso dos Ovimbundu e de como estes estariam sendo resgatados pela missão colonial lusitana. Savimbi teria se recusado (BRIDGLAND, 1986:42).

missão vista com suspeita), onde morreria um ano mais tarde (VINICIUS; SALDANHA, 1977: 59-60).

Quando Loth se aposenta, Savimbi segue seus estudos na aldeia de Atende (também Andulo), instalado na casa de uma tia. De 1943 a 1948, segundo Vinícius e Saldanha (1977:17), Savimbi permaneceu nos centros protestantes de Calieque e Liapunda, de onde se dirigiu para a prestigiada missão do Chilessó, já mencionada (Loth era ali auxiliar dos missionários). Segundo Bridgland (1986:29), Savimbi estudava em Chilessó desde 1942, onde Loth tinha instalado a mulher e os filhos enquanto ele era transferido de estação para estação. Em 1951, segundo Vinícius e Saldanha (1977:17), ou em 1950, segundo Bridgland (1986:32), ele ingressaria na missão do Dondi para fazer o curso secundário no Currie Institute, onde teria permanecido até 1954.

Sua passagem pela missão do Dondi, da *Protestant United Church of Christ*, foi marcante em sua formação. Por este centro – um dos poucos disponíveis no planalto central angolano durante o período colonial e sem relações diretas com o Estado colonial português (que o via com suspeitas devido à presença de missionários estrangeiros) –, também passaram Jerónimo Wanga, Jeremias Kalandula Chitunda, Jorge Valentim, Jaka Jamba e Abel Chivukuvuku, figuras-chaves no quadro de lideranças que viria a compor a UNITA (VINICIUS; SALDANHA, 1977: 16). Não é possível subestimar o papel das missões protestantes na formação de uma *intelligentsia* anticolonial nessa região.

Nessa altura, e sob influência do pai, Savimbi teria dito que queria ser médico missionário no leste (supostamente devido a uma repulsa ao exercício da medicina nas cidades com uma clientela privilegiada). Também teria atuado como professor rural voluntário durante as férias (VINICIUS; SALDANHA, 1977: 17-8). No Dondi, ao recusar-se a respeitar a proibição de dançar em bailes (em adição à proibição estatal de danças tradicionais para os ‘assimilados’), Savimbi perdeu a bolsa de estudos e foi suspenso por um ano da escola – ao que seu pai teria o exortado a desculpar-se e dançar somente com as irmãs em casa.

Savimbi ter-se-ia recusado retornar ao Dondi e foi a Silva Porto (Kuito), onde conseguiu uma bolsa no Liceu só para brancos. Lá, devia trabalhar na cozinha e lavar o cão do diretor. A decisão de ir estudar em colégio católico mais uma vez o afastara do pai. A escola teria, contudo, falido um ano depois (BRIDGLAND, 1986:32-3). Segundo Guerra (2002:15-6), biógrafo pouco simpático a Savimbi, este seria responsável pelo cancelamento de sua matrícula por

incompetência. Conseguiu ser aceito no mesmo Liceu, depois (com bolsas temporárias sucessivas a depender do seu desempenho), doravante assumido por missionários católicos, em troca de ajudar um padre brasileiro – segundo Savimbi o primeiro branco que viu não ser mau –, Armando Cordeiro, a construir uma quadra de vôlei. De 1955 a 1956 frequenta o Liceu em Silva Porto (Bié) onde estaria sempre no “quadro de honra” nos anais escolares desse colégio marista. O quinto ano do Liceu foi em Nova Lisboa (atual Huambo), indo posteriormente estudar no liceu Diogo Cão<sup>9</sup>, em Sá da Bandeira (atual Lubango, na Huíla).

Em 1992, quando, após anos de guerra civil, competia pelo cargo da presidência da república com José Eduardo dos Santos, Savimbi realizou um enorme comício nessa localidade, quando lembrou:

Quero dizer, para terminar, que eu fui aluno aqui quando ainda a escola era o liceu Diogo Cão e um dos nossos professores de física, o mais difícil, era o doutor Leão de Mendonça e também foi como quando fui às oficinas gerais do caminho de ferro, foi também um pouco a saudade de vir até aqui.

A todo o momento, em diversas declarações e entrevistas, Savimbi parece valer-se destes laços com pessoas e lugares para legitimar-se como elemento indelével da arena angolana em seus fundamentos históricos. Se a veracidade da reivindicação de Sakaita como sendo seu avô não é possível de ser averiguada, ela tem, no entanto, o mesmo efeito sobre o ouvinte angolano de seu tempo.

Passado por aquela instituição, Savimbi completaria, depois, em 1959, o curso complementar no liceu Passos Manuel. Gradua-se e consegue uma bolsa para estudar medicina em Lisboa com a ajuda dos Irmãos Maristas do liceu de Silva Porto. De acordo com Guerra (2002:15-6), teria conseguido a bolsa uma vez que consentira em ser batizado. Entretanto, devido aos seus contatos prévios, consegue uma bolsa de estudos melhor com missionários americanos da *United Church of Christ* (BRIDGLAND, 1986:38).

O breve período em que estudou medicina na capital portuguesa é, em geral, ignorado. Foi precisamente em Lisboa, no entanto, que começa a se envolver com a política anticolonial, aproximando-se do Partido Comunista Português (doravante, PCP) e tendo seus primeiros contatos com Agostinho Neto – contatos esses também objeto de controvérsias.<sup>10</sup> Em todo o

---

<sup>9</sup> Nome do primeiro explorador português a ter às praias do reino do Congo, ainda no séc. XV, compreendendo parte do que é hoje o norte de Angola.

<sup>10</sup> Este período inicial de formação política e o itinerário de Savimbi na Europa e entre os movimentos será tratado com mais vagar no capítulo 3.

caso, os estudos em medicina, primeiro em Portugal e depois na Suíça, estariam fadados ao fracasso. Bridgland (1986:40) – biógrafo francamente favorável a Savimbi – afirma que a interrupção de seus estudos dera-se precisamente por seu envolvimento com a militância política, que lhe demandaria tempo e esforço incompatíveis com o prosseguimento do curso e que, uma vez identificado como subversivo, jamais teria podido passar nos exames de qualificação. Bridgland toma como contraponto a trajetória de Agostinho Neto que, nascido em 1922 perto de Luanda, filho de missionário metodista e egresso do prestigioso Liceu Salvador Terra, concluíra seus estudos em medicina nesse período porque sua atividade política configura-se posteriormente ao curso.

Guerra (2002:17-8) diz que é falsa a alegação de que Savimbi teria se encontrado com Agostinho Neto na cadeia em 1959, uma vez que este último não teria estado preso nesse período. Não obstante, Bridgland (1986:37-8) afirma que eles teriam se encontrado no Clube Marítimo – organização do PCP em Lisboa voltada a marinheiros das colônias. Nessa ocasião, quando inquirido sobre por que não lutava diretamente pela independência, Agostinho Neto teria lhe respondido que isto não seria possível sem mudanças em Portugal. Savimbi diz respeitar Agostinho Neto, mas aquela conversa o teria feito decidir a filiar-se à UPA e não ao MPLA.

Devido ao seu envolvimento político, depois de preso e interrogado pela PIDE, Savimbi decidiu refugiar-se na Suíça. Este é mais um episódio objeto de controvérsias. Segundo Bridgland (1986:43-4), com intermédio do PCP, Savimbi teria fugido para a Espanha escondido no porta-malas do carro de um médico holandês, agente de Moscou para a formação de uma entidade de apoio ao MPLA na Holanda, o *Angolan Action Committee*. Esta organização ter-lhe-ia oferecido uma bolsa de estudos na Universidade dos Povos Patrice Lumumba, em Moscou, que privilegiava estudantes africanos. Savimbi teria recusado essa oferta e se estabelecido por breve período na França. Após esse episódio, Savimbi envia uma carta à PIDE na qual dizia: “Vocês não foram nada senão problema para mim e falhei nos meus estudos por sua causa. Agora eu estou fora e, quando nos encontrarmos de novo, será com fogo. Não iremos apertar mãos.”<sup>11</sup> (Idem: 44)

Guerra (2002:18-20) diz haver uma diferença entre a versão propalada por Bridgland e os relatórios da PIDE a esse respeito. Segundo ele, a verdadeira história da fuga de Savimbi teria

---

<sup>11</sup> Muito embora, como considerável evidência o atesta, Savimbi de fato entrara em acordo com os militares portugueses – se bem que não com a PIDE propriamente dita – durante a Operação Madeira em 1972/73. Abordarei o assunto mais detidamente no capítulo 3.

sido a do patrocínio por funcionários da embaixada dos EUA que davam passaportes congolezes falsos para estudantes irem a Paris para o escritório da UPA. Ainda segundo este autor, Savimbi filiara-se ao MPLA por correspondência, no mesmo período – portanto fazendo “jogo duplo” nas orientações partidárias segundo sua conveniência.

Uma vez na Suíça, conseguiu nova bolsa de estudos com missionários para continuar seus estudos de medicina na Universidade de Fribourg. Porém, já filiado à UPA e premido por suas obrigações, decide transferir-se para o curso no Instituto de Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Lausanne (VINICIUS; SALDANHA, 1977:19). Lá completou, em três anos, sua *license*, o equivalente a um *master's degree* norte-americano, segundo Minter (1988:5) – outro autor pouco afeito a Savimbi. A *license* não lhe daria direito ao título de ‘doutor’ pelo qual mais tarde ficaria conhecido. Segundo Guerra (2002:26) esse licenciamento seria uma farsa para conferir prestígio a Savimbi. Bridgland (1986:464) diz que a alegação de que o licenciamento seria uma farsa decorreria das acusações feitas pelo almirante Daniel Murphy, ex-agente da CIA que se tornara consultor do MPLA contratado pela empresa de relações públicas ‘Gray and Co.’. Este teria contratado um ex-empregado da Gulf Corporation responsável pela farsa elaborada em torno da formação de Savimbi. Não obstante, Bridgland afirma que a “tese” de Savimbi, *The Implications of Yalta for the Third World*, pode ser consultada na biblioteca da Universidade de Lausanne. Seja como for, Savimbi parece ter mantido relações com seu professor, Reuben, e com colegas nas suas negociações sobre reféns com a Cruz Vermelha sediada na Suíça, anos mais tarde.

Farsa ou não, o fato é que Savimbi parecia orgulhar-se de seu “título” e formação. Anos mais tarde, em 1972, quando iniciou negociações com os militares portugueses para colaboração no leste de Angola contra o MPLA – designada pelos portugueses de Operação Madeira –, Savimbi escreve uma longa e indignada carta contra um oficial subalterno português que havia sido desrespeitoso. Na missiva, Savimbi é especialmente pedante, fazendo correções ortográficas e destacando as baixas qualificações do seu interlocutor, a quem dirige rigorosa reprimenda pelo uso frouxo de conceitos e ideias. Por fim, afirma recusar-se levar adiante negociações com gente assim. Nesta e em todas as outras cartas, assina dando especial destaque a sua licença em Lausanne (MINTER, 1988:59).

É evidente que Savimbi queria ser reconhecido como um intelectual do calibre de outras lideranças. Esse padrão também está claro quando ele se refere a Holden Roberto, seu rival da

UPA/FNLA, com desprezo por sua baixa escolaridade e ao ‘abuso dos analfabetos da UPA, que queriam lhe fazer guerra’ mal sabendo falar português<sup>12</sup> (BRIDGLAND, 1986:51). De fato, como reconheceria Cascudo (1979), jornalista brasileiro simpatizante da FNLA que acompanhara Holden Roberto na corrida com o MPLA que precedera a declaração da independência em 1975, este teria concluído somente o liceu. Em toda sua trajetória política, Savimbi parece ter feito uma leitura muito criteriosa dos antecedentes dos seus interlocutores, respeitando particularmente o prestígio que a formação e as posições lhes conferiam.

Muito pouco se sabe a respeito das mulheres de Savimbi. Guerra (2002:26) menciona que no período em passou na Suíça, Savimbi teria se casado com a filha de um suíço-alemão proprietário de terras e minas no sul de Angola. Mais tarde, seu sogro lhe mandaria uma Mercedes-Benz para o Congo (Kinshasa), onde a UPA (da qual então fazia parte) tinha sede. Não encontrei, entretanto, qualquer referência adicional a este primeiro casamento, parecendo ser um assunto silenciado. Entre 1967 e 1968, já organizando os primórdios da guerrilha da UNITA contra os portugueses no leste de Angola, Savimbi casa-se com Vinona, moça Nkankala – sub-tribo<sup>13</sup> dos Nganguela – oferecida por um grupo de aldeias, com a qual teria quatro filhos. Vinona morre em 1984, quando um raio atinge uma árvore que despenca sobre sua cubata. Era muito bonita, e acompanhara Savimbi nos períodos mais difíceis do pós-independência, quando os partidários da UNITA empreenderam o que foi cunhado como a “Grande Marcha” – em alusão ao evento da revolução chinesa –, fuga por centenas de quilômetros no interior de Angola ao longo da qual muitos pereceram. Antes disto, em 1975, após a realização dos acordos de Alvor entre os três movimentos de libertação e as autoridades portuguesas, previa-se a realização de eleições antes da independência em novembro, Savimbi tomara uma decisão. Seu filho de quatro anos, ao qual seria muito próximo, ficara gravemente doente durante a sua ida ao grande comício que o aguardava em Luanda. Premido pelo dilema entre acorrer ao filho moribundo e aproveitar a chance de vencer as eleições que talvez viessem, Savimbi decidiu ir à capital. Seu filho morreu no hospital missionário em Chissamba – o mesmo em que seu pai morreria (BRIDGLAND, 1986:120). Em 1986, Savimbi casa-se com Ana Isabel Paulino, sua secretária,

---

<sup>12</sup> Falariam mais o francês devido à influência congoleza de suas lideranças.

<sup>13</sup> ‘Tribo’, aqui, não é categoria analítica, mas nativa. Como parte dos termos administrativos do período colonial, ela também foi posteriormente mobilizada pelos movimentos em disputa durante a guerra civil.

com quem vai a Washington onde, no auge do apoio norte-americano à UNITA, é recebido por Reagan (BRIDGLAND, 1986:464).

A partir do seu testemunho e entrevista que fez com Savimbi na Jamba, a base central da UNITA no extremo sudeste angolano, Bridgland (1986:186 e ss.) fornece mais alguns detalhes do cotidiano do líder. Nunca comia pela manhã, acordando sempre muito cedo para pôr as tropas das redondezas em revista. Trabalhava usualmente até 1 ou 2 horas da madrugada em questões administrativas. Invariavelmente, às 18hs, ouvia pelo rádio *Africa in Focus*, da BBC, que considerava a melhor fonte de notícias internacionais. A única forma de lazer que admitia eram as caçadas, cujas reservas sempre foram abundantes no remoto leste angolano. Segundo ele, um elefante poderia alimentar quinhentos dos seus homens e as caçadas seriam ainda os únicos momentos em que se via desincumbido das obrigações da Jamba, sua base, e podia dedicar-se à leitura. Na altura da visita desse jornalista, Savimbi teria se impressionado particularmente pela autobiografia do general inglês Montgomery que teria afirmado que a liderança tratar-se-ia de ter a capacidade e vontade de congregar homens a uma causa comum. Desde cedo, Savimbi teve problemas de saúde ligados ao fígado e ao coração – negociando algumas vezes com os portugueses na Operação Madeira a vinda de um médico como moeda de troca (VINICIUS; SALDANHA, 1977:106). Cristão manifesto (embora não haja mais sinais de que fosse um crente assíduo), nunca perdeu de vista o contato com representantes de diferentes denominações religiosas. Quando inquirido sobre sua fé teria dito: “Minha resposta é: a política é difícil demais para se sobreviver a todo tempo – dolorosa demais. Tem de haver algo mais.” (BRIDGLAND, 1986:290)

Savimbi, comunicador ou manipulador de códigos, estabelece em grande medida um nexos entre as dimensões internacionais e locais do conflito. Podemos divisar – a partir das entrevistas concedidas a diversos jornalistas (e.g. Savimbi, 1997) e nos livros de sua autoria, além de alguns de seus biógrafos –, de um lado, a articulação internacional que tece primeiramente com o maoísmo em sua formação na China comunista; depois com a opinião pública norte-americana e os movimentos de ação afirmativa negros; além da frente anticomunista dos EUA e da África do Sul (como *freedom fighter*). De outro lado, com base nos comícios públicos e nas coletivas de imprensa, amplamente divulgados e disponíveis na mídia, testemunha-se o enorme apelo carismático e popular que exercia com o domínio de diversas línguas dos grupos étnicos de Angola e toda a performance de que se valia em diferentes

comícios e situações em que frequentemente fazia declarações diferentes – sobre temas polêmicos como a aliança com a África do Sul ou o tratamento a ser dispensado aos brancos e mulatos – e que contradiziam as anteriores segundo a quem eram endereçadas. Há relatos, por exemplo, de como Savimbi era acusado de feitiçaria por determinadas parcelas da população e de como esses códigos locais se inseriam na linguagem da Guerra Fria, proporcionando dinâmicas que escapam aos fatores geopolíticos ou ideológicos.<sup>14</sup>

*Savimbi: vida e morte* (2002) pode ser um trabalho revelador. Obra do jornalista português João Paulo Guerra que se pretende biográfica, constitui na verdade uma clara denúncia na qual os dados são coligidos como um arsenal para a cruzada pessoal do autor contra um homem que ele claramente despreza. De fato, esse autor deixa de formular a pergunta que transborda de todos os petardos factuais que lança contra a imagem de Savimbi: como o homem virou instituição? Esta pergunta tampouco é feita por aqueles que, em maior ou menor grau, procuram enaltecê-lo como exemplo de caráter e competência. Afinal de contas, ele passou a catalisar todo um movimento. Trata-se de uma biografia da guerra na qual Jonas Savimbi aparece como ponto nevrálgico na conexão entre seus múltiplos elementos. Mas, afinal, podemos entrever o homem nisso? Vemos, sim, uma trajetória de ambição, sem dúvida, mostrando sua ascensão forjada no sistema de ensino colonial a partir das relações do pai, pastor protestante com alguma influência; dos flertes com diversos movimentos políticos antagônicos ao longo da formação clandestina da resistência anticolonial e conseguintes traições oportunas; do desempenho medíocre como universitário em Portugal e abandono do curso; bem como da suposta falsa alegação de doutoramento na Suíça.

Savimbi torna-se, contudo, uma instituição a cujo poder o próprio homem não veio a sobreviver. A guerra, por fim, terminou pelos meios da guerra, e o emblema, Savimbi, foi extinto enquanto tal, embora sua memória ainda seja apropriada como capital na arena política atual. Emblema de que, afinal? De um homem? De um partido? De uma etnia – os Ovimbundu, que apoiariam majoritariamente a UNITA? De um país? Da geopolítica regional? De uma trama internacional ideologicamente manipulada? Uma biografia? O que acabamos divisando por trás de sua trajetória de ambição e ausência de escrúpulos são conexões que escapam ao seu poder de

---

<sup>14</sup> Guerra (2002) se remete a eventos testemunhados na base operacional da UNITA de Jamba, perto da fronteira com a Zâmbia, sua aliada, em que Savimbi teria queimado vivas famílias inteiras de seus correligionários acusando-as de feitiçaria e conspiração. Voltarei a isso no cap. 6.

decisão e se articulam a toda uma esfera de relações a um só tempo sociais, econômicas e políticas.

### III – A guerrilha: traições e pragmatismo

#### *Flertes com a FNLA/UPA e o MPLA*

A história da relação de Savimbi com os outros movimentos de libertação – o MPLA e a FNLA –, é complexa. Uma vez mais, diferentes versões entram em conflito acerca de alianças e inimizades. Guerra, por exemplo, nos diz que, em 1959, quando Savimbi se encontrava em Portugal como estudante de medicina, teria contactado tanto Viriato da Cruz, do MPLA, como Holden Roberto, da UPA. Assim, ao mesmo tempo em que teria fugido para a França (de onde seguiria para a Suíça) por intermédio de funcionários da embaixada dos EUA que davam passaportes congolezes falsos para estudantes irem a Paris para o escritório da UPA, teria também se filiado ao MPLA por correspondência (Guerra, 2002:19-20). Por outro lado, Bridgland nega ter havido tal filiação ao MPLA (Bridgland, 1986:477, nota 24), embora admita que Savimbi tenha se correspondido com o MPLA – nessa época sediado na Guiné-Conakry –, que admirava suas publicações e que teria recebido passagem só de ida para Conakry, recusando-a (Bridgland, 1986: 44-5).

Segundo Bridgland, Savimbi teria fugido de Portugal devido ao assédio da PIDE que pretendia cooptá-lo como informante e, assim, infiltrá-lo nos movimentos. Ainda segundo esse autor, antes de ir para a Suíça, teria encontrado um representante mulato e rico do MPLA em Frankfurt, o qual teria lhe pedido que fizesse um discurso em Uganda afirmando que o MPLA seria o único movimento realmente representativo de Angola<sup>15</sup>. Mais tarde, Holden Roberto teria tido a iniciativa de procurar Savimbi indo à Suíça para encontrá-lo. Lá, quando questionado pela falta de panfleto ou documento com o programa da UPA, Holden teria dito “que ELE era o programa”. Apesar de desapontado, Savimbi diz ter se identificado com a UPA, por sua insistência em caracterizar o MPLA como um movimento de mestiços. Nessa ocasião, Savimbi acaba por se unir à organização, cujas deficiências o teriam feito sentir que ‘poderia ser útil’.

Em 1960 vai para Kinshasa (capital do então Zaire, onde a UPA tinha sede) onde permanece, mas mantendo visitas regulares à Suíça para a conclusão de seus estudos. Savimbi ascendeu rapidamente na hierarquia da UPA. Em 1961 já era secretário-geral. Em 1962 a UPA

---

<sup>15</sup> Esse é um interessante padrão de reivindicação de Savimbi como porta-voz de uma parcela da população angolana que ressoa os pedidos da PIDE de que ele falasse à sociedade geográfica em Lisboa e que certamente nos diz algo a respeito de sua posição política e personalidade.

uniu-se ao Partido Democrático de Angola (PDA) – também com base de apoio fortemente no norte de Angola – e assumiu nova designação FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). É nesse período que Savimbi teria conhecido entre refugiados angolanos em Kinshasa seus futuros companheiros Tony Fernandes (mestiço de Cabinda), Miguel N'Zau Puna (membro da família real de Cabinda), Joseph N'Dele e Ernesto Mulato (Bakongo), com os quais viria depois fundar a UNITA (Bridgland, 1986:53). Em seguida, ele organizou a UNEA – organização da juventude da UPA – em oposição à organização análoga do MPLA, UGEAN.

Em 1963, Holden Roberto cria o GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio), organização da FNLA na qual Savimbi ocupava o cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros (VINICIUS; SALDANHA, 1977:19-22). Savimbi teria sido contrário à formação do GRAE, uma vez que considerava um erro a formação de um governo em terras estrangeiras antes de estabelecer a luta e seus líderes no interior do território angolano. Entretanto, a formação do GRAE parece ter sido uma importante manobra política, tendo sido reconhecido pela OUA (Organização da União Africana) – órgão internacional e importante articulador dos Estados africanos em formação – num momento de dissidências internas no MPLA. A OUA recomendara, por conseguinte, a absorção do MPLA pelo GRAE.

Segundo Guerra (2002:21), antes de radicar-se definitivamente em Kinshasa como secretário-geral e após iniciar contatos com a CIA por intermédio do queniano Tom Mboya num encontro de estudantes em Uganda em 1961<sup>16</sup>, Savimbi teria sido declarado representante de Holden Roberto na Europa. Assim, viajou numa comitiva da FNLA por diversos países incluindo Iugoslávia, Tunísia e Índia. Em 1962, quando subscrevia a união da UPA e do PDA, acompanha John Marcum (1969, v. 1 e v. 2)<sup>17</sup> e a delegação do American Committee on Africa que visitava o norte de Angola, área de influência da FNLA. Uma de suas conclusões foi a de que o MPLA não teria apoio popular em Cabinda (então a sua principal zona de guerrilha nas florestas do Mayombe). Mais tarde, Savimbi afirmou que Marcum seria um agente da CIA atuando na região em prol da FNLA com o propósito de aumentar sua base de apoio (SAVIMBI, 1997:79).

A essa altura, Guerra (2002:25) afirma que a FNLA já hostilizava as tropas do MPLA, infiltradas na região norte, disputando o que seria a área de influência por excelência da FNLA, ao mesmo tempo em que Savimbi manejava a situação para ascender na hierarquia do

---

<sup>16</sup> De fato, Savimbi viria a ser acusado posteriormente pela FNLA de ser um agente da CIA.

<sup>17</sup> Uma das principais referências sobre a história dessa fase das lutas de libertação.

movimento. De fato, em 1961 o MPLA transfere sua sede da Guiné-Conakry para Kinshasa, no Zaire, o mesmo local de sede da FNLA criando grande disputa e tensão entre os dois movimentos. É nesse momento que Agostinho Neto, após fuga da prisão, teria ido a Kinshasa e se eleito presidente do MPLA, após a expulsão de Viriato da Cruz do cargo de secretário-geral<sup>18</sup>. A disputa entre os dois movimentos levaria à transferência do MPLA para o Congo Brazzaville (cujo governo era esquerdista) – do outro lado do rio Congo –, uma vez que a FNLA já gozava de forte apoio do regime de Mobutu em Kinshasa. O MPLA também receberia observadores estrangeiros simpáticos a sua causa. Entre eles encontravam-se o antropólogo norte-americano Don Barnett (1972b) com Roy Harvey (1972a) e o historiador britânico Basil Davidson (1973).

Entrementes, o exército português lançara forte ofensiva ao norte, fazendo com que os guerrilheiros da UPA/FNLA e MPLA reduzissem suas atividades a escaramuças de fronteira – tal qual testemunhado e relatado por Laidley (1997). Isto fez com que Holden Roberto, que recusara auxílio e ofertas de treinamento de guerrilheiros na China, Argélia, Egito e Indonésia – supostamente devido à orientação comunista desses países –, ficasse ainda mais restrito ao círculo de Kinshasa. Ademais, conforme criticado por Savimbi (BRIDGLAND, 1986:58), persistia a autoilusão do GRAE como governo efetivamente constituído. As mais profundas amizades de Holden eram com políticos zairenses, tendo ele se casado com uma parente de Mobutu, que se encontrava no poder desde 1965, quando eliminara o representante eleito desse país, Lumumba (que deu o nome à universidade em Moscou). Nascido no norte de Angola, na vila de São Salvador do Congo, em 1923, Holden Roberto vive no Congo Belga (posteriormente, Zaire) desde os dois anos de idade. Até os dezessete anos estuda na escola de uma missão batista em Léopoldville, nome colonial de Kinshasa. Cascudo (1979) (que testemunharia o período de escalada do conflito logo antes da independência) – ainda que simpático a Holden – relata como seus comandantes teriam implorado sem sucesso, de início, para que este entrasse em território angolano para conferir legitimidade a suas pretensões ao governo e a sua luta em direção a Luanda, bem como diversos outros momentos reveladores de sua pusilanimidade enquanto líder. Savimbi (1997:45) diz que Holden Roberto, junto à FNLA, fora o precursor da guerra de libertação, mas que teria sido logo ultrapassado pela intensidade assumida pelo conflito. O exílio

---

<sup>18</sup> Este viria a morrer posteriormente no exílio, na China, isolado e deprimido.

no Zaire teria sido o erro fatal que alijou a FNLA do apoio popular. Posteriormente, Savimbi ver-se-ia como aquele que arremataria a luta não concluída por Holden.

De acordo ainda com Bridgland, nessa época, diversos Ovimbundu, Chokwe, Nganguela e Sele (os quais compunham parte significativa das dezenas de milhares de refugiados angolanos instalados no Zaire fugindo do conflito com os portugueses), que posteriormente formariam a espinha dorsal de militantes da UNITA, já estavam desertando das fileiras da FNLA, que acabaria por tornar-se uma organização eminentemente Bakongo.<sup>19</sup> É comum que Savimbi, em seus discursos e biografias, se refira a personalidades reconhecidas e prestigiadas no mundo político como amigos íntimos, no que parece ser um esforço de tomar emprestado deles legitimidade a suas posições políticas. Ele faz isso, em diferentes momentos, com Mandela, Reagan, Pik Botha (ministro sul-africano responsável pelo início do desmantelamento do apartheid) e até mesmo Agostinho Neto<sup>20</sup>. O mesmo acontece com Che Guevara. Durante o encontro dos movimentos de libertação nas colônias portuguesas, realizado em 1964 em Dar-es-Salaam, Tanzânia Savimbi teria discordado de um pronunciamento público de Che Guevara acerca de proposições táticas e estratégicas da guerrilha na África austral. No caso de Angola, Che Guevara teria defendido o primado de concentrar a guerrilha em torno de bases fixas – a doutrina guerrilheira do “foquismo”, nascida em Cuba e exportada pelo *internacionalismo* de Fidel Castro (CASTRO, 1976) –, organizar os esforços no Zaire (devido ao seu tamanho e potencial regional) e basear a luta junto às classes trabalhadoras urbanas. Savimbi teria discordado veementemente, reafirmando a necessidade de se organizar a resistência a partir do campo, já que o campesinato compunha a maioria da população angolana, bem como a necessidade da presença das lideranças no interior dos territórios em luta. Teria afirmado a Che Guevara que se estrangeiros como ele trouxessem todas as fórmulas da revolução e as impusessem, estariam chegando com o mesmo ‘complexo de superioridade’ com que os colonialistas se dirigiam à África outrora (BRIDGLAND, 1986:60-1). Embora, como lembra Guerra (2002:28), não haja nenhuma prova desse encontro na embaixada cubana de Dar-es-

---

<sup>19</sup> Nesse sentido, é interessante notar como a UPNA – União das Populações do Norte de Angola (nome anterior da UPA), em sua origem, ainda não estava absolutamente comprometida com um projeto de libertação da totalidade de Angola – o qual foi assumindo paulatinamente. Influência nas disputas de sucessão pelo trono do reino do Congo – entidade que já não existia formalmente havia séculos e representava somente prestígio – foram algumas de suas primeiras atividades. Cf. Guimarães, 2001.

<sup>20</sup> Toda a última parte do livro de Savimbi (1997) é destinada a tecer elogios ou críticas a diversos líderes africanos de acordo com o apoio recebido deles no passado e com o prestígio de que gozavam.

Salaam, ele teria ocorrido após a discordância pública; e Che Guevara, segundo Savimbi, teria reconhecido que sua estratégia seria mais realista para a África, ao passo que a postura do MPLA seria oriunda de um ‘idealismo revolucionário’. Mais do que isso, Che Guevara teria prometido o apoio de Cuba a Savimbi (então membro da FNLA), o que teria sido posteriormente vetado por Fidel Castro que decidira apoiar um partido como o seu: nas palavras de Savimbi, comunista e composto por ‘crioulos’ (SAVIMBI, 1997:73). Não só Che Guevara teria decidido apoiá-lo por intermédio da Argélia e intercedendo em seu favor junto a Fidel, como ter-lhe-ia dito que o MPLA, afinal, era composto por ‘burgueses’ (BRIDGLAND, 1986:61). De todo modo, mudanças políticas em Cuba e na Argélia, bem como a morte de Che Guevara na Bolívia, em 1967, acabariam por impedir que tal promessa se concretizasse. Verdade ou não, Savimbi passou a alegar essas promessas bem depois da morte de Che Guevara.

Em 1964, numa cimeira das nações africanas independentes realizada no Cairo, Savimbi anunciou publicamente o seu desligamento da FNLA e, em seguida, denunciou a ausência de base popular dos movimentos de libertação em Angola. O motivo do rompimento, segundo Bridgland (1986:62), teria sido o fato de Savimbi não ter sido consultado sobre a adesão de Viriato da Cruz (antes de seu exílio na China), que era mulato, à FNLA. A isso se seguiria sua fuga para a Suíça onde teria escrito a carta de desligamento. Lá também recebera um telegrama de Agostinho Neto convidando-o a ir a Brazzaville onde se encontrava a sede do MPLA para assumir o cargo de secretário de assuntos externos. Essa aliança circunstancial teria proporcionado a saída de elementos da FNLA para as fileiras da UNITA (SAVIMBI, 1997:62), uma vez que, no mês seguinte, Savimbi teria de fato ido a Brazzaville encontrar-se com outros dissidentes da FNLA dirigidos por José João Iauca que consideravam unir-se ao MPLA – também a convite de Agostinho Neto (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:20-1). Minter afirma que Savimbi recusara unir-se ao MPLA porque exigia ocupar aí uma posição de topo que lhe fora negada. Segundo Guerra, fora a ambição de Savimbi que o levava a romper com a FNLA. Após seu desligamento, ele teria ido a Moscou para tentar angariar apoio da URSS ao movimento que já tinha em vista, mas estes teriam exigido que ele aceitasse o cargo de vice-presidente do MPLA, ao que Savimbi recusou (2002:30-8).

Premidos pelo peso da presença do exército português na região norte, com relação ao qual os guerrilheiros do MPLA ainda não eram páreo militarmente, esse é um momento em que os movimentos procuraram abrir nova frente no leste do país, menos povoado e contando sempre

com a retaguarda das fronteiras do Zaire e da Zâmbia para buscar refúgio. O MPLA, que até então vinha empreendendo uma pequena guerrilha nas densas florestas do Mayombe na região fronteira entre Cabinda e o Congo-Brazzaville, abre a frente leste sob comando de Daniel Chipenda, um Ovimbundu, ex-jogador de futebol do Benfica, filho de missionário protestante que estudara com Savimbi e fora seu amigo de infância na missão de Andulo (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:112). Em 1964, concomitante à abertura da frente leste, o MPLA começa a treinar guerrilheiros na Zâmbia, Tanzânia, Argélia e Europa Oriental e é reconhecido pela OUA ao lado da FNLA. Esse reconhecimento internacional do MPLA marca um ponto de não retorno na política dos movimentos em Angola. Em 1972, o MPLA e a FNLA celebrariam, por fim, uma aliança circunstancial – o Conselho Supremo para a Libertação de Angola. Essa aliança, oriunda da fraqueza de ambos exclui a UNITA, que não fora reconhecida pela OUA – o que mostra a importância desse órgão para a legitimação dos movimentos incipientes.

A abertura da frente leste pelo MPLA e o seu reconhecimento pela OUA, não poderia deixar de esbarrar na UNITA formada logo após, em 1966, tanto no que se refere ao reconhecimento internacional como na disputa por essa importante zona de influência e de operações que cada um considerava sua por direito. A recém-criada UNITA, desde o início, passa a entrar em conflito com o MPLA no leste. Bridgland (1986:109, nota 29) alude à possibilidade de que Savimbi via em Chipenda um rival por ser este também Ovimbundu. Isso faz sentido se pensarmos no prestígio de Savimbi junto às populações do interior devido a sua origem e por falar diversas de suas línguas – capital de que a maioria das lideranças do MPLA nas cidades não dispunha – e de como ele pôde usar isso a seu favor para angariar apoio. Savimbi, endereçando críticas, diz que o MPLA fazia menos do que a FNLA e que suas tropas não tinham por objetivo ações permanentes no território angolano, acusando Chipenda de permanecer fora do território e beber demais (Bridgland, 1986: 64-5). Chipenda teria também admitido a jornalistas quando do congresso do MPLA realizado em Lusaka, em 1974, que suas tropas teriam de fato cometido atos de violência contra populações civis no leste. Wolfers e Bergerol (1983), jornalistas estrangeiros que estiveram em Angola no período, também fazem relatos sobre a má reputação e alcoolismo de Chipenda. Porém, um dos indícios de como o perigo da concorrência era real para Savimbi é a própria maneira como a abertura dessa frente leste viria a dar origem a uma dissidência interna ao MPLA. Daniel Chipenda, que vinha assumindo um caráter cada vez mais independente do partido em suas operações no leste, passou

a contestar a liderança de Agostinho Neto sobre o movimento, no que ficou conhecido como a ‘Revolta do Leste’.<sup>21</sup> Em 1974, assim, havia três facções em disputa no MPLA em torno de lideranças distintas: Agostinho Neto, encabeçando o “verdadeiro” MPLA; Daniel Chipenda, líder da Revolta do Leste; e Mário de Andrade (e seu irmão, padre Joaquim Pinto de Andrade, libertado após quatorze anos de prisão), à frente da Revolta Ativa, que tinha por fim denunciar a autocracia de Neto. Os países da região implicados no conflito, Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia, pressionaram em favor da realização de um congresso eleitoral do MPLA em Lusaka com representação das três facções, o que viria a fracassar. De fato, essas dissensões internas fizeram com que o MPLA perdesse temporariamente o apoio da Zâmbia e do Congo-Brazzaville. Houve, depois, novo encontro em Brazzaville onde o movimento foi reunificado oficialmente, mas na prática continuou dividido. Savimbi decide apoiar Neto na disputa, uma vez que, segundo ele, três MPLAs complicariam qualquer negociação com os portugueses (BRIDGLAND, 1986:109). Nesse momento, quando a independência já se anunciava, o almirante Rosa Coutinho – alto-comissário de Angola logo após a Revolução dos Cravos (sobre a qual se falará mais no capítulo 4) e que era franca e abertamente favorável ao MPLA – vai a Luanda com a missão de reanimar a facção de Neto. Ele conseguiu com que três mil e quinhentas tropas catanguesas – de origem zairense e que haviam lutado ao lado dos portugueses – passassem para as fileiras de Neto.

Chipenda – cuja cisão com o MPLA manifestara-se inicialmente ao ter considerado que não fora consultado sobre a aliança com a FNLA –, após confrontos com Neto na capital, acaba unindo-se à FNLA propriamente dita com três mil homens, denunciando a execução sumária de dissidentes no MPLA. De fato, o MPLA implantara sua frente leste após o fracasso em Cabinda, nas florestas do Mayombe. Nessa frente norte, de extrema disputa entre os dois movimentos – que tinham de cruzar uma faixa de território zairense para atingir a fronteira de Angola –, muitos militantes seriam mortos tanto por sua fidelidade como dissidência, dependendo de quem em cujas mãos caíam. Em Kinkizu, perto de Kinshasa, existia um campo de concentração onde eram executados dissidentes da FNLA. O próprio Lúcio Lara – um dos membros fundadores do

---

<sup>21</sup> Concomitante à chamada ‘Revolta Ativa’ encabeçada pelos irmãos Andrade, membros do MPLA na sede do partido, mas que não teve o mesmo potencial disruptivo que a Revolta do Leste.

MPLA<sup>22</sup> – presidira um julgamento de execução de desertores fiéis a Viriato da Cruz, agora na FNLA.

Na abertura da Frente Leste, porém, o enfrentamento passa a ser entre o MPLA e a UNITA. Em 1974, quando da assinatura do cessar-fogo com os portugueses, Savimbi dizia que devia mais baixas ao MPLA, incluindo muitos civis nas “áreas libertadas”, do que aos primeiros. Após a independência, dessa vez aliada à FNLA, a UNITA retomaria a guerra contra o MPLA. Apesar de Savimbi reivindicar para a UNITA o papel de preencher o vácuo na luta deixado pela disputa entre o MPLA e a FNLA e por suas guerrilhas (efetivamente às margens do território angolano), ele próprio não pôde deixar de se imiscuir no jogo, o que por si só já demonstra as raízes profundas da guerra civil angolana, no coração mesmo já da luta de libertação.

Seja como for, em 1972 o MPLA e a FNLA retiraram-se do leste de Angola, aí permanecendo somente a UNITA. Além, é claro, dos portugueses. O isolamento desses dois atores, como veremos, não deixaria de ter suas consequências. Detenhamo-nos, por hora, nos primeiros anos de existência da UNITA.

### *A formação da UNITA*

Savimbi levou sete anos para voltar a Angola desde a sua saída no navio, lendo Marcus Garvey. Volta, afinal, para implantar sua guerrilha nas regiões do Moxico e Cuando Cubango em 1966. Segundo Guerra (2002:10), chegou em Angola seis meses depois da conferência de fundação da UNITA em Muangai – uma aldeia Chokwe na qual o movimento teria sido oficialmente formado com a presença de sessenta e sete ‘chefes tradicionais’ (BRIDGLAND, 1986:68) –, mas esse é um ponto controverso entre os diferentes relatos, embora seja compreensível o seu encobrimento (dado o embaraço decorrente), caso fosse genuíno. O programa do partido fora escrito anteriormente, na Suíça, por Savimbi e seu companheiro, Tony Fernandes. O propósito da organização, segundo seus primeiros pendores de guerrilha maoísta, era depois escalar para a guerra convencional. Esse ‘apoio’ chinês, no entanto, comporta um embaraço.

---

<sup>22</sup> O papel de Lucio Lara em expurgos no interior do MPLA não termina aí. Ele teria papel preponderante na supressão da revolta nitista em 1977 de que se falará no próximo capítulo.

Anos depois, o breve auxílio chinês à UNITA tornou-se algo incômodo. A partir dos anos 1980 – com o incremento massivo de auxílio financeiro e bélico dos EUA e da África do Sul e a consequente sincronização do discurso da UNITA com um forte anticomunismo –, esse passado de flerte com o maoísmo e um discurso socialista não poderiam passar sem ruído para a organização. Por isso Savimbi, não podendo de todo negar o passado socialista, opta por matizá-lo. Quando em 1986 vai a Washington encontrar Reagan, disse estava comprometido com uma sociedade pluralista de orientação ocidental designando-se um socialista democrata (BRIDGLAND, 1986:462). Para o público norte-americano sensível ele explicitaria com todas as letras:

Eu não sou comunista porque isso não serve a nenhum propósito. Nem sou um capitalista. Socialismo nesse país é a única resposta. Aqueles que lideram o país para a independência não podem se tornar exploradores do povo. Nós queremos um sistema socialista, mas qual? Há o ortodoxo e o extremista. Nós queremos o democrático, democracia social. (Men at Wat, 1975).

Ou ainda, de modo a não passar por contraditório e não abrir mãos de vantagens: “permaneço partidário de um socialismo de feições humanas, respeitoso da liberdade e dos direitos do homem, o que não tem nada, absolutamente nada a ver com o marxismo-leninismo.” (SAVIMBI, 1997:170). Isso é, socialismo desde que não ofendesse certos ouvidos.

Na verdade, no início dos anos 1960, tanto Agostinho Neto buscara auxílio da administração Kennedy como Savimbi buscara auxílio em Moscou – sendo ambos recusados, o primeiro em favor da FNLA e o segundo em favor do MPLA (GUIMARÃES, 2001). É interessante notar isso justamente para se desmistificar o caráter ideológico monolítico que cada uma dessas organizações quis conferir a si num segundo momento. A fase inicial de organização da luta contra os portugueses – quando as potências internacionais ainda não eram magnânimas no seu auxílio – levanta a questão se essas orientações, recusas e ajudas efetivas foram determinadas mais devido ao discurso pré-existente de cada movimento ou se estes o orientaram segundo um auxílio que se fizera disponível/necessário. Essa talvez seja uma pergunta sem resposta. No entanto, a resposta mais provável, levando-se em conta a pragmática dos atores angolanos e internacionais em diálogo, é que ambos os processos ocorreram concomitantemente.

Assim, voltamos à questão chinesa. As boas relações com a China permitiram que Savimbi e sua cúpula recebessem um treinamento na Academia Militar de Nanquim em 1965 – um pouco antes da criação oficial da UNITA. Nas palavras de Guerra: “Só a China respondeu afirmativamente. Savimbi pagou a factura adoptando o maoísmo, ao qual adicionou alguns

aspectos obscuros de cultos e tradições africanas.” (2002:49). Ainda assim, o treinamento teria sido limitado devido à suspeita dos chineses do envolvimento de Savimbi com a CIA. No total, onze oficiais da UNITA, junto com onze oficiais da ZANU – movimento de libertação do Zimbábue – foram treinados em Pequim por nove meses (antes da conclusão da licenciatura de Savimbi na Suíça). Os primeiros contatos de Savimbi com um agente chinês, Co Liang, parecem ter ocorrido em Gana (BRIDGLAND, 1986:58). Anos mais tarde, Savimbi diria que, já nessa época, teria declarado o seu caráter não comunista, mas que havia disso sido acusado por Holden Roberto em Nova York. Bridgland, o biógrafo benevolente, menciona em nota que a admiração de Savimbi pelo maoísmo era prática e voltada a sua bem-sucedida guerrilha, mas que ele era contrário ao comunismo e que isso se traduziria em sua recusa anterior à incorporação à FNLA do desertor maoísta do MPLA, Viriato da Cruz (1986:59, nota 16). Se bem que, lembrando, Viriato da Cruz era também mulato e uma perigosa concorrência à liderança no segundo escalão. Em alusão ao seu debate com Che Guevara, Savimbi diria depois que se alinhou ao maoísmo numa atitude de realismo político, ditada pelo primado da aliança com o campesinato que tal teoria política favorecia (SAVIMBI, 1997:59). De todo modo, o incômodo gerado posteriormente por esse auxílio parece se dever antes à sugestão de um ruído ideológico-discursivo na história do partido, uma vez que a ajuda parece ter terminado aí. Nesse momento, a China passava por um período extraordinário em sua política externa. Após a cisão com a URSS (inclusive com conflitos de fronteira), que a auxiliara nos anos seguintes a sua revolução em 1949, a China declarara-se “campeã dos movimentos de libertação” nas guerras do terceiro mundo (RAPOPORT, 1996). Assim, de fato, o auxílio pontual à UNITA pode ter sido mais um fenômeno residual dessa política do que a eleição de um aliado. O fato é que rapidamente a China mudaria sua política e a UNITA ver-se-ia, novamente, isolada.

As primeiras ações da UNITA, conforme amplamente reconhecido por todos os biógrafos de Savimbi e mesmo pelos próprios membros da organização, posteriormente, foram pequenas, circunstanciais e militarmente ineficazes na frente leste. Os primeiros ataques, como em Texeira de Sousa (atual Luau) – reivindicado como um sucesso e no qual um chefe da PIDE teria sido morto –, resultaria em muitas baixas e a UNITA voltaria a fazer ataques em larga escala. Exageros nos relatos das escaramuças com os portugueses para promover a UNITA, são ponto comum do período. Um exemplo é o fracasso do ataque a Cassamba – apesar do relato de vitória, nenhum português teria sido morto de fato (BRIDGLAND, 1986:71). É também um momento de

forte instabilidade dos quadros do movimento em formação. Ocorre a deserção de Mwanangola, importante comandante, para a FNLA, além de outras deserções. Alguns bem-sucedidos ataques a comboios portugueses com a captura de armas constituem os pontos altos do movimento que ainda não contava com fontes externas de auxílio sistemático. Na altura, os portugueses forneciam antigos fuzis Mauser para chefaturas-locais combaterem a UNITA, mas, sendo algumas delas cooptadas pela organização, as armas chegavam às mãos dos guerrilheiros.

Nesse momento a UNITA se via seriamente ameaçada com o início da presença do MPLA na Frente Leste, área na qual procurava se estabelecer. Sua fraqueza nas demais regiões, como no norte, força uma aliança com o FNLA – talvez uma “retomada” do parentesco original das organizações. As bases permanentes da organização foram, por fim, implantadas na cabeceira do rio Lungue Bungu, no leste do Moxico. Em 1967, sob pressão de seus partidários, Savimbi vai a contragosto para o exterior para granjear apoio. Vai ao Cairo decidido a retornar a Angola clandestinamente. Então ocorreu uma mudança na maré política. Havia uma contradição da UNITA com relação a um elemento importante. A ferrovia de Benguela – construída com capital inglês no início do século XX – ligava o porto de águas profundas de Lobito (o principal do país) às províncias produtoras de cobre da Zâmbia e, em menor medida, do Zaire. Naturalmente, esta era uma fonte significativa de proventos para os portugueses por meio de tarifas alfandegárias. Por sua vez, o governo da Zâmbia – cuja economia dependia pesadamente da produção de cobre que não tinha outro escoadouro senão a ferrovia – vinha fornecendo ao menos sua benevolência com os movimentos de libertação nas suas fronteiras (i.e. UNITA e MPLA) na esperança de preservar a ferrovia aberta aos negócios. A UNITA não pôde manter o compromisso tácito.<sup>23</sup> Após vários ataques aos trens, comprometendo o funcionamento da ferrovia (com a retenção de maquinário pesado para as minas nos portos do Lobito), a Zâmbia desentende-se com a UNITA. Esse golpe repentino pega Savimbi, no exterior, em pleno pulo, uma vez que o acesso a suas bases no leste só era possível a partir da fronteira zambiana. Ele e alguns partidários receberam uma fria recepção em Lusaka, onde as autoridades lhes permitiram quando muito voltar de onde vieram. De regresso ao Cairo, juntou-se com Tony da Costa Fernandes, Miguel N'zau Puna e Jorge Sangumba, com quem formou um comitê da UNITA no exterior. Um ano depois, Savimbi e Miguel Puna conseguem se infiltrar novamente em Angola

---

<sup>23</sup> Apesar de, posteriormente, Savimbi ter mantido contato com a direção da *Tanganyica Concessions* em Londres, proprietária da ferrovia (BRIDGLAND, 1986:292).

através da Namíbia e, apesar de tensa, a situação em Lusaka permanece ambígua devido à presença de muitos refugiados angolanos nesse país.

Savimbi permaneceria em Angola ininterruptamente nos próximos seis anos. Acontece então o segundo congresso da UNITA – uma manifestação de que o movimento vingara. Esse é ainda, no entanto, um momento de grande instabilidade. Savimbi conta como, em um ataque repentino de tropas portuguesas, fora salvo por um *soba* que o escondera em sua casa. Ou ainda quando um espião entrega pormenores do acampamento da UNITA à PIDE que, em ataque (‘Operação Tenaz’), quase captura Savimbi custando ao movimento trezentos membros aprisionados do comitê local (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:42-44). O exército português, nos seus esforços de desbaratar o punhado de combatentes, distribuía panfletos por helicópteros com cartas forjadas de familiares dos guerrilheiros exortando-os a entregar-se. É também o momento em que os portugueses começam uma política de esvaziamento do campo com o propósito de negar o apoio dos camponeses aos movimentos. A consequência são aldeias abandonadas e destruídas e o aumento do fluxo de refugiados na Zâmbia e no Zaire (DAVIDSON, 1973).

É interessante notar também como os portugueses, nesse ínterim, podem ter sido instrumentalizados pelos movimentos. Se de um lado, cada um dos movimentos era ainda muito fraco para representar uma ameaça militar a um exército financiado por um orçamento de estado (mesmo que um estado relativamente modesto como o português); de outro lado, por serem virtualmente indestrutíveis em sua tática de guerrilha de atacar-esconder, podiam denunciar as posições de seus rivais aos portugueses, estes com superiores meios de atacá-los. Apesar desse expediente não ser diretamente referido – porque eticamente não escusável entre movimentos com um fundamento discursivo supostamente de libertação em comum – ele é sugerido a todo o momento. No caso da UNITA, o principal desses momentos – e o que gerou maior controvérsia –, é o da Operação Madeira.

### *Operação Madeira*

Em 1974, o MPLA publica parte de documentos traduzidos para o francês na revista *Afrique-Asie* – de tendência pró-MPLA – que revelavam a colaboração escandalosa de Savimbi com os portugueses desde 1972. Essa publicação veio logo após assinatura de um cessar-fogo da

UNITA com os portugueses, alguns meses antes da Revolução dos Cravos em Portugal, que abriria um processo que culminaria com a independência das colônias. Na altura, a FNLA e o MPLA ainda não tinham assinado nenhum cessar-fogo. Savimbi respondeu às acusações alegando que os documentos teriam sido forjados. Os documentos compreenderiam uma série de cartas supostamente trocadas entre Savimbi e os militares portugueses (além de madeireiros portugueses, seus intermediários) anteriores à aliança entre o MPLA e a FNLA. Nelas, Savimbi pedia suprimentos, recursos médicos, armamentos, munições e salvo-condutos pelo rio Luanguinga para atacar as bases do MPLA na Zâmbia e ofereceria guias e informações aos portugueses. Tais documentos revelariam que Savimbi seria um agente dos portugueses e que a trégua obtida recentemente poderia ser tão somente um dos frutos dessa aliança contra o MPLA e a FNLA. Na altura, a UNITA se defendeu alegando que as cartas teriam sido forjadas porque as bases da UNITA impediam o acesso do MPLA às suas bases no leste a partir do seu tradicional centro de resistência a nordeste de Luanda. E apontou como a base de acusação contra a UNITA mudara da imagem de um grupo insignificante, ultraradical e maoísta, para a de um reacionário e colaborador dos portugueses.

Com relação à trégua com os portugueses, Savimbi a justificou dizendo que, uma vez que a liderança da UNITA estava baseada no interior de Angola – ao contrário dos demais movimentos – precisava iniciar conversações preliminares com os portugueses, algo que os demais já teriam começado a fazer na Bélgica e no Canadá (BRIDGLAND, 1986:107). Savimbi declarou ainda que as alegações de Lúcio Lara – um dos fundadores linha-dura do MPLA – de que o MPLA possuiria cópias das correspondências originais, mas nunca levadas a público, seriam uma balela. ‘Ele não pode fornecê-las porque elas não existem’ (Idem, Ibidem). Três anos depois, a publicação de Vinícius e Saldanha – pró-UNITA – afirma que a Revista *Afrique-Asie*, de Paris, teria empreendido uma campanha caluniosa após assinatura do cessar-fogo (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:64). As objeções são as que se seguem. Por exemplo, que a carta de Savimbi ao general Luz Cunha fora escrita em “português mal digerido” e que, para os que conheciam Savimbi, seria prova de que se tratava de uma falsificação ridícula. Haveria, ainda, outras farsas precedentes da *Afrique-Asie*. Em 1966, acusou a recém-criada UNITA de ser uma sucursal da FNLA com o propósito de desviar a atenção internacional das atividades do MPLA no leste. De 1969 a 1973, teria acusado a UNITA de ser uma sucursal da CIA com o propósito de criar um governo fantoche. Basil Davidson teria dito que a UNITA não passava de um punhado de seis

irresponsáveis. O historiador inglês teria dito, também, ao *Le Monde* que Savimbi vivera, de 1968 a 1972, disfarçado como pescador em Livingstone, Zâmbia. Em 1974, o MPLA afirmaria que Savimbi teria sido morto em emboscada depois que portugueses descobriram sobre sua colaboração com a PIDE<sup>24</sup>. Informativos da KGB – ‘vazados’ por *Afrique-Asie* – diriam, ainda, que a UNITA estaria vendida a China com interesses em estabelecer seus excedentes populacionais em território angolano. Savimbi diz ter sido o único líder a dar entrevistas depois de assinado o acordo de Alvor – que reconhecia o fim da guerra entre as forças portuguesas e os três movimentos de libertação – e o jornalista de *Afrique-Asie* não quisera interpelá-lo. Pelo tom das publicações, realmente parece não haver dúvida sobre o viés editorial da revista. Não obstante, estender esse reconhecimento à convicção da falsidade dos documentos e da aliança da UNITA com os portugueses é outra questão.

As autoridades portuguesas, tendo recebido uma requisição da própria UNITA para que se organizasse uma comissão de investigação, é claro, negaram a existência do acordo naquela altura. Segue a posição oficialmente publicada do exército português: “(...) o alto-comando português em Angola nessa altura fez saber da improcedência de tal inquérito, uma vez que não era lógico inquirir sobre algo que se sabia de antemão não ter existido.” (Idem: 67). O brigadeiro Ferreira de Macedo, atuante no Moxico por três anos, em entrevista para *A Província de Angola*, disse que nunca houvera colaboração com a UNITA antes da Revolução dos Cravos. Como veremos depois, a postura do exército português era menos a de proteção de quem fora um aliado e mais a de se desvencilhar, na altura, do reconhecimento tácito de mais um movimento. A UNITA também ‘requereu’ uma comissão internacional que não aconteceu – como era de se esperar. O jornalista francês, Dominique Roux, simpatizante da UNITA e que visitou o leste de Angola na ocasião, também envidou esforços para desmentir o fato. Savimbi se esforçava para fazer crer que a assinatura do cessar-fogo pelo MPLA e FNLA – estes após a Revolução dos Cravos – nada mais fazia do que seguir seus passos pioneiros.

No entanto, as evidências que vieram depois à tona são conclusivas. William Minter publicou em 1988 um compêndio minucioso das cartas trocadas traduzidas para o inglês – com cópias dos originais anexadas. Segundo memorando da DGS (ex-PIDE) de novembro de 1971, a estratégia da UNITA estaria voltada somente para a sobrevivência e, portanto, Savimbi poderia

---

<sup>24</sup> Esse foi um tipo de notícia que, como veremos, tornar-se-ia comum. Depois de ter tido sua morte anunciada diversas vezes, Savimbi só foi acreditado morto em 2002, quando a emissora nacional de televisão exibiu filmagens do seu corpo.

estar, de fato, disposto a um acordo (MINTER, 1988:19). Uma carta de um ex-militar português anônimo do período em questão, diz que ele testemunhara negociações da UNITA com a PIDE no sentido de combater o MPLA já em 1969 (Idem: 106). Na época das publicações de *Afrique-Asie*, no entanto, houve pouca manifestação de portugueses a respeito, além daqueles círculos esquerdistas já voltados em favor do MPLA. Uma exceção seria o livro *Depoimento* de Marcelo Caetano, onde aquele que assume o cargo de Presidente do Conselho após o acidente de Salazar, menciona o general Bettencourt Rodrigues, que teria conseguido “pacificar o leste” e chegar a “entendimento com a UNITA”. Savimbi aponta como falsas as afirmações de Caetano e afirma que fora o único movimento que não combatera no exílio – não exatamente rebatendo a sugestão, mas reivindicando prestígio a torto. Diz que não houvera pacificação, somente algumas deserções esporádicas para o exército português – um grande eufemismo, como veremos.

Guerra (2002:60), outro biógrafo desfavorável a Savimbi, traz à tona a declaração do último ministro da Defesa Nacional e penúltimo ministro do Ultramar do regime colonial, Joaquim Silva Cunha, em 1974: “quando eclodiu o 25 de Abril [i.e. a Revolução dos Cravos] estava-se à beira de uma solução, baseada na reintegração de Savimbi, com a organização que chefiava, na soberania portuguesa.” O General Costa Gomes, comandante-em-chefe em Angola entre 1971 e 1972, declarou em entrevista, em 1979, que a UNITA estava praticamente neutralizada tendo assinado um acordo suspendendo as operações militares em 1971 – o qual seria violado pelos portugueses em 1973 (MINTER, 1988:17). Como aponta Guerra, de fato o período entre 1971 e 1974, quando teriam se dado os acordos, é marcado por um hiato na história oficial do partido (o que talvez também pudesse se justificar pela redução das atividades à mera sobrevivência).

Em 1979, Augusto Carvalho, editor de *O Expresso*, publica mais documentos envolvendo o que já se identificava como a Operação Madeira (devido ao envolvimento dos madeireiros portugueses nas negociações). Minter aponta como essas publicações permaneceram ignoradas pelo mundo não lusófono. Ainda segundo ele, Sitte – o jornalista austríaco pró-Savimbi que era um dos elos de ligação da UNITA com o mundo –, ao traduzir as cartas de *Afrique-Asie* para o alemão, disse não haver dúvidas quanto a sua autenticidade. (MINTER, 1988:17). As cartas publicadas por Minter revelam o general Bettencourt Rodrigues como um dos encarregados das negociações com a UNITA. Os acordos na área da cabeceira do rio Lungue-Bungo previam a captura de armas e comida do MPLA, enquanto os portugueses forneceriam munição e

suprimento médico e escolar. Ele viria a declarar em entrevista, na época, que se poderia assumir que os documentos eram genuínos, mas que seria muito cedo para discutir esse material confidencial – algo que talvez não pudesse ser possível até que a guerra fosse vencida por uma das partes. Assumir abertamente sua participação nos acordos, talvez pudesse levar a prejuízo pessoal da carreira desse militar. De fato, a substituição do general Bettencourt Rodrigues pelo brigadeiro Barroso Hipólito, em meados de 1973, como veremos, parece ter levado à retomada das hostilidades contra a UNITA por parte dos portugueses.

De todo modo, é impossível não reconhecer a evidência da variedade de fontes afirmando e detalhando os acordos. Como aponta Minter, o fato de os documentos de 1972 serem mais comprometedores do que os outros, faz com que não fizesse sentido ter fornecido documentos menos incriminadores posteriormente, caso eles fossem todos forjados. Em uma carta de 1972, o Tenente Coronel Ramires de Oliveira diz a Savimbi que cada vez que o ‘corredor’ para a Zâmbia fosse usado, ele teria de saber para, sob algum pretexto, retirar suas tropas da área (MINTER, 1988:20). O resultado pragmático da Operação Madeira, para Savimbi, é que lhe deu quatro meses de livre movimento por Angola em um momento em que sua própria organização estava ameaçada – até que os portugueses quebrassem o acordo. Além disso, é claro, tornou possível atacar as tropas do MPLA na região e fortalecer sua reivindicação à área, já antecipando a guerra civil que oficialmente só começaria após a independência.

Em carta para Ten.-Cor. Armênio Nuno Ramires de Oliveira, Savimbi, muito cordial, faz o relatório dos resultados de dois ataques – um contra a UPA e o outro contra o MPLA e pede autorização para atacar um acampamento de guerrilheiros do MPLA em certa área durante um mês, depois do que se retirariam (MINTER, 1988:20). Edmundo Rocha, um mulato da UNITA que atuava como elo de ligação com os portugueses, envia uma carta a Zeca de Oliveira – um dos madeireiros portugueses – em setembro de 1971, reveladora sobre os princípios de organização da UNITA. Nela, Edmundo diz que achava muito desagradável a carta anterior de Zeca não ser datada – mais um sinal do não comprometimento dos portugueses – e diz que, por ser mestiço, encontrava muitas dificuldades em pertencer à UNITA.

(...) os pretos sem estudo estão com medo da minha ascensão<sup>25</sup>, a qual não estou a buscar. [...] Não acredito que tenha existido um Preto na região que melhor entenda a assimilação portuguesa na África do que o nosso sempre triste SAVIMBI. Eu sei que SAVIMBI morrerá incompreendido. (MINTER, 1988:39)

---

<sup>25</sup> Edmundo era formado em engenharia pela Universidade de Denver.

Vislumbramos aqui o caráter agregador do movimento em torno da personalidade de Savimbi. Designado o ‘Mais Velho’ pelos portugueses na Operação Madeira, assim como em outras circunstâncias.<sup>26</sup> Por fim, a aliança com os portugueses parece começar a ganhar forma. Em carta ao comandante da Zona Militar do Leste, Savimbi fala sobre a escassez de alimentos para suas forças em áreas de disputa com a UPA e o MPLA, embora em suas bases tenham bastante lavras ‘sem que nos tornemos um peso para o povo.’ Diz que mais auxílio seria desejável para dar prosseguimento à ‘luta contra a subversão no leste’. Diz que a guerra, como era lutada, não beneficiava a mais ninguém. Ao que é respondido pelo comandante da ZML que concorda com ‘a análise’ feita por Savimbi com relação aos movimentos subversivos em Angola e discrimina como a UNITA poderia ser útil:

- Manter a população numa atitude desfavorável ao MPLA;
  - fazer desacreditar este movimento;
  - preparar e apoiar grupos de ação contra as bases do MPLA;
  - colher informações sobre as actividades do MPLA e sobre a situação política na Zâmbia e noutros estados africanos;
  - fazer pressão sobre o governo da Zâmbia no sentido de alterar a sua política em relação a Portugal.
- (MINTER, 1988:42)

Em memorando da DGS de Luanda para o governador geral de Angola (Rebocho Vaz) emitido a seguir, lê-se que UNITA estaria impotente em salvaguardar a população em sua área, mas que seria de grande interesse aumentar o contato com Savimbi via os madeireiros da região; além de considerar a possibilidade de enviar suprimentos à UNITA para ganhar sua confiança. O general Bettecourt Rodrigues, do Comando da Zona Militar do Leste, teria expressado seu apoio, bem como o governador do Moxico. O governador, por sua vez, diz que o governo seria capaz de prover apoio financeiro para toda a população sob influência da UNITA, caso os resultados da UNITA contra o MPLA e UPA fossem positivos. Nas minutas do encontro entre madeireiros e um enviado de Savimbi, publicadas em *O Expresso*, consta que os madeireiros teriam livre acesso à região de Cangumbe, que a UNITA pedia armas e munições para combater o MPLA e que após a luta com o MPLA, a integração da UNITA seria considerada. Segundo Savimbi, nas cartas, tornar-se aliado dos portugueses seria preferível a aliar-se com qualquer outro país estrangeiro, o que seria uma forma de ‘neocolonialismo’. Aqui fica claro como os discursos se adequavam às circunstâncias pragmáticas ditadas pela necessidade de sobrevivência do

---

<sup>26</sup> Assim como também o era Holden Roberto. Essa designação remete a uma grande reverência aos anciãos entre diversas populações africanas, e especialmente banto, segundo a qual estes estariam mais próximos dos antepassados e, portanto, seriam detentores de prerrogativas mágicas – até mesmo os seguidores mais velhos do que Savimbi o chamavam assim. Esse paralelo com a magia não é isolado no caso de Savimbi.

movimento. O trânsito por esses discursos, como veremos, tornou-se a especialidade de Savimbi. Mas ele não era o único.

Aqui é importante fazer um apontamento. Em 1973 – apenas um ano antes da Operação Madeira – o próprio MPLA, que na altura também se encontrava privado de apoio expressivo e encontrava dificuldade de se opor à mais forte FNLA no norte, também teria buscado um acordo com os portugueses numa tentativa de pôr o que restava de sua guerrilha à disposição das autoridades coloniais contra a FNLA. Essa abordagem é relatada em detalhes pelos quatro generais Luz Cunha, Kaulza de Arriaga, Bettencourt Rodrigues (o mesmo envolvido nas negociações da Operação Madeira) e Silvino Silvério Marques no livro *A vitória traída* (1977) – cujo título é uma referência ao sentimento do alto-escalão militar português que se sentia traído pela revolução de abril. A forja de alianças aparentemente incongruentes e contra manipulação era um lugar-comum na guerra, mesmo no período de libertação (quando os diferentes movimentos já estavam lutando uns contra os outros e usando a presença das tropas portuguesas a seu favor, antecipando a disputa por poder quando a independência chegou). O limiar entre a guerra de libertação e a guerra civil é, portanto, muito borrado.

De início, as autoridades portuguesas se recusaram a fornecer armas até que Savimbi esclarecesse o que seria a “integração” pretendida, mas forneceu munição enquanto a UNITA fornecia guias. Depois a integração, como era esperada, foi definida pelas autoridades portuguesas: conferir cargo administrativo a Savimbi; absorção das guerrilhas da UNITA como tropas irregulares; disponibilidade financeira para a promoção sociocultural de populações sob influência da UNITA e formação de aproximadamente cinquenta e cinco guerrilheiros. Ao que o governador geral acrescenta uma nota de rodapé (destinada somente à leitura interna) dizendo que Savimbi só poderia obter um cargo semioficial de remuneração modesta (MINTER, 1988: 49).

É comum a referência nas cartas entre oficiais e funcionários portugueses referir-se ao estado precário e de ausência de víveres no qual se encontrava a UNITA. Essas privações, agravadas pela recusa de apoio do presidente Kaunda da Zâmbia, que havia sido novamente requisitado, podem ter contribuído enormemente para a aliança com os portugueses. É precisamente devido a essa situação de carência que as negociações com os portugueses parecem ter adquirido um tom desfavorável para a UNITA. Os portugueses frequentemente declaravam que tratavam com a UNITA e Savimbi tão somente como cidadãos portugueses e a “integração” pode ter tido muito mais o propósito de neutralizar um movimento – a UNITA – do que, com

isso, ameaçar os demais. Uma neutralização barata, não muito comprometedor – contanto que permanecesse sigilosa (e assim foi mantida pelo governo logo depois) – e com alguns dividendos militares. Um bom negócio. O tom das cartas parece ser muito mais o de concessões do que negociações, dada a disparidade das forças envolvidas. O trunfo de Savimbi na barganha era a sua capacidade de sobreviver e desferir alfinetadas nas retaguardas dos portugueses; mas, muito mais importante, era sua capacidade potencial de despontar na arena internacional da opinião pública como mais uma sigla a corroer a já carcomida legitimidade da presença lusitana em Angola. Por isso a insistência das autoridades portuguesas para que esclarecesse suas pretensões e de seus seguidores na “integração” – sem cujas definições adequadas, a própria natureza da aliança não lhes seria interessante. Quando Savimbi se recusa a enquadrar-se nessas exigências – uma vez que o seu propósito não era dissolver a UNITA, mas, pelo contrário, ganhar tempo e fortalecê-la para a verdadeira luta que se delineava – i.e. pelo poder de Estado numa Angola na iminência de se tornar independente – a aliança começa a se esfacelar.

A luta entre os três movimentos se inicia tão logo cada um deles se encontra no interior de Angola. Nesse sentido, em muitos casos, parece haver, no período de guerras de libertação que antecede a independência, duas guerras sobrepostas. Uma contra o exército português e a outra por projeção de poder na arena de legitimação política. A independência era uma questão de tempo e mesmo alguns portugueses e angolanos brancos já anteviam isso, apostando suas fichas em alguma configuração do pós-independência, principalmente a partir dos anos 1970. Isso ocorria seja para garantir investimentos feitos (e eles começaram a retornar mais espetacularmente precisamente no momento em que a presença portuguesa começa a ser contestada), seja porque os próprios movimentos, carentes de recursos, manipulavam as forças da situação a seu favor.

Nesse sentido, a guerra civil que já se assomava – ainda estrangulada pela falta de recursos, uma vez que nenhuma potência estrangeira ousaria investir pesadamente em dinheiro e armas para um dos movimentos num território de um país membro da OTAN<sup>27</sup>, mas já delineada nos seus interesses – tinha nos portugueses, em alguns casos, uma espécie de moderadores. Não à toa, todo o processo de conversação entre os movimentos para a independência ocorreu por intermédio de Portugal, bem como a assinatura de seu acordo, depois malogrado, em Alvor (sul

---

<sup>27</sup> Portugal facultava aos EUA o acesso à imprescindível base naval nos Açores a partir da qual podia se patrulhar todo o Atlântico em busca de submarinos soviéticos. Essa era uma carta valiosa na negociação portuguesa com países mais fortes.

de Portugal). Moderação essa que, quando suspensa, abriria as portas para que a guerra civil – já existente virtualmente – se incendiasse com a conseguinte abertura do capital bélico-ideológico a lhe fornecer insumos. Veremos que os eventos deflagrados pela Revolução dos Cravos, em 1974, e a conseguinte reconfiguração política portuguesa, no coração mesmo do aparato militar<sup>28</sup>, teriam consequências decisivas em Angola independente e na disputa entre os movimentos.

Antes disso, no entanto, se o MPLA havia sido formado na França e se instalado na Guiné-Conakry (depois no Congo-Brazzaville), lançando guerrilhas em Cabinda e depois no leste angolano; se a FNLA havia se instalado no Zaire (Kinshasa) e já se batia com o MPLA no norte; a UNITA ainda não contava com uma retaguarda segura e é bem possível que o encontro com a guerrilha de Chipenda no leste pudesse ter tido resultados desastrosos não tivesse ela se aliado aos portugueses – a despeito de quão ignominiosa pudesse parecer essa aliança. Tanto mais se pode crê-lo quando consideramos os poucos recursos disponíveis para os movimentos nesse período: instrutores chineses, material de guerra francês e financiamento zairense e da CIA para a FNLA; auxílio de organizações comunistas europeias e da URSS para o MPLA; e mesmo nada comparável para a UNITA além do treinamento de alguns oficiais na China maoísta. Tendo-se em conta esse panorama, a luta da UNITA no leste contra o MPLA não é, de forma alguma, um desvio de seus fundamentos e necessidades, embora gerasse constrangimento do ponto de vista do discurso e da imagem do movimento. Pode-se ir além e afirmar que tais confrontos eram inevitáveis tão logo ocorresse encontros dentro do território angolano. Nas palavras de Savimbi em carta aos portugueses:

Não por causa disso, estamos dispostos a reconhecer tal concomitância [dos interesses dos militares portugueses e da UNITA] como um favor à UNITA, mas como se situa na linha histórica de eventos quando dois ou três movimentos existem sem coexistir no mesmo país ou na mesma área. Através de concorrência involuntária, nós frequentemente temos tido de lutar contra o MPLA, por exemplo, enquanto as suas forças [dos portugueses] estavam também combatendo o mesmo inimigo. (MINTER, 1988:63)

Savimbi conta, então, o caso em que, em julho de 1971, tropas da UNITA iam atacar o MPLA em Chilongoi quando foram atacadas por tropas portuguesas – um evento lamentável. E acrescenta não ter entendido porque recebeu cartas dos portugueses não assinadas, uma vez que ele não teria interesse nenhum em publicá-las, muito pelo contrário. Nas cartas seguintes, Savimbi realça a importância dos fatores regionais para a configuração da luta naquele momento. Diz que o MPLA é o maior obstáculo para se atingir a "PAZ" e alega que as autoridades do

---

<sup>28</sup> A revolução fora desencadeada a partir do Movimento das Forças Armadas tendo à testa principalmente oficiais subalternos.

Congo (Brazzaville) estão convencidas de que a luta do MPLA em Cabinda não tem futuro e estão manejando, portanto, a sua transferência para o Zaire com Mobutu – manobras para a unificação do MPLA e da UPA<sup>29</sup>. Isso é claramente um blefe. De fato, a UNITA ainda tinha a Zâmbia hostil a si, ainda que possuísse bases em meio às fronteiras porosas e populações ali solidárias, muitas vezes de refugiados angolanos mesmo. Quando Savimbi recebe proposta da Zâmbia – sempre ciosa das ferrovias – para que se aliasse ao MPLA ele responde aos portugueses com uma veemente recusa:

Há um fato irrefutável: nós tomamos parte ativamente no enfraquecimento do MPLA em certas regiões do leste. E que nós não podemos ter ilusões de qualquer tipo de aliança com os homens que estão nos combatendo e a quem combatemos sem cessar. Quaisquer que sejam as intenções do governo, nós não entreteremos ilusões de levantarmos armas contra as autoridades. (MINTER, 1988:68)

Seu ponto, ademais, é de que a UNITA seria uma aliada privilegiada no contexto de guerras na fronteira uma vez que não implicaria em atritos diplomáticos (e oferece uma lista de recursos dos demais movimentos arrolados no último encontro da OUA em Rabat). Descarta também a possibilidade de ter a FNLA como futuro inimigo, por esta ser fraca.

Como mencionado, porém, suas esperanças caem por terra quando os portugueses passam a desrespeitar os acordos. Assim que o general Bettencourt é substituído do comando, as cartas de Savimbi adquirem tom de indignação contra os repetidos ataques desferidos pelos portugueses. Tenta apelar, inclusive para as autoridades de Luanda – o que se mostra infrutífero dado o caráter não oficial dos acordos feitos até ali. A seguir a UNITA admite alguns ataques a caminhões portugueses, mas reclama da brutalidade dos Flechas<sup>30</sup>. Mas a Operação Madeira já havia sido nulificada pelo novo comando que não via mais interesses em protelar o combate a um movimento clandestino e manifestamente contrário à presença portuguesa em Angola.

Quando, já depois da Revolução dos Cravos, a UNITA procura os portugueses exigindo um reconhecimento oficial do cessar-fogo por eles anteriormente acordados, recebe a seca resposta de que não seria possível tornar o cessar-fogo oficial, pois isso implicaria um reconhecimento tácito da UNITA, mas que ainda assim seria desejável que cessassem as hostilidades (MINTER, 1988:96). Na altura, os portugueses atribuíam ataques da UNITA ao

---

<sup>29</sup> De fato, como mencionado acima, o MPLA já havia se instalado em Kinshasa juntamente com a FNLA, mas, vencida pelo apoio esmagador de Mobutu aos segundos e em meio a ambiente hostil, viram-se obrigados a se refugiar no Congo, vizinho, de governo pró-soviético.

<sup>30</sup> Tropas nativas recrutadas e treinadas pelos portugueses, sobretudo entre os ovimbundu. Grande parte dos Flechas iria ser incorporada a UNITA após a independência (Guerra, 2002:91).

MPLA para não reconhecer mais um movimento e para indispor o segundo com a Zâmbia que o vinha apoiando. O fim do acordo com os portugueses e a reviravolta política na metrópole em 1974 – fazendo com que a independência estivesse quase ao alcance das mãos – fez com que a UNITA tivesse de adotar uma estratégia inteiramente diversa se quisesse estar do páreo pela disputa do poder. Precisava urgentemente de visibilidade internacional que a legitimasse. Entretanto, o movimento era ainda demasiado fraco militarmente para fazer face aos seus dois adversários que já ensaiavam as primeiras disputas por Luanda. O que fazer? A esperança jazia no período de transição.

A Revolução dos Cravos, como toda derrubada de um regime ditatorial – como foi o caso com a queda de Caetano que sucedera o longo regime de Salazar – é um evento traumático e complexo. Não cabe a mim, aqui, esmiuçar esses fatos que foram muito melhor analisados por outros autores. Mas a Revolução dos Cravos, como é de se imaginar, teve profundas repercussões em Angola, como nas demais colônias. Do dia para a noite, o Movimento das Forças Armadas (doravante MFA) – como ficou conhecido o movimento de oficiais subalternos das Forças Armadas, profundamente insatisfeitos com a guerra e o regime – derrubaram o governo e puseram em foco todas as mazelas das guerras do “colonialismo de prestígio” português (BENDER, 1978). Não é possível afirmar se há alguma primazia de causa e efeito, relação entre fenômeno e epifenômeno seja entre a revolução na metrópole e as guerras de libertação nas colônias – guerras coloniais para os portugueses –, ou o inverso. O fato é que os dois processos estavam intimamente relacionados, absolutamente imbricados e certamente contribuíram para precipitar um ao outro. Logo que houve a queda do regime, não estava claro qual seria a linha política do próximo governo. Se, de um lado, os revolucionários esquerdistas exigiam uma mudança radical e a subida de um presidente com um ponto de vista condizente ao poder, de outro, outras tendências mais conservadoras demandavam um homem de compromisso que soubesse dirigir o novo “governo de salvação nacional” sem turbulências. Esse homem era o general Spínola e Savimbi via aí a possibilidade de conseguir uma entrada no novo governo de transição angolano. Em cartas ao Comando da Zona Militar do Leste, em junho de 1974, Savimbi teria afirmado que só se sentiria seguro com relação à descolonização de Angola se levada a cabo por um governo português forte e centralizado na figura de Spínola. E que, nesse momento, ele mesmo preferiria desenvolver uma campanha política por consolidação do governo

do General Spínola do que pela independência de Angola (MINTER, 1988:99). Veremos que o seu receio, ainda que fosse escandalosa a maneira com que o expressou, não era sem fundamento.

Porém, rompida a aliança com os militares portugueses – apesar de novo cessar-fogo ter sido acordado –, e precisamente por essa aliança não lhe render agora qualquer benefícios, Savimbi ainda precisava definir o novo rumo a seguir. Referindo-se ao período, anos mais tarde, Savimbi cita Charles De Gaulle ao dizer “na política, como na guerra, é preciso fazer crer ao inimigo que se quer aquilo que não se quer e que se está ali onde não se está” (apud. SAVIMBI, 1997:44). Em defesa de suas negociações – embora não admitisse a existência da Operação Madeira –, afirmou que, sobre o campo, nem o MPLA, nem a FNLA, nem a UNITA representavam sozinhos, ou mesmo juntos, uma potência militar capaz de enfrentar vitoriosamente um exército português de quase cem mil homens. “Era o tempo de conciliações” (SAVIMBI, 1997:76). À altura do acordo de cessar fogo com os portugueses, em 1974, entretanto, os administradores e o exército – no espírito do MFA – já estavam apoiando majoritariamente o MPLA, “os melhores mantenedores da lusitanidade”, segundo Savimbi (e daí suas esperanças depositadas em Spínola). Ao negociar o cessar-fogo com os portugueses, Savimbi fora descrito: “depondo as armas por ter visto vencido o inimigo, o colonialismo, se declarou disposto a dialogar com os portugueses com vista a uma tarefa comum de reconstrução do país, na mais completa harmonia racial.” (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:15). Porém, para manter o seu lugar no rol dos movimentos de libertações elegíveis à representação no governo de transição que se anunciava mais ‘avermelhado’ do que se imaginara, seria necessária outra imagem. Por isso, em 26 de abril de 1974, logo após a Revolução dos Cravos ter sido deflagrada, Savimbi monta uma emboscada a soldados portugueses – quebrando o cessar-fogo – numa tentativa de legitimar a UNITA frente à OUA como movimento de libertação e participar das negociações. O ataque foi reconhecido pela própria UNITA como um dos maiores até então sofridos pelas tropas portuguesas (Idem: 37). Certa vez, Savimbi teria dito ao jornalista austríaco Sitte a respeito das alianças circunstanciais: “Se alguém que não sabe nadar cai num rio, ele agarra qualquer pau que lhe dê uma chance de ser salvo”. Essa frase se aplica muito bem à sua relação com os portugueses antes da independência. E a veremos replicada quando se tratar dos sul-africanos.

### *A independência anunciada e a questão dos brancos*

Os primeiros jornalistas e observadores estrangeiros começam a chegar às bases da UNITA entre 1969 e 1973 a partir do saliente de Cazombo na fronteira com a Zâmbia. Foram eles: Steve Valentine (do *The Times of Zambia*), Fritz Sitte (já mencionado) e Leon Dash (afro-americano e jornalista do *The Washington Post*). A comunicação da base de Savimbi no Lugue-Bungo com o mundo exterior se fazia através da aldeia de Cangumbe (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:49). É nesse período também que a UNITA é reconhecida pela OUA ao lado do MPLA e da FNLA e passa a contar com uma modesta ajuda financeira dessa organização. Apesar do encontro entre os três movimentos em Cangumbe (próximo à ferrovia de Benguela) para formar uma frente comum a qual comparece Rosa Coutinho – o mencionado primeiro alto-comissário do período de transição conhecido como ‘Rosa Vermelho’ e manifestamente esquerdista –, a tensão entre os movimentos cresce. Se antes a UNITA podia beneficiar-se de certa obscuridade face aos demais movimentos, o seu reconhecimento no rol daqueles que poderiam disputar o poder quando os portugueses o deixassem vago, fez com que entrasse num outro círculo de hostilidades também. Quando, afinal, a Revolução dos Cravos em Portugal fez com que essa via se abrisse e a independência estivesse à vista, o ponto chave para a eclosão dessas tensões tornou-se claro: Luanda.

Não obstante a UNITA ainda fosse fraca militarmente frente aos demais movimentos e ter tentado se manter fora dos conflitos que ocorriam entre MPLA e FNLA pelo controle da capital – sob os olhos cada vez mais coniventes dos portugueses – ela não pôde fugir a algumas de suas consequências. O “Massacre do Pica-pau”, quando tropas do MPLA fuzilaram grande número de recrutas da UNITA na capital, ficou célebre entre a lista de queixas desta ao primeiro, que renderiam mais violências nos anos vindouros.

Se dermos créditos a alguns analistas do momento (e.g. GUIMARÃES, 2001) e assumirmos as tensões iniciais às vésperas da independência como ainda mais fortemente marcada por linhas étnicas do que acabaria depois se conformando (por exemplo, nas eleições de 1992), é possível afirmar que, se houvesse eleições naquele período, a UNITA provavelmente as venceria. Um relatório da OUA de outubro de 1975, feito após uma missão desse organismo (que é creditado bastante isento), atestaria o apoio majoritário à UNITA – mas a sua divulgação em

cimeira da ONU teria sido abafada por um diplomata soviético (VINÍCIUS; SALDANHA: 1977:9). Outro relatório do Ministério das Forças Armadas portuguesas também teria chegado à mesma conclusão. Entretanto, seja como for, como seria de se adivinhar, não se tratava de um jogo democrático. Mesmo que o fosse, o legado colonial português e as diferentes regiões do país, com seus diferentes interesses, história e auto-identificação, dificilmente poderiam fazer com que o resultado de tal eleição fosse razoavelmente representativo para todas as parcelas da população a que se sobreporia. Ainda assim, o que valia de forma pragmática para os movimentos naquele momento, era não só a legitimidade de sua reivindicação ao poder, como a sua capacidade de impô-lo e mantê-lo.

Desde que a independência angolana fora programada para 11 de novembro de 1975 em Luanda (apesar de eleições estarem palidamente previstas), instaurou-se uma corrida armamentista entre os movimentos sabendo que o prêmio seria daquele que estivesse de posse da capital na data pré-fixada. Na altura, o MPLA começava a receber massivo incremento de armas cubanas e soviéticas (LEOGRANDE, 1980). A FNLA, portanto, que até então fora o mais forte militarmente dos três movimentos, se vê na iminência de ser ultrapassada pelo MPLA. O apoio dos EUA na altura estava interdito – ao menos na mesma proporção que o soviético – por uma opinião interna dividida desde o fiasco do Vietnã que culminaria na *Clark Amendment*, aprovada no Senado em 1975, que previa a proibição do apoio a grupos paramilitares privados em Angola. Sabendo-se incapaz de lutar contra os rivais, Savimbi organizou uma cimeira no Quênia onde propôs que fosse organizado um governo de transição de cinco anos com os três movimentos representados, de modo a fortalecer seu movimento até que eleições pudessem ser organizadas (BRIDGLAND, 1986:124). A proposta foi recusada. Mais uma vez, apesar de terem salvo-conduto do MPLA, tropas da UNITA foram massacradas em emboscada ao cruzar o rio Cuanza perto de Dondo. Diversas outras escaramuças entre os três movimentos ocorrem ao mesmo tempo e a UNITA acaba também por retaliar quando podia. Savimbi deixa claro seus pensamentos acerca das eleições em carta ao Jornalista Carlos Mendes de 1974:

A UNITA é a favor de um período de preparação do povo de Angola para o jogo democrático. (...) O que se quer, depois de um período de actividade política intensa, uma vez volvida a paz a Angola, é a organização das eleições para a constituição da Assembleia Legislativa, de onde saia um governo responsável pelos destinos de Angola (apud. VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:53).

Ele pretendia, pois, antes de tudo, ganhar tempo. A UNITA era ainda demasiado fraca para desafiar seus rivais, cujo apoio internacional crescia exponencialmente em virtude da

iminente independência. O que mais Savimbi poderia fazer? Aonde conseguir os recursos que lhe faltavam e de que seus rivais gozavam? Esse seria mais um ponto controverso na história de Savimbi e da UNITA. Ele precisava dos brancos.

A postura de Savimbi parece ter sido sempre a de contrapor-se ao racismo dos brancos e mulatos em Angola. Desde que confiscara a bola no jogo no qual o juiz roubava em favor do filho do administrador, até ser morto a tiros, completamente isolado e desacreditado, Savimbi parece ter tido um projeto: uma Angola negra e africana – custasse o que custasse. Quando Savimbi finalmente viria a conhecer Agostinho Neto nos seus tempos de medicina em Portugal – no episódio do Clube Marítimo Africano de marinheiros comunistas, já referido –, este não acreditou, em princípio, que Savimbi fosse Ovimbundu. Um Ovimbundu do sul não poderia ser tão “brilhante” – talvez uma suposição compartilhada por muitos Ovimbundus e militantes da capital que consideravam os Ovimbundu colaboracionistas<sup>31</sup>. Agostinho Neto teria dito ainda que tinha dúvidas sobre a capacidade das populações negras do interior de se engajar na luta contra o colonizador (SAVIMBI, 1997:38). Aí teria se iniciado sua inimizade (BRIDGLAND, 1986:41). Ainda por essa época, segundo Savimbi, o anúncio do casamento de Agostinho Neto com uma portuguesa branca, Maria Eugénia, gerou indignação entre os jovens comunistas africanos, muitos deles sediados na famosa Casa de Estudantes do Império, em Lisboa<sup>32</sup>. Segundo Savimbi, Agostinho Neto era um homem de valor e princípios (note-se que isso foi dito depois de sua morte), mas um “idealista” governado por “realistas”. Seria desprovido de impulsos racistas, mas

---

<sup>31</sup> Durante o final do século XIX e início do XX, com a corrida imperialista desencadeada após a Conferência de Berlim entre as potências colonialistas, houve uma série de “guerras de pacificação” contra as populações do Planalto Central por parte das autoridades coloniais portuguesas (Pélissier, 1986). Ainda assim, paradoxalmente, pela sua condição de “não assimilados”, os ovimbundu seriam recrutados como grande parte das forças de contrainsurreição dos portugueses nas guerras de independência, dado seu relativo isolamento e a conseguinte falta de contato com os círculos revolucionários que vicejavam nos meios urbanos e com a insurreição camponesa no norte. A arbitrariedade dessas classificações étnicas é patente, sendo, em grande medida, construtos da própria administração colonial. Entretanto, é interessante notar como essas convenções foram resgatadas e ganharam novos sentidos à medida que a agenda política pós-colonial as mobilizou.

<sup>32</sup> Esse padrão de líderes e intelectuais negros – devotados à libertação do colonialismo e combate ao racismo –, paralelo a sua união com mulheres brancas, merece um comentário. Posteriormente, em 1973, em uma visita não oficial à Bulgária em busca de auxílio, Agostinho Neto viria a conhecer outra mulher com quem teve uma filha ilegítima chamada Mihaela Marinova que cresceu num orfanato búlgaro. Ao que parece, o primeiro jornalista angolano a se referir a isso, na época, apareceu morto (Cf. *Jornal Público*, online, 29/10/2010). Franz Fanon, o célebre teórico de Martinica contra o racismo e que lutara na independência da Argélia também teve filhos com duas mulheres brancas (uma delas ilegítima). A lista poderia estender-se. Como vimos, Savimbi também havia se casado com uma suíça no início de sua carreira política, mas seus dois casamentos posteriores foram com angolanas negras e de grupos étnicos minoritários, talvez refletindo seu discurso.

sua mulher, Maria Eugénia, e os mulatos do partido, teriam imprimido o caráter “anti-africanista” do movimento (SAVIMBI, 1997: 42).

Mais adiante veremos como na Revolta Nitista a questão racial permaneceria não resolvida no interior das fileiras do MPLA – principalmente entre a velha guarda do partido. Nessa época, a pressão por caracterizar o MPLA como partido africano de negros era ainda muito forte. A própria escolha de Agostinho Neto como líder da organização em detrimento de Viriato da Cruz – um dos teóricos do partido, membro fundador e mulato – depõe a esse respeito. Para Savimbi, no entanto, essa questão não se colocava. A UNITA possuía poucos mulatos e quase nenhum branco em suas fileiras (ao contrário do MPLA que refletia a realidade social de Luanda – especialmente em seus círculos mais “ilustrados” e manifestamente ‘conscientes de seu papel revolucionário’) e fora precisamente devido à postura contrária aos mulatos “perpetuadores do colonialismo” que ele se juntara inicialmente a Holden Roberto.

Savimbi diria que seria muito malvisto se os portugueses brancos (como teriam feito no Brasil) se dispusessem à testa de um Estado independente na África negra e, portanto, havia posto os mulatos na primeira linha (SAVIMBI, 1997:33). No entanto, Savimbi, o político que se queria governante, não poderia excluir os mulatos de seu projeto nacional e, portanto, desmente que os brancos e mulatos não seriam angolanos, “pois isso seria confundi-los com seus dirigentes”. Naturalmente havia espaço para todos os angolanos na lista de afiliações da UNITA, desde que, como classe, não pretendessem dirigir os futuros da nação. Pois, para Savimbi, os mulatos

concentrados nas cidades, onde se pretendem mais civilizados que os autóctones negros que permanecem nos campos, se consideram predestinados a dirigir Angola. (...) como se os dirigentes mulatos desse partido [MPLA] não tivessem senão um objetivo: eliminar os seus ascendentes, ricos proprietários de plantações, de imóveis, de empresas industriais e comerciais, para tornarem-se os seus únicos beneficiários. (Idem: 35-37).<sup>33</sup>

Savimbi se considera, portanto, como um ‘africano autóctone’ contrário aos ‘crioulos’ e ‘deculturados’. “É comum – diz ele – certos de seus representantes [dos mulatos] nos tratarem, nós os negros autóctones, de macacos, e os nomes tipicamente africanos os fazem rir.” (Idem: 35). Para ele, o concurso de tropas cubanas ao lado do MPLA, posteriormente, seria tanto anti-sul-africana como antiafricana e que viriam, antes, em resgate do “crioulismo angolano”. Diz que

---

<sup>33</sup> É interessante notar aqui o paralelo com as observações de Mamdani para outros contextos pós-coloniais africanos em que o colonialismo teria legado um grupo – não necessariamente de mulatos – como herdeiro das estruturas de governo, ao passo que os demais seriam sistematicamente excluídos, ainda que gozando de cidadania formal. O autor reuniu esses casos e o fenômeno sob o conceito de “Estado bifurcado” (MAMDANI, 1996).

num país como Angola, com negros, brancos e mulatos e com grande variação étnica, segundo ele, seria irreal esperar uma coabitação étnica e racial perfeita – contradizendo declarações anteriores. E exatamente por isso a UNITA se fazia porta-voz dos mais desfavorecidos: os “autóctones negros” (SAVIMBI, 1997:194). (Note-se que, segundo a formulação dessa categoria, os demais, por exclusão, não seriam autóctones). Porém, uma vez mais, Savimbi não podia desviar-se um milímetro do projeto nacional que implicaria sua ascensão ao poder. Nas palavras de Savimbi:

Os espanhóis e os portugueses são mestres na colonização que se deu no passado e na segregação racial sutil. Mas os angolanos, todas as etnias e raças confundidas, não aceitarão que o seu combate pela independência seja confiscado (Idem :34).

Os mulatos não poderiam influir na nação como um grupo, mas deveriam estar por ela abarcados. Se as fronteiras de Angola, arbitrárias, haviam sido um legado do colonizador – bem como a capital e a estrutura na qual de poderia enxertar ali um Estado soberano –, é a própria dicotomia com relação ao colonizador, aqui, que as justificam na delimitação do Estado pós-colonial.

O projeto de uma Angola africana e negra parece, portanto, ter sido buscado por vias escusas em alguns momentos. Na segunda metade de 1974, Savimbi recorreria aos brancos. Quais brancos? Certamente não aqueles “conscientes de suas obrigações revolucionárias” – estes alinhados ao MPLA – mas, precisamente, aqueles que não se viam passíveis de representação na nova ordem que se anunciava. Entre a Revolução dos Cravos em abril de 1974 e a proclamação da independência programada para novembro de 1975, Angola passou por um impressionante êxodo da maior parte de sua população branca (SOUSA, 1976). Fora nos anos 1960 e início dos 1970 que a pujança econômica de Angola decolara. Pela primeira vez, o velho regime do Estado Novo salazarista abria o país para investimentos estrangeiros. Um frenesi de notícias de obras públicas, construção de estradas e barragem tomava conta dos recém-chegados brancos vindos da metrópole (e em número crescente), despertados por possibilidades no comércio ou no cultivo de produtos como o café no norte, gado no sul, além da zona diamantífera controlada pelo estado a nordeste.

Angola estava dando certo, muito certo, mas muito errado também. Portugal era um país pobre. A maior parte de sua população consistia de camponeses analfabetos (HEIMER, 1980). Ao chegar a Angola, esse afluxo de mão de obra branca não qualificada era imediatamente absorvido. Enormes projetos do estado para o assentamento de colonos portugueses em áreas –

especialmente no Huambo – para agricultura, foram um fracasso (BENDER, 1980). Seja por falta de subsídio adequado do Estado ou por os assentados acabarem por perseguir novos interesses mais promissores, os assentamentos foram todos paulatinamente abandonados (alguns deles seriam depois convertidos pelo MPLA em ‘campos de reeducação política’). Os brancos se concentravam nas cidades e se dedicavam à totalidade dos postos de trabalho no comércio, posições administrativas e profissões técnicas (RIBEIRO, 1981). Os mulatos, quase sempre “assimilados” – i.e. considerados cidadãos portugueses – ocupavam posições intermediárias. Os negros, compondo a maioria da população no país – bem como nas cidades – eram sistematicamente excluídos (à exceção de alguns poucos “assimilados”, como Loth Savimbi) de qualquer possibilidade de acesso ao ensino (afora o ensino elementar em algumas missões) e ascensão social. Esquemas de cobrança de impostos por *cubata* e de frentes de trabalho aliciado não remunerado por aldeamento (na construção de estradas, por exemplo), ainda eram praticados às vésperas da independência. Quando as primeiras revoltas eclodiram, como os massacres de 1961 (depois reivindicados pela FNLA, mas aparentemente independentes) em que algumas dezenas de brancos (mas também centenas de trabalhadores ovimbundu trasladados para as lavouras de café no norte) foram mortos e alguns esquartejados, os brancos entraram numa onda de pânico<sup>34</sup>.

“Milícias brancas” foram organizadas no intuito de proteger contra ou, mais frequentemente, promover violentas retaliações a ataques reais ou imaginários. Não se sabe ao certo quantos angolanos negros foram mortos ou vítimas de violência nas mãos desses grupos amadores de “justiceiros”. Mas essa classe de pequenos comerciantes lusitanos e seus congêneres agarrou-se ferrenhamente à miríade de pequenos investimentos que faziam no país – desde bares onde se vendia “vinho de preto” adulterado, a granjas aviárias ou pequenas manufaturas. Apesar do crescente fluxo de fugitivos da guerra colonial para a metrópole, a maioria desses brancos ficou. E ficou resoluta a proteger o que considerava seu por direito.

Quando caiu o Estado Novo e a independência se anunciou, afinal, e a violência começou a escalar entre as delegações da FNLA e do MPLA pelo controle das principais cidades, esses brancos sentiram-se profundamente traídos pelas autoridades portuguesas (e, em alguma medida,

---

<sup>34</sup> Savimbi afirma que os dirigentes do MPLA lamentaram os primeiros eventos que marcaram o início da resistência (ataque à cadeia e chacinas no norte) como manifestações de racismo contra brancos e mulatos (SAVIMBI, 1997:40).

foram mesmo). Um enorme êxodo passou a se organizar através dos mais variados meios (desde aviões militares a navios privados); pessoas queimavam suas próprias casas, arrancavam os transmissores de seus automóveis e os jogavam da beira do cais. Esses brancos, sem perspectivas em uma Angola independente, tinham duas coisas que interessavam a Savimbi: desespero e dinheiro. Portanto, no governo de transição, defendeu que fosse concedida a nacionalidade aos colonos brancos que quisessem ficar, proposta que encontrou oposição do MPLA. Com esta carta, que pregava a fraternidade racial em Angola, Savimbi angariou apoio dos brancos. Nas suas palavras:

O exemplo de Angola é único. O nosso caminho vai ser muito mais fácil, porque entre nós sempre existiu, de facto, uma fraternidade de raças. (...) Se pretos e brancos olharem uns para os outros com lealdade, Angola poderá ser um país-chave no continente africano. A cor nunca estará em equação. (apud. VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:79)

Assim, segundo suas novas diretrizes, a UNITA define o angolano como todo aquele que escolheu Angola como pátria. O efeito, quando muitos brancos ainda não haviam saído e ainda tinham esperança de ficar – e também enquanto a UNITA ainda tinha acesso a Luanda – foi espetacular. Nas palavras de Savimbi:

Nós ficamos admirados quando, no exterior, vimos a Imprensa dizer: 'A recepção da delegação da UNITA em Luanda teve a presença de 80 por cento dos brancos'. Não falam angolanos; falam de brancos. Quem estará interessado em fomentar o racismo? Pois, a esses nós também dizemos não!

A FNLA, confiando em sua retaguarda segura no Zaire e ainda sendo o mais forte militarmente entre os três movimentos, rejeita a posição de Savimbi sobre os brancos na Conferência de Mombaça, no Quênia – realizada para a formação de uma frente comum –, para quem estes seriam problema dos portugueses. Assim, tendo de um lado uma FNLA manifestamente racista e um MPLA sob um marxismo que se pretendia universal – além de incorporador de propriedades, para arripio dos proprietários – e, portanto, além dessas considerações, a UNITA apresentava-se como moderada e um chamariz para os brancos (Guerra, 2002:90). Assim, se a UNITA era considerada como a favorita para eventuais eleições (não que houvesse muita esperança de que acontecessem) devido ao apoio majoritário de ovimbundu e outras etnias do sul e do leste, ela era vista como o partido dos brancos na capital. Para beneficiar-se desse efeito, Savimbi escolhe fazer sua primeira visita a Luanda no aniversário da Revolução dos Cravos em abril de 1975 (ao mesmo tempo em que seu filho favorito morria no interior). A independência e a decisão de quem se sentaria no paço do governo se anunciavam,

mas as coisas começavam a fugir ao controle de Savimbi. As consequências se faziam sentir ainda por quase trinta anos de guerra.



#### IV – Independência, fuga e recuperação

Esse panorama marcava as vésperas da independência angolana: fuga em massa dos brancos e escalada do MPLA – com a conivência das autoridades portuguesas – como o movimento mais poderoso militarmente. As tensões aumentavam. Meses antes, quando em 1974 a guerra supostamente terminava, a atmosfera era ao menos aparentemente diferente. Em encontro na Zâmbia entre os três movimentos, Savimbi declarou que os angolanos estavam cansados das “diferenças triviais” dos movimentos de libertação e que esses não tinham o direito de atrasar a independência para o “Povo”<sup>35</sup> (BRIDGLAND, 1986: 112). Savimbi atuava como arauto da paz. Ele não tinha nada a lucrar com a guerra nesse momento de negociações e no qual ele se encontrava ainda militarmente frágil. Portanto, reconciliara-se com Holden Roberto e encontra Agostinho Neto na Tanzânia em busca de uma aliança. Seu grande temor havia se esvanecido ao ser, afinal, admitido nas negociações em Portugal, no hotel Penina, para a composição do governo de transição com os demais movimentos. Tratava-se do primeiro de uma série de acordos, aquele que ganha o nome da cidade algarvia hospedeira, Alvor. A paz parecia dominar os discursos. Holden Roberto, Agostinho Neto e Savimbi encontram-se previamente no Quênia onde, juntos com o presidente Kenyatta, plantaram uma árvore que ainda deve crescer, embora bastante alheia ao simbolismo daquele momento.

Os acordos de Alvor previam um governo transitório quadripartite – composto pelos três movimentos e um alto-comissário português – ao qual se seguiriam eleições. Vinícius e Saldanha diriam depois que a imprensa portuguesa, supostamente já dominada e manipulada por comunistas, teria caluniado a FNLA e a UNITA no processo. Segundo eles, teria sido de autoria de Savimbi a ideia de um sistema de presidência rotativo durante o governo de transição – bastante conveniente para si, naturalmente (1977:94). À medida que o MFA ia tornando-se preponderante, entretanto, e o MPLA passava a boicotar o sistema, a ideia caiu por terra. Se bem que o momento fosse de grande atividade política e seja difícil discernir boatos de fatos, os autores ainda mencionam um suposto ‘acordo da Rua da Ópera’, em Paris, segundo o qual se acordara a cessão do ultramar português aos movimentos pró-soviéticos (Idem: 77). Qualquer que seja a verdade sobre isso, foi o que de fato veio a acontecer (embora, é preciso reconhecer,

---

<sup>35</sup> A existência dessa entidade “Povo” – em maiúscula nos discursos dos três movimentos – a fornecer lastro às pretensões e reivindicações das organizações rivais é extremamente interessante. Explorarei a questão no último capítulo de conclusão.

não havia movimentos expressivos fora de Angola que não o fossem). À medida que a tendência se delineia de forma mais clara, o governo português sugere que o acordo final entre os três movimentos se desse próximo à área fronteiriça do norte (próximo às bases da FNLA e do MPLA), o que seria recusado pela UNITA, com bases no leste, julgando-se desprezada. Fazem, afinal, um encontro em Dar-es-Salaam, na Tanzânia.

A paz, no entanto, já se maculava. O desastre econômico que sobrevém ao congelamento de todas as atividades – seja pela partida dos técnicos brancos, seja pelo medo generalizado devido a cada vez mais franca corrida armamentista – faz com que as tensões cresçam ainda mais. Greves irrompem nas cidades e Savimbi, contrário a elas e desesperado, exorta a seus homens que se reconciliem com a FNLA e o MPLA. Estes últimos já iniciavam a luta armada pela posse das cidades sob a vista-grossa ou mesmo o apoio aberto dos soldados portugueses que permaneciam em Angola – as forças armadas portuguesas, após a Revolução dos Cravos, encontravam-se também divididas e não constituíam um corpo coeso. Savimbi defendia boas relações com Portugal no pós-independência. Como destaca Cascudo (1979:49), os brancos começam a perder confiança na UNITA e em sua capacidade de protegê-los, ao não vê-la reagir quando atacada em Luanda. A UNITA, paulatinamente, se vê sem remédio senão retirar-se da capital e deixar que seus dois rivais a disputassem. Huambo (na altura ainda Nova Lisboa, segunda maior cidade do país e de maioria Ovimbundu), por outro lado, era a sua cidade. A capital da província, com o mesmo nome, era também próxima à missão do Dondi, onde Savimbi estudara. Ele proclama a cidade “capital da paz”.

A essa altura, a UNITA teria passado a receber algum apoio da CIA – essa não obstada pela Clark Amendment – que dividia seu auxílio também para a FNLA (Guerra, 2002:56). Stockwell – autor posteriormente de tendência pró-MPLA que relataria depois suas experiências como agente da CIA em Angola (STOCKWELL, 1978) – encontra-se com Savimbi em agosto de 1975 disfarçado de missionário. Ford havia liberado 14 milhões de dólares em ajuda à UNITA e à FNLA (o primeiro sinal de abertura dos financiamentos ocidentais uma vez desaparecido formalmente seu aliado estratégico na região, Portugal). Mas Savimbi ainda era incapaz de fazer face ao exponencial incremento bélico do MPLA (os russos não estavam embaraçados por uma opinião pública interna). De fato, o plano de promover eleições cai por terra com o início da guerra entre o MPLA e a FNLA, não obstante a data para a independência continuasse mantida para 11 de novembro de 1975. Nos musseques de Luanda, onde viviam muitos Ovimbundu,

inicia-se um êxodo para o interior. Todos os preparativos para eleições acordados em Alvor não foram cumpridos pelos portugueses e pelo governo transitório. Savimbi mantém-se ‘neutro’ na luta entre o MPLA e a FNLA e defende fazer uma cimeira dos três movimentos para a realização de eleições.

Em 1975, a configuração de zonas militares do país muda. Com a progressiva retirada das tropas portuguesas – e mesmo com o seu descaso – Savimbi deixa o remoto leste (particularmente o Moxico), que passa ao domínio do MPLA, e passa a dominar o sul e o planalto central, suas principais áreas de apoio popular, além de demograficamente mais expressivas. Nesse sentido, Savimbi podia, pela primeira vez, ter acesso ao único recurso sobre o qual tinha vantagem com relação aos rivais: pessoas. Daí sua ênfase na paz e na realização de eleições. Seus rivais – contando com aliados no interior da trama da Revolução dos Cravos – tinham evidentemente outros planos. À medida que o MPLA solidifica seu pé em Luanda uma coluna armada da FNLA (enviada para auxiliar suas maltratadas guarnições na capital e dirigida, finalmente, pelo próprio Holden Roberto, há muito exortado pelos seus comandantes a entrar em Angola) é derrotada fragorosamente com recém-recebidos lança-foguetes soviéticos. A UNITA volta-se para a sua consolidação ao sul. Toma os dois importantes portos de Moçâmedes (atual Namibe) e Lobito e se prepara para a nova fase do conflito.

A 11 de novembro, o último Alto-Comissário de Angola, Leonel Cardoso, faz arriar a bandeira portuguesa do paço do governo e, em seu último discurso, lega o poder “ao povo angolano”, após o que embarca com as últimas tropas em sua viagem de regresso a Portugal<sup>36</sup>. Imediatamente depois, o MPLA proclama a República Popular de Angola e Agostinho Neto é reconhecido como o chefe de Estado em Luanda. Mas somente em Luanda. (Na altura somente a URSS, Cuba, Iugoslávia e Brasil reconheceram a legitimidade do regime.) Depois da severa derrota infligida pelo MPLA, a FNLA nunca mais se recuperaria. Tudo parecia levar a crer que o MPLA consolidaria seu poder. Nyerere, da Tanzânia, chegou a enviar armas chinesas destinadas à UNITA para o MPLA (BRIDGLAND, 1986:149). Em grande desvantagem, a FNLA e a UNITA forjam uma fraca aliança e proclamam a República Popular Democrática de Angola, com sede no Huambo (ex-Nova Lisboa). Esse governo, morto de nascença, perde qualquer chance de legitimação que poderia ter em face do massivo auxílio cubano e soviético ao MPLA,

---

<sup>36</sup> Haveria em todo o período de governo de transição, uma fragata da marinha portuguesa fundeada na baía de Luanda. A partir dela, seriam enviadas mensagens radiofônicas diretamente para o gabinete do Almirante Rosa Coutinho – o Rosa Vermelho – em Lisboa (Cascudo, 1979:36).

quando a África do Sul – unilateralmente – invade Angola a partir de suas bases na Namíbia para “defender seus investimentos na fronteira”. A OUA acorre em massa em defesa do regime de Luanda. Para a UNITA e Savimbi, parecia o começo de um quase fim.

### A “Grande Marcha”

Com o esfacelamento da FNLA como força combatente (que até então vinha contendo a onda de avanços do MPLA) e a posterior retirada dos sul-africanos em 1976 (uma “expulsão” segundo o MPLA, uma “retirada estratégica” segundo os sul-africanos), a UNITA viu-se na iminência do colapso. Após a declaração da independência pelo MPLA, a UNITA passa a sofrer uma sucessão de reveses que paulatinamente vão expulsando-a dos territórios que ocupara ao sul. Em breve, a retirada das cidades em direção ao leste, novamente, torna-se uma debandada geral e Savimbi, junto com seu alto-escalão, formavam umas das colunas perseguidas. Anos mais tarde, em comício televisionado que antecedeu as eleições de 1992, ele se dirigiria assim para a população de Huambo:

Comecei por Huambo porque foi exatamente aqui que perdi a última batalha. No dia 7 de fevereiro de 1976, travamos aqui a última batalha. No dia 8, saímos de Huambo e dali foi apenas recuar, já não houve mais nenhuma batalha. Portanto, quis começar por onde tinha terminado. (...) Os homens do Huambo – quando fugi do Huambo – eles me viram fugir e fugimos juntos. Do Huambo até o Bié havia uma linha de gente! Não é verdade? E não é bom perder a guerra. Também dessa vez eu não perdi. Então eu queria começar a história por onde eu tinha deixado. Então, é o meu interesse só.

Inicia-se o que, com uma bela dose de eufemismo e romantismo, ficou designado na história da UNITA como a “Grande Marcha” – em alusão, talvez, à grande marcha empreendida por Mao Tsé-Tung na revolução chinesa (esta com alguns anos e milhares de quilômetros a mais do que a da UNITA). Não obstante, esse, possivelmente, foi o momento mais amargo da história da UNITA antes de sua derrocada no início dos anos 2000. A história de Savimbi, aqui, passa da sobrevivência a uma recuperação realmente extraordinária – ainda que não exatamente gloriosa, como se queria fazer crer.

Após a tomada do Luso (atual Luena) pelo MPLA, Savimbi retira-se para Gago Coutinho (atual Lumbala N’guimbo), próximo à Zâmbia. Entrementes, vinte mercenários franceses são enviados para treinar a UNITA no uso de mísseis antitanque (MOCKLER, 1987) – ajuda ineficaz em face da onda de derrotas. Esses mercenários retiram-se de Angola e teriam convidado Savimbi a fazer o mesmo, ao que este se recusa. Um piloto português que estivera a

serviço da UNITA, deserta para a Namíbia. Sem remédio, Savimbi e seus homens queimam o equipamento que não podia ser carregado nas trilhas e recuam de volta à cabeceira do rio Lungue Bungu, sua antiga base guerrilheira contra os portugueses. Aproveitando-se do aparente colapso da UNITA, o MPLA faz propaganda da morte de Savimbi para desmoralizar seus seguidores. Tropas cubanas, já então numerosas, e catangueses – que, lembrando, antes haviam lutado ao lado dos portugueses e haviam sido trazidas ao seio do MPLA por Rosa Coutinho – passam a perseguir a coluna de Savimbi pelo interior. São feitas emboscadas nos poucos trechos vadeáveis dos rios que cortam a passagem de Savimbi. Assim, os cubanos formam cerco em um bolsão em torno da área do Lungue Bungu, depois no rio Cuito. Ante a ameaça de captura, as mulheres e crianças da coluna (incluindo a então esposa, Vinona, e os filhos de Savimbi) são enviadas para uma vila próxima e o rebanho de gado que os acompanhava debandado, enquanto a coluna tenta furar o bolsão a coberto da noite (BRIDGLAND, 1986:206). De uma forma ou de outra, as unidades da UNITA, espalhadas e descoordenadas, burlam a vigilância dos cubanos que patrulhavam principalmente as estradas e rios. De forma a conseguir víveres, a coluna teria recorrido a relações anteriormente forjadas com os camponeses da área que os abasteciam.

Passado os momentos de perigo mais iminente, Savimbi estabeleceu uma base semipermanente em Cuelel (num canto remoto da província do Huambo). No começo de 1976, Savimbi controlava somente Silva Porto (capital do Bié, rebatizada Kuito) e Nova Lisboa (atual Huambo). Após a fuga desenfreada de seus partidários e o colapso do movimento, não controlava mais nenhuma cidade ou vila importante. É possível argumentar, no entanto, que os vínculos com essas populações do interior – mormente Ovimbundu – foi capaz não somente de garantir sua subsistência, mas de tornar o avanço do MPLA e dos cubanos – até então inexorável pela força das armas – inexequível nos ermos para os quais iam avançando (alongando suas linhas de suprimento e comunicações), numa área que não contavam com a simpatia da população local. Se a UNITA não tinha chance de enfrentar seus rivais em igualdade de condições e muito menos tomar o poder, tampouco poderia ser derrotada. Um novo impasse se formara.

## Recuperação

Teve início um longo período de recuperação para a UNITA. Desprovida de um exército que pudesse fazer frente ao inimigo, a UNITA começa a empreender sabotagens um pouco por todo o país – não havia ainda acordos com os sul-africanos, cuja invasão ao sul havia sido abortada quando suas colunas (além de descoordenadas às atividades de Savimbi), desenvolvendo-se em pinça, chegaram a ameaçar atingir Luanda. Embora elas tivessem, de fato, desviado quase a totalidade dos esforços dos cubanos e do MPLA até ali. Leon Dash (1977), o jornalista afro-americano que acompanhou Savimbi pelo território, descreve a disciplina da UNITA, nesse momento, como rigorosamente estrita. Qualquer um que disparasse uma arma fora de combate era punido com vinte açoites. Os guerrilheiros viveriam com suas famílias em acampamentos camuflados semipermanentes. O MPLA e cubanos não saberiam lutar uma guerra de antiguerrilha e a UNITA tirava proveito das florestas para se esconder. Nas palavras de Savimbi:

Eles deveriam usar grupos menores, mas não têm a moral. Os cubanos não vão aceitar que vinte de seus homens sejam lançados aqui na *chana* (numa missão de busca e destruição). Os soldados (do MPLA) são muito mal treinados para fazer isso.

Dash descreve um ataque dos guerrilheiros à guarnição do MPLA no qual, pela política da UNITA, todo oficial capturado era executado. “Os comandantes são marxistas linha-dura – não há nada a fazer senão matá-los”. Os soldados capturados do MPLA eram mantidos por um major da UNITA para “reeducação”. No quarto congresso da UNITA, decide-se por aclamação não fazer nova coalizão com a FNLA (veremos um pouco mais sobre como esta organização degradingolaria depois). Aí, também, Savimbi restringe a liberdade de suas unidades de guerrilheiros de montar ataques sem permissão devido às baixas que se assomavam, não obstante ainda continuassem independentes para armar emboscadas e implantar minas. Essa combinação entre disciplina estrita e funcionamento em célula das guerrilhas provar-se-ia muito produtiva (ou destrutiva). Um assalto relâmpago à prisão de Menongue liberta prisioneiros da UNITA e captura armas. A UNITA toma Cuangar, primeira cidade ocupada permanentemente. Na altura, comandos e paraquedistas treinados no Marrocos entram em combate após aprenderem princípios de coordenação entre artilharia e infantaria. É feito um grande ataque aos depósitos de combustível do Lobito. Os ataques, então, começam a se tornar mais audaciosos. A UNITA já era mais do que uma incômoda pedra no sapato. Assim se refere Dash:

Nós já havíamos visto 3.000 tropas bem armadas. Eu não sabia se a UNITA tinha alguma chance de vencer a guerra inteiramente. Mas eu tinha visto o suficiente para estar seguro de que os cubanos, russos e o MPLA tampouco poderiam vencê-la. E, de acordo com os manuais de guerra de guerrilha, isso é o equivalente a derrota para o lado do governo [embora o estatuto de governo do MPLA, é bom lembrar, ainda fosse questionado pela UNITA].

À parte os vieses de Dash – não havia qualquer soldado russo do lado do MPLA, por exemplo, fora alguns instrutores em Luanda (embora houvesse pilotos de caças) – a afirmação da consolidação da UNITA como um impasse insolúvel para o governo (nessa altura o governo de Luanda já era reconhecido por outros países) é bastante razoável. O problema, porém, é que, de fato, não estava claro se o MPLA ocupava inequivocamente o lugar de governo. Ainda mais tendo em vista os prospectos de fortalecimento da UNITA. A UNITA toma Lumbala (ex-Gago Coutinho) e Calulo. Os avanços se seguem, embora, menos por uma força renovada da UNITA e mais em função da ineficácia do MPLA e dos cubanos de fazer frente ao inimigo pulverizado e que não mantinha suas posições por longo tempo (o que é mais uma faceta do impasse).

Entretanto, a própria existência dos agressores sul-africanos fornece ao governo de Luanda uma desculpa conveniente – tem o poder de anular da visibilidade internacional a crescente presença da UNITA, como se o combate a ela fosse uma atividade subsidiária. A UNITA reivindica a destruição de duas pontes – uma rodoviária e a outra da ferrovia Moçâmedes-Meningue. O MPLA alega que teriam sido os fuzileiros navais sul-africanos que empreenderam o ataque. Mas a ameaça da UNITA, se ainda não era demasiado séria militarmente, tornar-se-ia cada vez mais séria politicamente. A UNITA começa a alegar avanços para o Uíge (província cafeeira ao norte e tradicional área de operações da FNLA) pela primeira vez. A arremetida para o norte ganha impulso. Planejava-se estender a chamada “trilha de Savimbi”<sup>37</sup> em direção ao nordeste, então com 130 km, para 800 km. Mavinga e batalhas subsequentes provaram que a UNITA podia escalar para a guerra convencional mesmo em desvantagem (BRIDGLAND, 1986:333). A única refinaria de Angola, em Luanda, é incendiada. O MPLA culpa os sul-africanos, mas a UNITA reivindica o ataque.

A veracidade ou não dessas alegações não pode ser confirmada (é bem possível que os sul-africanos estivessem empreendendo os ataques a coberto da UNITA), mas o próprio fato de existir essa querela por visibilidade midiática já nos diz muito a respeito das estratégias e receios dos movimentos. O MPLA – como também a UNITA viria demonstrar em um posterior estágio

---

<sup>37</sup> Mais uma vez, uma alusão a correlatos que ficaram famosos na história das guerrilhas, como a “Trilha de Ho Chi Minh”, que sustentara os dez anos de luta no Vietnã contra os EUA.

do conflito – não podia admitir a existência do rival como um competidor à altura. Devia tratar-se sempre de um acidente perverso e nefasto na ‘legítima história do país’. A UNITA diz, então, estar pondo em operação novas unidades de ‘forças especiais’ como pretexto para a realização de tais ataques. Em seguida, reivindica a explosão da segunda maior barragem de Angola, Lomaoum, a oeste do Huambo. Os guerrilheiros de Savimbi, tal como testemunhado por Bridgland, continuavam compondo unidades semi-independentes e autossuficientes, bebendo água de buracos de árvores com canudos nos intervalos dos avanços. O procedimento padrão era o ataque surpresa a uma cidade ou vila, sabotagem das instalações e queima dos recursos não transportáveis, a ocupação por um par de dias (de modo a reivindicar, eventualmente, a tomada perante jornalistas trazidos *ad hoc*) e a reunião dos civis para serem levados às ‘vilas’ das ‘áreas liberadas’ da UNITA após a localidade ter sido abandonada.

Naturalmente, a retirada dos sul-africanos em 1976 (mas não a dos cubanos) força uma readequação da estratégia da UNITA. A essa altura, porém, a imagem internacional da UNITA já ia além da de uma mera resistência de um punhado de guerrilheiros. São publicadas fotos de Savimbi provando que ainda estava vivo – contrapondo-se às frequentes alegações do MPLA em contrário. Como parte de um programa de formação de quadros, a UNITA mandava membros destacados para estudar no exterior. Savimbi vai aos EUA, onde entra em contato com Jeremias Chitunda, que viria a ser um importante membro de seu estado-maior. Ex-estudantes qualificados em Portugal começam a juntar-se à UNITA. O movimento passava a ser algo mais do que ‘oposição de um bando armado’.

### *Em Luanda*

Afinal, ocorreram eleições em Luanda. O MPLA organizou a votação para a escolha de membros dos Conselhos Locais Populares (somente candidatos do MPLA, claro). Parece que não houve muita adesão popular (FORTUNATO, 1977). O governo de Luanda, entretanto, é progressivamente considerado internacionalmente como o representante da nação; não obstante, é claro, houvesse alguns inconvenientes “reacionários”. As armas soviéticas fluem em abundância. Lopo do Nascimento, ministro dos negócios estrangeiros, vai a Moscou e assina pacto de defesa para o envio de mais armas. Holden Roberto – que após a derrota na sua

tentativa de tomar Luanda antes da independência, parece ter tentado suicídio – emite uma declaração segundo a qual Mobutu seria responsável por sua derrota em Angola. Imediatamente o presidente zaireense ordena o saque dos escritórios da FNLA em Kinshasa, bem como a queima de seus arquivos. Holden Roberto permanece em Kinshasa desmoralizado. Posteriormente, Agostinho Neto e Mobutu assinam um acordo de não agressão – que, no entanto, não seria duradouro – e Holden é expulso humilhantemente para o exílio na França, enquanto outros de seus comandantes seguem para os EUA.

A Zâmbia – sempre esperançosa de atingir os portos – também parece ter aquiescido à legitimidade do MPLA, por ora, e retoma as conversações com Luanda, além de aproximar-se da URSS. A invasão sul-africana – ainda que séria ameaça – operara maravilhas para o reconhecimento do governo junto a órgãos internacionais (como a OUA) e para a legitimidade do regime. Quando ela termina, surge o choque ao deparar-se com a UNITA – como um ‘fantoche’ que não cai qual saco roto. Começam a ser lançados atentados a bomba em Luanda supostamente a partir de células clandestinas da UNITA (BRIDGLAND, 1986:277). O MPLA inicia execuções públicas exemplares de indivíduos que teriam apoiado a UNITA nos estádios de Lobito e Huambo. Inicia-se a rotina da execução de prisioneiros em ambos os lados por retaliação. Em Luanda, imperavam, como de praxe, os baixos salários, a carência de víveres (com longas filas e lojas exclusivas para os membros do MPLA) e serviço médico, as listas de recrutamento e os discursos exortando ao sacrifício revolucionário. Ao mesmo tempo, os membros do partido começam a gozar das prerrogativas exclusivas de sua posição. Os instrutores russos tinham uma parte da praia na baía de Luanda reservada (e cercada) para seu uso pessoal. O moral não era elevado e as tensões no interior do partido começavam a ameaçar vir à tona.

#### *A Revolta Nitista e as desilusões da unidade*

O MPLA não era um movimento homogêneo. A Revolta Ativa e a Revolta do Leste, nos anos 1960, haviam sido pontos culminantes de uma série de tensões internas ao partido (LARA, 1997). Tampouco as dissensões internas foram privilégio exclusivo do MPLA – Savimbi sufocaria rivalidades internas à UNITA com grande violência (voltarei a isso no último capítulo). Entretanto, como o mais antigo dos movimentos e certamente como aquele que contava com

maior número de intelectuais (escritores e acadêmicos) em suas fileiras, essas dissensões se fizeram talvez de forma mais aguda no MPLA. A própria formação dos movimentos (reduzidos, afinal, a três principais) fora um lento e paulatino processo de junções e mesclas a partir de um vasto repositório de pequenas células mais ou menos bem definidas durante a fase clandestina de resistência aos portugueses (CHILCOTE, 1972)<sup>38</sup>. Essas dissensões refletiam, também, os profundos antagonismos legados pelo colonialismo na sociedade urbana angolana – com suas substanciais camadas de população mestiça, concentração de renda e contraste espacialmente marcado. Essas tensões não poderiam deixar de se fazer notar numa organização que congregou pessoas que – a despeito da inefabilidade dos discursos, de fato estiveram dispostas a morrer, seja por um ideal revolucionário, seja somente por um profundo sentimento de insatisfação.

Em 1977, o MPLA era senhor seguro de Luanda – se nos permitirmos essa arriscada sugestão de unidade ao nomear o partido, reconhecendo-o tacitamente como coisa inteira e coesa (o que certamente não era). É possível argumentar que ele devia essa posição, em grande medida, ao aumento dramático do envio de armas soviéticas e instrutores e tropas cubanas. Essa guinada na história militar do movimento fora feita mais ou menos com a transposição da autoridade portuguesa restante no governo de transição para o MPLA – sobretudo, como vimos, através dos esforços envidados por Rosa Coutinho. Desde o escândalo do casamento de Agostinho Neto com Maria Eugénia e sua escolha como líder do partido em detrimento de Viriato da Cruz, vimos que a questão racial no interior do partido não estava bem resolvida. Como movimento de orientação marxista-leninista, o MPLA apregoava uma ultrapassagem dos preconceitos raciais – como subprodutos de uma moral burguesa – em prol de uma luta universalista de supressão das classes em direção à libertação e progresso da humanidade comum – daí sua contraposição à UNITA em termos de oposição ao ‘fetichismo’, obscurantismo e ‘tribalismo’. Não obstante, se a questão estava bem resolvida do ponto de vista discursivo, a incorporação de muitos ex-funcionários mulatos e brancos do regime colonial ao novo governo, gerou muito ressentimento em muitos militantes e combatentes negros. Oriundos de um passado descentralizado e de células semiautônomas incorporadas em diferentes momentos ao partido, havia muitos militantes negros que haviam se devotado à luta com sacrifícios após a vivência numa sociedade marcada por

---

<sup>38</sup> A própria reivindicação das “ações iniciais” da guerra de libertação – os massacres aos fazendeiros no norte, em 1961, pela FNLA; e o assalto à prisão de Luanda, também em 1961, pelo MPLA – haviam sido bastante arbitrárias. Essas ações propriamente ditas, provavelmente foram muito mais espontâneas e descoordenadas do que esses partidos depois quiseram fazer parecer crer.

gritantes injustiças e desigualdade de oportunidades. Agora, quando essa fase da luta se concluía – pois, de fato, do ponto de vista oficial do MPLA Angola já estaria ‘libertada’, somente restando suprimir os ‘fantoques do imperialismo’ – e aqueles que deveriam ser seus libertadores ofereciam cargos do alto-escalão do partido àquelas mesmas pessoas de que talvez tivessem sido objeto de direta ou indireta humilhação no passado (Luanda à altura teria uma população de menos de 600 mil habitantes), isso era algo difícil de sustentar com discursos.

Em 1977, essa linha de tensão sobrepôs-se àquela introduzida pela presença de estrangeiros cubanos e soviéticos – provedores necessários – e às consequentes disposições discursivo-ideológicas orientadas para cada posição. Pouco a pouco, consolidaram-se duas alas: uma moderada (encabeçada por Agostinho Neto e Lopo do Nascimento) e uma radical (encabeçada por Nito Alves e que ganharia a adesão de José Van Dúnen). Esta última era crítica à presença de brancos e mulatos no governo do MPLA – o que indicaria uma continuidade do estado colonial. Nito Alves, ao contrário de outros líderes do MPLA que estavam em “santuários” no exílio, liderara uma guerrilha na região dos Dembos (nordeste de Luanda, terra natal de Agostinho Neto e tradicional local de guerrilhas do MPLA) (MATEUS; MATEUS, 2009). Fora ele também que, quando na cruenta luta contra a FNLA para a posse da capital, organizara nos musseques o “Poder Popular” – milícias de civis partidários ao MPLA armados de última hora e insuflados para ações pontuais que possivelmente garantiram a posse da capital para o movimento. Em outubro de 1976, no entanto, havia sido demitido do ministério do interior sob a acusação de facciosismo. Nito Alves era conhecido pela austeridade de seus hábitos pessoais, ferrenha dedicação à causa de libertação e posicionamento marxista radical. De forma alguma, porém, a sua trajetória individual pode ser tomada por precursora ou causa da tentativa de golpe que se seguiria. Ele fora o catalisador dessa onda mais geral de descontentamento e insatisfação no seio do MPLA – notadamente entre sua velha guarda de combatentes e o novo estamento governamental que se constituía. A eclosão do golpe se dá na esteira de um processo de acirramento das tensões e acontece seis dias após Nito Alves e Van Dúnen terem sido expulsos do Comitê Central.

A repressão do levante, no entanto, levanta novas questões. Se a URSS e seus representantes não podiam deixar de intervir em Angola – no momento em que os próprios cubanos (também seus rivais) tomavam a frente das intervenções ali e o vácuo de poder deixado pela saída dos portugueses não deixaria de ser aproveitada por outras potências sequiosas de

projetar poder na arena internacional –, a contrapartida a ser desempenhada pelo MPLA estava longe de ser garantida. O MPLA não era um títere de Moscou. Nito Alves e os ‘nitistas’ não poderiam desferir o golpe sem alguma sugestão de apoio em armas. O descontentamento em Moscou com relação a Agostinho Neto existia e, já que os russos haviam ido tão longe no financiamento pesado em armamentos para aquela guerra, não havia nada a perder caso, porventura, a situação mudasse em favor de um grupo mais alinhado aos seus interesses políticos. Se os russos não apoiaram diretamente os golpistas (o que seria um escândalo), ao menos demonstraram a eles discretamente sua benevolência. Nito Alves era, portanto, próximo aos soviéticos e seu embaixador (que depois seria forçado a deixar o país).

O que não se esperava, como coringa do jogo, era a atitude tomada pelos cubanos. Foram as tropas cubanas, na capital, que reprimiram o golpe (FRANCISCO, 2007), acentuando a aliança Cuba-MPLA (ou sua nova ordem) como aquela preponderante naquele teatro. A URSS não poderia (até mesmo no jogo de prestígio que disputava com os EUA no bojo da Guerra Fria) desfazer-se dos compromissos militares em Angola (e muito menos em Cuba), e conservaria, portanto, uma importante parcela de influência na região. Mas não era ela a fornecer a nota para que se desencadeassem as operações e tomadas de decisão. Vemos, portanto, que seu papel foi muito menos o de um mestre manipulador e mais a de um sócio num empreendimento do qual também precisava e lucrava.

No que se segue ao sufocamento da revolta, o MPLA alteraria radicalmente seu perfil – se bem que talvez não discursivamente. Expurgos em massa são desencadeados. O Comitê Central do partido é reduzido em um terço. Milhares de partidários, suspeitos de estarem envolvidos na trama, são sequestrados e presos arbitrariamente. Muitos anos mais tarde, começam a vir à tona os elementos do que é, possivelmente, o capítulo mais obscuro e silenciado da história oficial angolana. Intelectuais de renome, tais quais os escritores Pepetela e Luandino Vieira, na altura, foram acusados de terem sido membros da chamada Comissão das Lágrimas, responsável pelos interrogatórios dos presos e – em última instância – por sentenças e execuções secretas<sup>39</sup>. Uma vez concluído o expurgo, em congresso do MPLA em dezembro de 1977, Lucio

---

<sup>39</sup> Muito embora, esteja claro, esses eventos ainda são objeto de acalorada controvérsia. As responsabilidades sobre os expurgos após a Revolta Nitista e os detalhes da Comissão das Lágrimas – de certo modo, seu paroxismo – não podem ser provadas por nenhum documento já apresentado, apesar das prolíficas acusações. Ademais, a possível participação de intelectuais engajados politicamente também não precisa ser vista como sensacional. Uma vez mais, porém, o que interessa aqui não é denunciar “realidades”, mas mostrar a manifestação da controvérsia e sua dimensão reveladora nas importâncias contingentes do momento que elicia.

Lara (o linha-dura do partido) anuncia a criação do novo MPLA-Partido do Trabalho (BUREAU POLÍTICO DO MPLA: 1977) – supostamente mais marxista, mas com outra configuração que escapa em muito a essas definições ideológicas.

Savimbi teria uma visão algo diferente acerca desses acontecimentos e suas ‘vinte mil execuções’, como ele alega. Uma visão que, precisamente porque tendenciosa e interessada, é também reveladora dos esgarçamentos dos limites da trama. Seria uma ‘campanha de depuração étnica’, a que o golpe nitista dera um pretexto (SAVIMBI, 1977:41-2). As execuções após a tentativa de golpe teriam sido uma tentativa de limpeza de negros no alto-escalão do MPLA. Uma visão que – mesmo se não refletindo todas as nuances dos fatos e a complexidade de um partido não coeso como o MPLA – era, sem dúvida, discursivamente plausível e conveniente às próximas etapas do conflito que se seguiriam. Em 1977 Savimbi recebeu um presente do MPLA.

#### *Agostinho Neto: estimado inimigo*

Esse novo MPLA traria grandes consequências a Agostinho Neto, seu líder mais uma vez confirmado. O MPLA-Partido do Trabalho, uma vez consolidada a aliança com os cubanos em detrimento de maior influência soviética, toma medidas inéditas de abertura ao ocidente – em grande medida devido ao interesse geral de retomada e expansão da exploração de petróleo nas águas de Cabinda (requerendo tecnologia restrita). É possível afirmar que é a partir desse momento que o regime de Luanda atinge aceitação internacional inconteste. Entretanto, esse deslocamento das posições do movimento (de um compromisso revolucionário para um compromisso governamental) geraria forte oposição interna a Agostinho Neto. É também nesse momento que ele teria feito movimentos no sentido de negociar com a UNITA. Neto mandara mensagem através do presidente Senghor, do Senegal, para encontrar Savimbi em Dakar para negociações e teria dito que ele iria de “mente aberta” (BRIDGLAND, 1986:282). Seria esse um sinal de reconciliação? Savimbi permanece mudo a esse respeito no período, mas efusivo sobre sua veracidade depois de morto seu maior rival.

Não é possível saber exatamente quais foram os desdobramentos e os bastidores por trás da morte de Agostinho Neto. A versão oficialmente aceita é a de que, em visita regular a Moscou, teria descoberto um câncer em estágio avançado e, separado de sua mulher e seu

médico pessoal, morre em pouco tempo. Seu médico – dos Santos – uma vez recusado o acesso ao corpo, se recusa a assinar o atestado de óbito. Se assumirmos a hipótese de que esse tenha sido um assassinato político, ainda assim só é possível conjeturar sobre suas causas – pois podiam ser muitas (incluindo aí a já velada benevolência dos soviéticos aos nitistas anteriormente). Após sua morte, como acontece a muitos políticos, celebridades e pessoas públicas, Agostinho Neto passa a gozar de uma reputação e prestígio que não gozara em vida, até pouco antes. De líder incontestado e poderoso do partido (ele emprestaria seu nome à primeira universidade do país e seria dela o primeiro reitor), Agostinho Neto tornar-se-ia um emblema consagrado da guerra de libertação. Como aponta com justeza Bittencourt (1999), existe um traço marcante em Angola a respeito da memória da guerra. Tão logo a guerra ganha impulso em sua dimensão civil (embora, como vimos, a dimensão civil já nascera e já era gestada no seio da guerra de libertação), a memória da guerra de libertação adquire os contornos de um romantismo inédito. Se, de um lado, o inimigo angolano – mesmo que taxado de um minoritário bando de “bandidos armados” reacionários – necessitava da justificação de um invasor estrangeiro “imperialista” do qual seria “fantoche”, de outro, o antigo inimigo português (embora, como vimos, tanto para o MPLA como para a UNITA não tivesse sido sempre um inimigo em todas as instâncias) fornecia o corte puro para uma guerra justa e “heroica”. A guerra de libertação era a ‘idade de ouro’ – o manancial de prestígio necessário à nova e nefasta fase do conflito. Agostinho Neto era um emblema indelével desse período e não poderia deixar de ser apropriado – agora que se tratava de uma memória em disputa e não mais de um ator político engajado e dissonante – inclusive por seus inimigos. Agostinho Neto agregava valor à causa.

Savimbi, é claro, não poderia deixar de procurar volver o fato a seu favor. Segundo ele, Agostinho Neto poria fim à guerra civil. “Os rumores persistentes indicam que, com uma rara coragem, ele se preparava a estender a mão à UNITA. (quando de sua ‘brutal e inexplicável desaparecimento’)”. Ele teria dito: “Isso não pode continuar. Eu vou fazer a paz com meu irmão e amigo Jonas Savimbi.” (SAVIMBI, 1997:42-3) – um tratamento duvidoso depois de seus tensos encontros antes e depois dos acordos de Alvor, bem como devido à forma como o próprio Savimbi relatara sua primeira conversa no clube de marinheiros africanos, em Lisboa. Após a morte de Neto outras mortes são novamente semeadas, tanto dentro do MPLA – em novos expurgos para garantir as novas linhas do movimento – quanto com relação aos simpatizantes e prisioneiros da UNITA. Essa, no entanto, não seria prerrogativa do MPLA. Cada vez que o

MPLA executa prisioneiros acusados de ter implantado bombas, a UNITA executa mais soldados das FAPLA.

### *As missões e igrejas*

No ensaio fotográfico feito pelo sul-africano Cloete Breytenbach sobre a UNITA (1980), é possível ver uma foto onde, em alguma remota localidade do interior de Angola, se vê uma pequena e degradada igreja com a seguinte mensagem pichada na fachada: “UNITA - Liberdade Religiosa”. É só uma foto, mas, seja como for, a UNITA sempre teve profundos laços com as igrejas, principalmente no que se refere às de denominação protestante. Desde os inícios de sua organização no leste, a UNITA fazia suas ‘ações de politização’ sobretudo em igrejas evangélicas (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:63), ao passo em que o MPLA delataria aí seus simpatizantes para os portugueses.

De fato, com o desenrolar da guerra civil no interior do país, a UNITA passa a catalisar toda a rede religiosa anteriormente estabelecida – e seus fiéis –, à medida que o MPLA a elas se contrapunha. Essa diferença de tratamento às instituições religiosas tinha antecedentes e reproduzia, como já dito, uma tendência advinda do próprio período colonial. Bridgland diz ter testemunhado, quando na Jamba, tanto um pastor protestante como um padre católico abençoarem a luta contra o MPLA como sendo ‘a vontade de Deus’ (1986:250). A orientação ideológica do MPLA como antirreligiosa – ainda que fossem encontradas bíblias em língua nativa entre os pertences de seus soldados capturados – levava a prisões arbitrárias e mesmo execuções de missionários e enfermeiros, fazendo com que a UNITA recebesse um afluxo cada vez maior destes nas suas bases. Já em 1977, o MPLA saqueara missões levando enfermeiras e o missionário canadense Dr. Burgess a buscar refúgio na UNITA. Savimbi mantinha correspondência regular com os *Missionaries of the United Church Board for World Ministries*, sediados em Nova York. Embora a presença protestante fosse mais expressiva junto à UNITA – devido, inclusive, a sua maior disseminação no interior e áreas de influência do movimento – havia também clérigos católicos incluindo o próprio arcebispo de Angola libertado do MPLA (Idem, ibidem: 356-7).

A relação da UNITA e de Savimbi com as missões protestantes era antiga, como vimos pela sua origem familiar e por sua formação escolar. À medida que a UNITA ia se estendendo

para as terras ao sul e no planalto central, as antigas áreas de complexos missionários foram entrando em sua órbita – missões pelas quais Savimbi mesmo havia passado. Anos mais tarde, quando em comício televisionado para as eleições presidenciais de 1992 – já em fase de início dos desentendimentos, entretanto – nas cercanias de uma missão, ele assim se referira:

Do dia 31 de maio, o dia em que eu comecei a campanha eleitoral, do dia em que eu estava a assinar os acordos – não é verdade? – eu disse: “os homens podiam fazer um edifício em Lisboa, mas que Deus teria de ajudar os Angolanos.” Deus! Também eu não quero cooptar nem católicos nem protestantes, não é verdade? No primeiro dia – você tem o texto do meu discurso – eu falei que os angolanos precisam do apoio de Deus... porque fora do esforço do homem há outras limitações. Isso eu di-lo em Lisboa no dia 1º... e agora [dizem] que estou por cá a falar [de] Deus, para ter votos dos cristão. Foi em Lisboa no dia 1º. Nesta altura não havia campanha nenhuma, se é considerada esta uma campanha eleitoral [ouve-se burburinho do público]. Também, para começar, não é preciso pedir votos, é preciso explicar programas. As crenças das pessoas não se põem em questão. E depois fiquei contente, também, quando [Lopo do] Nascimento veio nos visitar, também no fim ele fez uma citação da Bíblia, também fiquei contente.<sup>40</sup>

A menção ao aspecto religioso é comum em diversas campanhas eleitorais quando parte significativa dos eleitores compõe-se de devotos (como se vê, ao final da citação, o MPLA já mudara profundamente sua estratégia discursiva nessa altura). No caso do interior de Angola, não poderia ser diferente. Na verdade, a maior parte do acesso à educação e saúde nessas localidades distantes dos centros de poder colonial era fornecida pelas missões. Compreensivelmente, as autoridades coloniais viam com desconfiança a chegada de clérigos estrangeiros cada vez mais influentes junto às populações locais (chegando a prescrever um limite para a proporção de estrangeiros nas missões) num momento em que a presença dos portugueses na África era vista com maus olhos<sup>41</sup>. É possível até mesmo argumentar que, não fossem essas missões, jovens como Savimbi e seus correligionários não teriam tido acesso aos elementos básicos pelos quais puderam se alçar à política (mesmo Agostinho Neto, próximo à capital, fora filho de um pastor). Em outro momento, assim se referia Savimbi:

Quando visitamos as missões, como que tomamos uma consciência mais profunda da luta que travámos, luta travada não só indirectamente contra a dominação estrangeira, mas sobretudo contra alienação mental. Nós somos um produto das missões. Uns formados nas missões católicas, outros formados nas missões protestantes. O condão das missões, aqui em Angola, consiste para nós na sua existência em formar homens. Não só como bons cidadãos - está provado - mas também como bons patriotas. E foi assim que nas missões se criou, além da formação académica, além da formação literária, a consciência de nossa condição social. Apercebemo-nos rapidamente de que só poderíamos ser bons cristãos se participássemos no esforço de libertação física do nosso país. (VINÍCIUS: SALDANHA, 1977:201).

---

<sup>40</sup> Transcrição feita a partir de material audiovisual.

<sup>41</sup> Para uma discussão sobre a presença de missionários no planalto central angolano e sua relação com as autoridades coloniais, ver DULLEY (2011).

Estariam as autoridades portuguesas justificadas nos seus temores? Se atentarmos para o expressivo número de seguidores e membros do alto-escalão da UNITA (a maior parte deles, aliás) – ou mesmo alguns de seus inimigos, como Chipenda – que estudaram nas missões do planalto central, não restam dúvidas a esse respeito. Até mesmo o pai de Savimbi, Loth – ele próprio criado em missões – muitos anos antes, já se envolvera nos debates críticos ao governo que transitava nos circuitos missionários. Quando o Dondi esteve em mãos do MPLA, em meados dos anos 1980 (período de escalada da guerra e rigor nas linhas ideológicas deste movimento), Savimbi dissera:

Eles querem transformá-lo [o Dondi] num centro de treinamento militar, para que as pessoas se esqueçam dos valores que o Dondi representa. Os missionários no Dondi fizeram um bom trabalho. Os portugueses não gostavam dele porque ele era o coração e mente dos intelectuais no centro e no sul. Toda vez que pensamos sobre o Dondi, é como um ponto de comícios. Muitos de nós fomos educados lá em algum ponto. Uma vez que é um ponto de comícios, o MPLA quer que as pessoas esqueçam sobre o Dondi (BRIDGLAND, 1986:261).

Mas, nos longos anos de guerra que se seguiriam, as missões passaram a representar algo mais além de um repositório de lideranças treinadas e críticas ao regime. De forma muito mais pulverizada, na figura de uma miríade de pastores e pequenas comunidades locais, a religião passou a ser um poderoso catalisador de corações e mentes daqueles novos membros do partido, urgentemente necessários às fileiras como soldados ou aos campos como agricultores (e mais tarde talvez às urnas, como votos). Ela fornecia um enquadramento adequado ao jogo de inclusão e exclusão operado por via do acirramento de códigos de acesso aos recursos. A questão é que, aqui, tal regulação não se aplicava às pessoas em si, mas aos próprios discursos legitimadores e aos projetos de estado concorrentes. Uma vez que eram, as próprias pessoas, o grande recurso em disputa pelos movimentos e qualquer um era bem-vindo nas suas fileiras. Na Jamba, base de Savimbi que passara a congregar uma comunidade grande de camponeses trazidos de áreas conflituosas, onde se cultivavam lavouras e se treinavam guerrilheiros, Bridgland registrou um sermão em umbundu do reverendo Sangendo Marcellino:

Tomás disse que não acreditaria que Jesus havia levantado dos mortos a menos que pusesse as mãos sobre suas feridas. A ascensão de Jesus apareceu de novo por causa das dúvidas de Tomás. Ah, amigos [dirigindo-se para Bridgland e Dick, um jornalista americano] antes que vocês tivessem visto de verdade a UNITA vocês eram como Tomás. Vocês haviam somente ouvido sobre o trabalho da UNITA, mas hoje vocês viram com os seus olhos, tocaram nossos corpos e tocaram nosso líder, o presidente Savimbi. (...) O poder do diabo entrou. Então foi necessário ao povo e às crianças irem à floresta para aprender o trabalho de atirar, porque a paz vem com aqueles são capazes de lutar (BRIDGLAND, 1986:326).

Muitos foram à floresta e eram cada vez mais capazes de lutar, com ou sem diabo.

## *Guerra de versões*

Minter (1988:113) alega que uma testemunha relatara que tropas da UNITA teriam encenado uma batalha fictícia para que um jornalista americano filmasse (possivelmente Leon Dash). De fato – Dash, Sitte, Steve Valentine, Luis Rodrigues (jornalista português que trabalhava para a BBC e que fez longa jornada a pé por território da UNITA) e Bridgland – todos eles relatam casos semelhantes de encenação. Curiosamente, essa guerra por visibilidade entre UNITA e MPLA era curiosamente ausente de testemunhas oculares e jornalistas (por falta de acesso) nos locais das batalhas – cada vez maiores e mortíferas. Em tal ambiente não é possível falar em veracidade dos fatos, a contrainformação é a própria natureza das reivindicações independente de se aproximar mais ou menos de uma “realidade”. Cada reivindicação de sucesso, de um ataque local ou de uma ofensiva geral, era seguida de contraversões, desmentindo e ridicularizando a primeira. Segue-se uma longa guerra de versões, informações e propaganda, paralela às batalhas que grassavam no interior do país. Por exemplo, ao passo em que Savimbi conta sua versão do ataque aos reservatórios de combustível de Luanda, José Eduardo dos Santos – o novo presidente do MPLA – diz que o ataque teria sido perpetrado por mercenários brancos treinados pelos sul-africanos e possivelmente trazidos por submarino. Em outro momento, as FAPLA – forças armadas do MPLA – sofrem derrota em Lupire e são dali expulsas, embora o MPLA afirmasse ter tido, na ocasião, uma vitória retumbante e que “os sul-africanos” (em sua segunda invasão do país) – note-se o apagamento de qualquer menção à UNITA – não poderiam mais avançar. Bridgland esteve em Lupire na altura em que o MPLA alegava estar de posse da cidade perante os jornalistas em Luanda (BRIDGLAND, 1986:382-3). De forma semelhante, o MPLA alega que a barragem de Lomaoum fora destruída por mercenários brancos lusófonos. Esse era, novamente, o recurso à remissão aos estrangeiros como inimigos legitimados e plausíveis de acordo com o discurso segundo o qual o MPLA só encontraria a resistência de “bandidos armados” à sua representação do povo angolano sequioso de libertação.

De fato, nos anos 1980, com a retomada das ofensivas sul-africanas em Angola (que haviam se retirado em 1976) e o aumento do financiamento (com um governo nos EUA muito mais simpático às suas demandas e mais desembaraçado das tensões internas), a UNITA encontra um período de expansão e fortalecimento. O MPLA, entretanto, começava a sentir de

forma cada vez mais aguda o incômodo dos rebeldes em sua fachada situacionista perante a comunidade internacional. A UNITA ataca e toma sucessivamente as localidades de Munhango (aldeia natal de Savimbi), Tari, Cangumbe, Mussende, além de muitas outras, controlando as ferrovias no planalto central e avançando cada vez mais para o norte. Em 1983, sem sombra de dúvida, apesar das diferentes versões, o MPLA sofre a maior derrota desde então na guerra civil, em Cangamba. Mais uma vez, o MPLA alega que a cidade teria sido tomada com o auxílio de tropas sul-africanas e mercenárias – o que foi negado pelas autoridades sul-africanas e era incongruente com as fotos do lugar, depois publicadas. Uma contraofensiva do MPLA retoma Calulo e Mussende, mas a UNITA captura Cazombo e passa a assediar cidades litorâneas, com sabotagem de navios e locomotivas, além de iniciar surtidas em Cabinda. O auge da campanha de sabotagem ocorre com o corte de fornecimento de eletricidade a Luanda. Com a ameaça cada vez maior dessas sabotagens, o MPLA passa a controlar o movimento nas estradas, afetando dramaticamente a possibilidade de circulação dos angolanos pelo país. Bridgland relata uma anedota entre soldados da UNITA que dizia que se, segundo o governo, a UNITA perpetraria ataques contra os idosos, mulheres e crianças, estes pareciam compor suas forças armadas (Ibidem: 439). Quando o MPLA divulga um ataque de helicópteros bem-sucedido na Jamba e que teria ferido gravemente Savimbi, este dá entrevista a correspondentes estrangeiros na Jamba e caçoa da propaganda dizendo que morreria muitas vezes até chegar a Luanda.

Seja como for, o caminho da UNITA, mesmo em expansão no período, não era marcado somente por êxitos. Uma vez mais, as derrotas eram ocultadas e as vitórias superdimensionadas perante a imprensa. Boa parte dos ataques da UNITA às cidades, aliás, parece ocorrer sem que a captura das mesmas se seguisse de sua ocupação efetiva. O Coronel Ben-Ben Arlindo Pena, um dos comandantes das FALA – forças armadas da UNITA – explica que é mais importante para manter o moral garantir perdas leves para as FALA (forças da UNITA) do que infligir pesadas perdas ao inimigo (ANTÓNIO AFRICANO, 2005). Por isso, sempre seriam deixadas abertas rotas de fuga ao inimigo que, do contrário, se se sentisse preso em uma armadilha, lutaria com tenacidade por suas vidas. Uma vez em fuga, seriam então perseguidos, quando oportuno. Portanto, embora as batalhas fossem numerosas e mortíferas, o objetivo de cada uma das partes não era o aniquilamento (ao menos do lado da UNITA) – aniquilamento que pode ser bastante comum num contexto de guerra civil etnicamente significada, o que sugere o peso dos outros elementos no caso angolano. Tratava-se de uma disputa por recursos e acessos, tomada de

territórios e visibilidade midiática com vistas à construção de legitimidade. Savimbi não podia atacar Luanda, por mais que se aproximasse desta, porque ali a resistência seria insuperável – grande parte da população aí apoiando o MPLA – e, portanto, um túmulo à sua pretensão de sentar-se como representante legitimado no paço do governo. Tinha de ganhar a guerras nas outras frentes de modo a forçar o MPLA a conceder um governo de reconciliação e posteriores eleições de âmbito nacional – sua grande esperança. Por isso, desviou-se do objetivo mais óbvio, Luanda, e prosseguiu em direção ao norte.

A ‘grande ofensiva’ do MPLA de 1989 fracassara e a UNITA tomou a maior parte do território nacional incluindo a preciosa região diamantífera das Lundas (que seria tão vital à UNITA, mais tarde, quando o apoio estrangeiro cessou). Ainda assim, o tempo trabalhava contra Savimbi que precisava da credibilidade internacional, mas também contra o MPLA que a perdia perante sua base popular. Negociações, ainda que sempre fracassadas, eram, portanto, também sempre necessárias entre os dois partidos presos no impasse. Na conferência de Gbadolite, no Zaire, ocorre o primeiro encontro entre Savimbi e o novo presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos. Savimbi diria sobre esse encontro que “tinha a convicção de que passava por um verdadeiro exame de admissão no clube fechado dos Grandes da África (o amor de Savimbi pelas cerimônias e títulos fora e ainda seria determinante em suas decisões) (SAVIMBI, 1997:109)” – embora temesse também que os membros da cúpula planejassem a sua captura, findado o encontro. A conferência não contribuiu para a solução do impasse, concluindo com uma proposta de incorporação dos integrantes da UNITA ao governo, desde que Savimbi se exilasse voluntariamente. O acordo foi recusado por Savimbi. Pode-se atribuir isso tanto pelo caráter da UNITA, absolutamente dependente de sua liderança autocrática e centralizada (o partido viraria um anão na política angolana após sua morte), como por implicar precisamente na exigência por excelência que não poderia cumprir – i.e. a impossibilidade de atingir o poder total.

Não obstante, o MPLA divulga a notícia de sua aceitação como um fato – uma manobra de propaganda endossada por Kenneth Kaunda, da Zâmbia, outrora aliado de Savimbi. Com a desculpa dessa traição, Savimbi pôs-se a bríos para retomar a luta, embora – como veremos – essa recusa em abdicar da posse pessoal do poder levaria a situações muito mais extremas, posteriormente, quando as propostas não seriam mais tão estapafúrdias. De todo modo, a guerra aberta aos angolanos era uma proposição insustentável para os dois partidos. Tanto pior para a

UNITA que ainda combatia um inimigo instalado no antigo paço governamental (lócus tradicional de poder) e era diplomaticamente reconhecido cada vez mais pelo mundo inteiro. Ela não podia recorrer aos mesmos expedientes do MPLA e taxá-lo de um “bando de bandidos armados”, ainda que também lhe acusasse de “fantoche de imperialistas”. Portanto, precisava mostrar-se com uma face mais cívica que seu oponente para compor um quadro plausível na disputa por legitimidade. Assim se referiu Savimbi em 1992, em comício de sua campanha presidencial:

Muito bem, vocês sabem que o nosso Ministro da Informação, que agora está no Lobito, que é o Valentim, que também foi estudante aqui em [Sá da Bandeira], ele não é daqueles que se deixam insultar. Eles [Valentim e seus homens] vão também e insultam. E, penso, uma das coisas que eu quero obter do presidente dos Santos quando eu chegar em Luanda, é que isso cesse. Não serve. Eu disse aqui no comício hoje: se se justificava a luta contra o colonialismo, devíamos ter vergonha de dezesseis anos de combate entre nós<sup>42</sup>.

A guerra contra angolanos era constrangedora (e Savimbi mais uma vez se atuava como conciliador). Por isso, como veremos no próximo capítulo, fora tão importante o recurso a um inimigo forasteiro, capaz de imprimir “justiça” à luta. Veremos depois, também, como essa recusa da dimensão civil da guerra mudaria drasticamente com o desaparecimento desse estrangeiro – inimigo por procuração – levando, em última instância, ao seu término, ainda que por meios violentos.

---

<sup>42</sup> Transcrição minha do original audiovisual.



## V – As procurações

### *Força atrai força*

Uma coisa é certa, quando ocorre a Revolução dos Cravos em Portugal e fica claro que a independência seria uma questão de tempo, os financiadores – havia tempos garantindo a sobrevivência de suas eleitas protocélulas de resistência com migalhas –, assim como os movimentos em Angola, viram diante de si o vácuo há tanto esperado. Portugal, antes negociando sua anacrônica demora na África com o papel que desempenhava na estratégia geral da OTAN, estava agora cindido por oposições internas e pendendo fortemente em favor do leste com o MFA. Os embaraços decorrentes da eventualidade de um auxílio expressivo em favor dos movimentos – tanto para os EUA e África do Sul, que estariam assim minando a credibilidade de seus aliados portugueses, como para a URSS e Cuba, que enfrentavam a possibilidade de retaliação em bloco – haviam desaparecido. Os movimentos, engolfados pela corrida por Luanda (para a qual a UNITA já sabia que não era páreo<sup>43</sup>) estavam cortejando os agentes estrangeiros. Para isso, precisavam criar em torno de si a áurea de vencedores – independente de o serem ou não. Mas como? Até então, as fontes militares portuguesas reportam que as baixas ocasionadas pelos três movimentos combinados às forças portuguesas eram desprezíveis (PORTUGAL, 1988). Em termos puramente militares, a situação em Angola em 1974 estava bastante sob controle dos portugueses. Mas se, afinal, relatos como de Gomes e Farinha (2001), Ladley (1997) e Cunha *et al.* (1977) são verdadeiros, como então explicar o prosseguimento da luta até ali? A resposta é que o conflito poderia ser mantido sob controle, mas não vencido. Era virtualmente impossível erradicar a última célula de resistência seja nas porosas fronteiras, seja nos ermos do leste, tanto como era impossível impedir as migalhas que permeavam o manto das aparências diplomáticas e mantinham os bandos de guerrilheiros esfarrapados como espectros de forças combatentes. E enquanto o espectro existisse e alguma gráfica universitária em Paris ou Lisboa publicasse clandestinamente os seus panfletos, ele assombraria o alquebrado império português até o fim. A guerra não era vencível para os portugueses.

Entretanto, depois de desmoronada a presença portuguesa, os movimentos precisavam de muita maquiagem – entendida aqui como propaganda, sobretudo. Segundo o almirante Rosa

---

<sup>43</sup> Uma das primeiras forças regulares expressiva da UNITA se constituiu com a incorporação dos Flechas – tropas recrutadas pelo exército português principalmente entre homens ovimbundu para combater as insurreições no norte.

Coutinho – que viria a ser o penúltimo alto-comissário de Angola e grande responsável por uma transição favorável ao MPLA – a única força militarmente expressiva no momento do golpe em Portugal era a FNLA e que essa contava principalmente com efetivos no Zaire (*apud.* Guerra, 2002:82). Savimbi mesmo viria a afirmar que “se todos os três grupos reivindicam controlar um terço do país (como o fazem), a guerra com os portugueses já estaria ganha e nós [os movimentos] estaríamos lutando entre nós” [como vimos, de fato já estavam lutando entre si muito antes de retirados os portugueses] (BRIDGLAND, 1986:100). Evidentemente, os movimentos se denunciavam entre si quanto aos excessos de maquiagem. A UNITA afirmou que durante a assinatura do cessar-fogo do MPLA com os portugueses no leste, Rosa Coutinho providenciara para que Agostinho Neto – que se encontrava fora do país havia quatorze anos – fosse trazido de Kinshasa por um helicóptero do exército português (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:77). Fardas e armas (sem munição) seriam fornecidas para que os guerrilheiros perfilassem perante a imprensa e depois eram devolvidas.

Segundo a UNITA, o MPLA seria na época o mais fraco dos três movimentos. De outro lado, Minter (1988:62), devotado à denúncia do colaboracionismo da UNITA, cita carta de Savimbi aos portugueses em que esse diz: “eu sei que com nossa cooperação o MPLA, que ao menos por ora é a única força que poderia lhes dar mais dores de cabeça, seria não somente contido, mas também eliminado da região leste” – embora não fique claro o que seria ‘dar mais dores de cabeça por ora’. Segundo Minter, ainda, de acordo com documentos militares portugueses secretos – embora não diga quais, e suas simpatias sejam evidentes – o relatório de ataques de guerrilheiros em 1970 atribuía 59% deles ao MPLA, 37% à FNLA e apenas 4% à UNITA.

De todo modo, o próprio Bridgland, autor da biografia semioficial de Savimbi, diria que este admitira o enorme embaraço que tanto ele como Neto sentiram quando, de acordo com os acordos de Alvor para findar a guerra, deveriam fornecer, cada, oito mil homens para a composição de uma força nacional conjunta e somente a FNLA poderia dispor de tanto (1986:118). De outro lado, se Stockwell (já então francamente favorável ao MPLA), afirmara em um programa de entrevistas britânico de 1981 que na altura de Alvor a UNITA não dispunha de mais de trezentos guerrilheiros maltrapilhos, Savimbi nega essa alegação veementemente, afirmando possuir então mais de vinte mil. De todo modo, como vimos, quando os atritos entre os movimentos começaram a se tornar ataques diretos, em 1975, a UNITA não pôde responder,

aprofundando seu isolamento no leste. Após os massacres de Pica-Pau e Dondo, em que recrutas da UNITA foram chacinados por tropas do MPLA, Savimbi começa a sentir a pressão de seus partidários para que se engajasse na luta contra o inimigo cada vez mais óbvio, ao passo que ainda esperava em vão por armas que supostamente viriam da China e da Romênia, enquanto se desculpava dizendo estar ainda se consultando com amigos chefes-de-Estado africanos – e daí, é claro, mais uma vez seu discurso pacifista, tentativa de angariar apoio dos brancos remanescentes, e a defesa de eleições livres (já então perfeitamente inútil). Como então se operou o milagre da virada?

### *O mercado de inimigos e o papel de Jonas Savimbi como mediador*

Uma das vantagens de Savimbi era a sua reivindicação de representar um elo com uma forma de passado tradicional dos angolanos – especialmente daqueles do interior, historicamente privados de poder em face daqueles da capital e cidades litorâneas (cadeia em cujo ápice se encontrava o branco colonizador, claro). Para entender as mudanças da relação do movimento com seus aliados estrangeiros, é necessário fazer uma digressão a esse respeito. Como vimos, ele afirmava ser neto de Sakaita, o importante soba que liderara uma coalisão de Ovimbundu contra os portugueses no que ficou conhecido como a guerra dos Bailundos e que lhe ensinara o umbundu (língua dos Ovimbundu). Segundo ele, seu avô havia dito que eles haviam perdido a guerra por falta de pólvora. Nas palavras de Savimbi:

Eu uso até hoje a história de meu avô sobre ficar sem pólvora. Eu falo às pessoas que nós perdemos a guerra civil em 1975 e 1976 porque ficamos sem pólvora. A lição para hoje é que se tivermos materiais e apoio – e inevitavelmente muitos dos materiais vão vir de fora – nós devemos usá-los inteligentemente de modo que a UNITA nunca ficará sem pólvora de novo [note-se aqui a pretensão de uma continuidade entre a UNITA dos anos 1980 e as lutas de resistência aos portugueses dos povos do interior no final do séc. XIX] (BRIDGLAND, 1986: 29).

Depois, ele ainda diria:

Nós não podemos depender de ajudas externas. Se elas existem, têm de corresponder à nossa política. Disse-vos, no outro dia, e repito aqui: “AS ARMAS QUE LIBERTAM O NOSSO PAÍS NÃO CHEIRAM AO PAÍS DE ORIGEM; CHEIRAM A PÓLVORA.” Venham elas da China, da África do Sul, do Marrocos, serão recebidas e servirão para abrir o caminho do nosso futuro (SAVIMBI, 1986: 30 - caixa alta no original).

Supostamente, como vimos, ele havia expressado a mesma reserva contra a determinação estrangeira de políticas quando encontrou Che Guevara na Tanzânia, em 1964, ao dizer que se forasteiros como ele trouxessem todas as suas fórmulas de revolução e as tentassem impor aos

africanos, então estariam chegando com o mesmo tipo de complexo de superioridade que os colonialistas de outrora.

De todo modo, as armas teriam de vir de fora, de um jeito ou de outro. De fato, como sempre lembrado por seus inimigos, o auxílio sul-africano fizera com que a UNITA passasse do movimento militarmente mais fraco, em 1975, a uma eficiente máquina de guerra e uma das maiores forças militares do continente africano. De outro lado, também é necessário lembrar que a UNITA não fora “salva” por seus benfeitores, mas fora antes escolhida como candidato plausível para representar seus interesses nas novas “guerras por procuração”<sup>44</sup>, como haviam ficado conhecidas especialmente na África (VIRMANI, 1989). E esse fora um papel desempenhado ativamente num jogo estudado, não uma qualidade inerente cuja legitimidade tivesse sido posteriormente atribuída de fora – trata-se de um procedimento de sincronização de discursos ao invés da adoção de um, pura e simplesmente. Atsutsé Kokouvi Agbobli, um dos biógrafos e Savimbi e simpático a sua causa, diria que “longe de ter feito o leito de seus poderosos aliados ocidentais e sul-africanos, Jonas Savimbi se mostrou antes como um mestre em contra-manipulação” (SAVIMBI, 1997:15). Podemos dar crédito a essa afirmação? Ou será ela um artifício retórico e defesa de alguém em busca de credibilidade, mas acuado numa rede de influências? Nos anos 1960, tanto a UNITA como o MPLA haviam buscado auxílio seja dos EUA seja da URSS, mas gradualmente especializaram-se em cada um desses campos. Essa é, creio, uma diferença sutil, mas muito importante, ao abordar as reivindicações ideológicas e estratégias dos dois movimentos.

Não obstante, como vimos, no período inicial anterior e após a independência, a UNITA se demorou isolada. A beneficiária inicial do parco auxílio ocidental fora a FNLA. Holden Roberto, que nunca estivera na capital por medo de assassinato, era o homem que os sul-africanos e a CIA queriam em Luanda no dia da independência. A UNITA, ainda vista como dissidência da FNLA e maculada por suas conexões chinesas (embora a FNLA também as tivesse em menor medida), nessa conjuntura, teria um papel meramente subsidiário. A despeito do alarde de seus oponentes, na altura da Revolução dos Cravos, antes do envio massivo de material soviético ao MPLA, a FNLA possuía os maiores efetivos militares em Angola (GUIMARÃES, 2001). A UNITA, sem remédio, aliara-se à FNLA contra o MPLA e manteve-se relativamente neutra durante a luta pela capital.

---

<sup>44</sup> Em inglês ‘proxy wars’.

Grande parte do apelo popular da FNLA residia em uma filosofia de guerrilha inspirada no princípio de luta e suporte pelo campesinato, tendo na “terra” a sua grande bandeira de luta. Anteriormente designada, vale a pena lembrar, UPA – União das Populações de Angola – e, ainda antes, UPNA – União das Populações do Norte de Angola –, a trajetória dessa organização até seu declínio, revela características importantes da configuração e escalada do conflito com o aumento das transações com o exterior. Conforme seu primeiro nome indica, a FNLA, até mesmo pelo caráter telúrico propalado em seu discurso, possuía fortes vínculos regionais (UPA, 1960). Recapitulando, convencionalmente, Angola seria classificada desde o período colonial – mais ou menos arbitrariamente – em grupos étnicos dos quais três se destacariam demograficamente. Os Ambundu, terceiro mais numeroso, concentrando-se a oeste, no litoral, incluindo a maior parte de Luanda, a capital. Os Ovimbundu, o mais numeroso, concentrando-se ao sul e no planalto central, compreendendo, *grosso modo*, os últimos grupos a serem “pacificados” no colonialismo no final do séc. XIX e início do XX (e daí a importância de Sakaita para a imagem de Savimbi).<sup>45</sup> Por fim, o terceiro grupo, seria os Bakongo, segunda etnia mais numerosa e habitantes do norte de Angola, estendendo-se para além da fronteira do Congo ex-Zaire.

A região norte de Angola fora palco dos mais duros embates enfrentados pelos portugueses em combate com a UPA (LAIDLEY, 1964). Nos anos 1950 a região vivia um surto cafeeiro que desapropriara muitos Bakongo de suas terras, pondo em seu lugar trabalhadores Ovimbundu nos latifúndios. Como resultado, um enorme sentimento anticolonial foi gestado não só contra os portugueses, mas contra os trabalhadores Ovimbundu, vítimas preferenciais dos massacres de 1961 (apesar do sensacionalismo em torno da morte de brancos), depois reivindicados pela UPA, que oficialmente marcam o início da luta anticolonial em Angola. Essa luta teve enorme respaldo para além da fronteira com o Zaire, pautado por vínculos tradicionais, o que fez da contraguerrilha dos militares portugueses, ainda que eficiente taticamente, uma tarefa inexecutável em última instância. De fato, posteriormente, quando as lutas mais cruentas pela posse da capital angolana, logo antes e após a independência, se verificavam entre a FNLA e o MPLA, Holden Roberto encontrava-se ainda em sua base operacional em Kinshasa (no Congo), onde contava com o apoio do presidente Mobuto.

---

<sup>45</sup> Os “bailundos”, como os ovimbundu eram então designados, eram conhecidos anteriormente como comerciantes com o interior inexplorado pelos portugueses, suas caravanas transportando borracha e escravos provenientes de grupos do leste por eles capturados.

Por que a FNLA definiu? É possível argumentar (e esse tem sido o fator o mais constantemente referido) que a FNLA definiu porque perdeu a corrida por suporte internacional no ambiente tecido na Guerra Fria. De fato, a FNLA havia recebido auxílio de alguns instrutores chineses em Kinshasa e, segundo Cascudo (1979), alguns poucos auxílios da CIA, que não bastaram para contrapor-se ao massivo incremento de material e pessoal cubano e soviético ao lado do MPLA. Mesmo nos anos 1980, Savimbi ainda acreditava que os sul-africanos nunca se desfizeram da ideia de reerguer a FNLA. Uma das coisas que depõem a favor da confiança incompleta que os sul-africanos continuaram atribuindo à UNITA é a existência do Batalhão 32, ou Buffalo, ‘the terrible ones’. Remanescentes da facção Chipenda do MPLA que haviam desertado para a FNLA no Zaire, foram afinal incorporados ao exército sul-africano – tropas de designação ambígua necessárias nas fronteiras – e trazidos às suas bases na Namíbia (HEITMAN, 1990). Essas tropas foram inteiramente retreinadas sob novo oficialato (Chipenda foi dispensado) composto exclusivamente por sul-africanos, enquanto os suboficiais eram recrutados entre mercenários rodesianos, franceses, britânicos, portugueses e norte-americanos. O batalhão Buffalo – como referirei adiante – seria útil aos sul-africanos por responderem diretamente ao seu Estado-maior, mas poderem atuar como angolanos a coberto da UNITA (BREYTENBACH, 1986).

Mas por que a UNITA, mesmo que indesejável, tornou-se o procurador eleito? Parte da resposta reside no seu isolamento e sobrevivência a partir de 1976, à medida que a FNLA, principal oponente do MPLA, fora varrida de Angola de volta a suas bases no Zaire. Afinal, a intervenção sul-africana, decidindo-se a apoiar a UNITA como aquele movimento com maior influência junto a áreas consideradas estratégicas (principalmente o sul e a fronteira com a Namíbia onde havia as bases da SWAPO e grandes potenciais hidroelétricos), pesaria grandemente para a decisão dos EUA – que, como vimos, enfrentavam grande oposição da opinião pública interna após o fracasso no Vietnã e a “Clark Amendment” – de reorientar seu auxílio de modo a coincidir com o de seus principais aliados na região, a África do Sul (BLOOMFIELD, 1988). Alguns elementos para essa alteração também são sugeridos pela possibilidade de Savimbi poder figurar, aos olhos dos financiadores, como etnicamente mais abrangente em sua representatividade devido às suas origens (o que também implicava no apoio de missionários norte-americanos) e posicionamento no interior de Angola com todas suas implicações geoestratégicas (incluindo a ferrovia de Benguela e a oferta de cobre africano).

Ainda assim, creio não ser possível inverter a ordem dos fatores. Ou melhor, não é plausível atribuir um sentido único a uma via de negociação em que ambos os lados apresentavam necessidades convergentes. Se a guerra civil se situava em um contexto de “guerras por procuração” da Guerra Fria em que agentes das superpotências estavam em busca de pontos para extravasamento da contenção estratégica e projeção de poder, ao mesmo tempo os movimentos político-armados angolanos necessitavam destes para sua provisão material e como “inimigos por procuração” – uma aliança mutuamente vantajosa entre os diferentes níveis, voltados para diferentes guerras. Dessa forma, se a FNLA fracassou em angariar esses apoios, esse é um fracasso menos de sua política externa, diplomacia e afinação ao discurso ideológico, e mais dos condicionamentos internos que pudessem fazer do seu partido um bom candidato a “procurador”, por assim dizer. Se num primeiro momento a FNLA possuía vantagens militares e estratégicas superiores ao MPLA como inimigo, de um lado, e à UNITA como concorrente no pleito aos recursos do mercado ideológico internacional, de outro, falhou ao adequar-se à linguagem que o conflito ia assumindo. Qual seja, a da plausibilidade da nação definida por um “povo” unívoco (condição que se agravou ao perder a corrida pela capital historicamente reconhecida).

O MPLA possuía maior respaldo em Luanda e áreas de predomínio ambundu, ao passo que a UNITA maior respaldo no planalto central e áreas de predomínio ovimbundu além de, em menor grau, chokwe (embora, é importante frisar, não se tratasse de sobreposições étnicas de seus apoios – o quadro, como as eleições de 1992 viriam demonstrar, era muito mais complexo). Entretanto, o MPLA, ao constituir-se em torno da zona de influência de maior peso colonial, Luanda – incluindo aí a maior parcela da população mestiça (entre a qual grande parte de trabalhadores urbanos que compunham anteriormente o aparato colonial) –, juntamente com a retórica comunista de guerra escatológica de libertação do povo contra os “imperialistas”, encontrou na noção de “homem universal” revolucionária, de um lado, e de nacionalismo angolano despido do que designava “obscurantismos” e “tribalismos”, em uma teleologia do progresso, de outro, um poderoso trunfo em prol da convergência das linguagens para a plausibilidade nacional.

Por sua vez, a UNITA, ainda que mais próxima de um certo discurso “tradicionalista”, sendo os próprios comícios de Savimbi proferidos em língua nativa (não só umbundu, como outras), inseria-se igualmente bem na lógica legada pelo colonialismo de oposição entre campo -

de “não-assimilados” – e cidade – “crioula” – (Savimbi constantemente referindo-se ao MPLA como o “partido dos mulatos colonialistas”). Jogava assim, com mais uma dicotomia na qual sua posição, por contraposta a um complemento irreconciliável, era também poderosamente aglutinadora em torno do que viria a ser esse “povo angolano” monolítico secularmente usurpado por forças alienígenas encabeçadas desde Luanda.

Contudo, obviamente não bastava ser um bom candidato para inserir-se nesse mercado. É necessário publicidade. E Savimbi vai conseguindo sua inserção nos EUA (vários de seus quadros eram mandados para estudar em universidades americanas) não necessariamente através de Washington. Mais uma vez, sua retórica pan-africanista lhe rende apoio de ativistas afro-americanos (cf. e.g. SALES, 1977) – o que sua aliança com o regime do Apartheid viria grandemente perturbar (SAVIMBI, 1997:221). Ele nomeia uma de suas companhias de “Panteras Negras” e consegue auxílio do grupo americano African Liberation Support Committee. Se a emenda Clark e a estiagem no auxílio oficial americano tinham sua causa primeira na reação da opinião pública americana desde os dissabores do Vietnã, esse investimento junto a grupos ativistas nos EUA não pode ser menosprezado, mas ele ainda era secundário para os tomadores de decisão em face das necessidades imperativas do jogo da guerra fria.

Anos mais tarde, no ápice do apoio ocidental à UNITA, quando Savimbi encontrava-se em Washington DC, ele se dirigiu aos seus ouvintes americanos da seguinte forma: “O ocidente precisa pensar como nós podemos receber mais apoio, não apenas através de armas e dinheiro, mas ao adequar nossa luta na sua luta geral contra os russos (BRIDGLAND, 1986: 288). A obtenção do apoio ocidental, como vimos, veio após longa disputa com a FNLA, na qual a UNITA prevaleceu. Stockwell (1978) disse que estavam errados em considerar a UNITA o movimento mais fraco, uma vez que ela era muito melhor organizada, acrescentando sobre Savimbi que se ele não era visto por Washington exatamente como um aliado confiável, ao menos ele se opunha aos homens de Moscou em Angola – a lógica de procuração.

Nas palavras de Savimbi:

Se eles escolheram dá-lo dessa forma, eu não me faria escusar, porque eu precisava de apoio para a minha luta. (...) Eu me dirigi ao governo americano e é um assunto doméstico sobre a maneira com que eles decidiram me ajudar (BRIDGLAND, 1986:16).

Savimbi temia ser pego entre a guerra particular das superpotências. Porque, como ele dizia, ‘quando dois elefantes brigam, é o capim que é esmagado’. Entretanto – se o apoio americano era uma ameaça em seus próprios termos – o apoio sul-africano seria muito mais

danoso. Mas depois de 1975, enquanto o MPLA estava assegurando seu lugar no poder em Luanda e recebendo massivo apoio dos soviéticos, a UNITA, desprovida de recursos, não podia se dar ao luxo de recusá-lo.

Nas palavras de Savimbi, parafraseando a si mesmo quando se referiu sobre a aliança com os portugueses:

Se você está se afogando num rio repleto de crocodilos e acabou de afundar pela terceira vez, você não questiona sobre quem o está puxando para a margem até que esteja a salvo nela. (BRIDGLAND, 1986:137)

Dizia que faria acordo com o diabo, se necessário (SAVIMBI, 1997:79). Perante a imprensa, no entanto, de princípio nega a presença dos sul-africanos e diz que haveria apenas alguns técnicos para operar os carros que os homens da UNITA não podiam. Um desertor da UNITA disse que recebiam suprimentos entregues por avião pelos sul-africanos, mas sem nenhum rótulo ou marca de origem (MINTER, 1988:115). Perante seus aliados, Savimbi alegava que o motivo de aquiescer à presença dos sul-africanos era, uma vez que estivessem de posse das principais cidades do interior, ganhar apoio majoritário na OUA e viabilizar uma posterior barganha para impor a composição de um governo de coalisão – ainda insistindo nas suas aspirações democráticas de conquista do poder, bem ao sabor dos ouvidos dos novos financiadores com os motes da Guerra Fria.

Savimbi afirmava que havia privilegiado o longo prazo ao consentir a aliança com os sul-africanos – “uma questão caída dos céus” – uma vez que se considerava um seguidor de Clausewitz<sup>46</sup> (SAVIMBI, 1997:96). ‘Nós não somos santos, estamos fazendo guerra’, ele disse. Agboblí afirma a esse respeito que a política de uma nação está inscrita na sua geografia e que Savimbi, dessa forma, fora um frio calculador não inclinado a sentimentalismos ao firmar sua aliança tática com a África do Sul racista. “Sem ser, portanto, amigo dos sul-africanos – disse Savimbi – eu calculei, como homem político lúcido, todo o lucro que a UNITA tiraria de um confronto sul-africano e cubano na África.” (SAVIMBI, 1997:83) Contudo, essa aliança maldita com os sul-africanos custou a ele o apoio de muitos países da África negra, a começar pela influente e rica Nigéria, seguida por Tanzânia, Gana e Sudão. Ao contrário das alegações de Savimbi, o MPLA teve seu reconhecimento aumentado na OUA e passa, afinal, a integrá-la

---

<sup>46</sup> General prussiano que, no séc. XIX tornou-se um célebre teórico da guerra. Sua máxima mais conhecida e disseminada é a de que a guerra é a política por outras vias.

(RADU, 1992). Como exceções, Zâmbia e Quênia continuam aliados da UNITA.<sup>47</sup> Embora ele tenha acrescentado posteriormente (quando negar a evidência já era insustentável):

Estou absolutamente sem remorso de ter acordos com a África do Sul. Eles são a única potência militar e econômica real nessa região e todo estado africano negro está comerciando com eles, inclusive o MPLA [note-se o início do reconhecimento tácito do MPLA como Estado constituído, o que vai contra as alegações iniciais da UNITA da ilegalidade e caráter não representativo do poder do MPLA em Luanda – a guerra parece ter adquirido uma crescente polarização regional em oposição a Luanda, baluarte de apoio popular do MPLA, mas também a sede legitimada do Estado. Savimbi progressivamente cedeu e mudou seu discurso.] (BRIDGLAND, 1986:389).

Dizia que os críticos ocidentais pareciam estar pedindo a eles, Savimbi e seu séquito, que cometessem suicídio ao aceitar serem esmagados pelos cubanos e russos, o que seria o equivalente a encapsular verdades em três palavras quando três mil eram necessárias. A UNITA, segundo ele, não estaria lutando uma guerra civil pelo ocidente (algo contraditório com suas declarações à audiência em Washington); estava lutando para impedir que os russos dominassem Angola contra a vontade do povo; isso é, em última análise, estava lutando por si mesma e seus próprios fins.

Entretanto, apesar dos sucessos, os sul-africanos, mal equipados para transpor rios cujas pontes haviam sido explodidas por sabotadores cubanos, não conseguem tomar a porção leste da ferrovia de Benguela – a mais promissora para a UNITA. A onda passara. Savimbi, desesperado vai a Pretoria exortar aos sul-africanos para que continuassem o avanço sobre Luanda, pois “os vencedores escrevem a história” (BRIDGLAND, 1986:156). Afinal, os sul-africanos mantêm os territórios conquistados até que se realizasse a cimeira da OUA a fim de que a UNITA pudesse ali tentar conseguir ganhos. Quando os sul-africanos se retiraram de Angola, em parte devido à interrupção do apoio americano em 1976 – devido à aprovação da Emenda Clark sob a presidência do democrata Jimmy Carter –, Savimbi disse:

Muito bem, nós nos acostumamos com amigos que nos desertam. Vocês, sul-africanos, têm de cuidar de seus próprios interesses; o MPLA tem de cuidar de seus interesses; cada um de vocês está lutando sua própria luta. Mas nós prosseguiremos também (BRIDGLAND, 1986:268).

Não obstante, como parte dessa barganha internacional, ele já havia ganhado a mais poderosa arma de que precisava: um inimigo legítimo garantindo a plausibilidade do discurso que sustentaria a luta – mesmo que temporariamente como uma guerrilha. Emitiu novas ordens aos seus comandantes instando-os a organizar uma nova resistência, dessa vez não contra os

---

<sup>47</sup> A primeira, sob o presidente Kaunda, o faz a despeito de oposição interna proveniente de círculos universitários, provavelmente mais uma vez premida pelos imperativos de seu cordão-de-Aquiles ferroviário. O auxílio da CIA à UNITA continua por intermédio desse país cuja fronteira encontrava-se somente a 50 km da Jamba.

portugueses e nem contra ‘traidores’, mas contra o inimigo perfeitamente execrável: Cuba e União Soviética, os ‘novos imperialistas da África’. Então escreveu a líderes africanos dizendo que nunca fugiria para o exílio. O palco para uma “guerra justa” estava montado e o super-vilão era o imperialista estrangeiro.

Nós nunca aceitaremos [disse Savimbi] um regime minoritário imposto por uma potência colonial europeia racista [i.e., os russos]. Nós lutaremos nas selvas, lutaremos nas montanhas [disse ele parafraseando Winston Churchill durante a ameaça de invasão nazista das ilhas britânicas]. Nós infiltraremos as cidades. Deixe que os russos e seus cubanos venham às dezenas de milhares, deixe permanecerem por anos. No final, o povo de Angola vencerá (BRIDGLAND, 1986:175).

Isso forneceu uma possibilidade de negar a embaraçosa dimensão civil da guerra e permitiu melhor lutá-la. Contudo, Savimbi reconheceu que o governo, a despeito de supostamente ser uma “marionete dos soviéticos e cubanos”, era um governo angolano e que, portanto, não desistiria como os portugueses. Esse uso político do estrangeiro como um inimigo por procuração dentro da guerra em microescala – uma vez que, como Savimbi mesmo advertiu, cada um estava lutando sua própria guerra – não era somente uma prerrogativa da UNITA. O MPLA também estava lucrando com sua parte dessa transação internacional de câmbio de inimigos como investimento cujo dividendo era uma “guerra justa”.

José Eduardo dos Santos, seu presidente, disse:

Noutro tempo nós entregávamos a arma aos nossos guerrilheiros para lutarem contra o inimigo directo, o colonialismo português, para combaterem os seus aliados que eram os fantoches da Upa/Fnla. Via-se o inimigo, havia uma demarcação clara, porque havia presença física do inimigo. Mas, embora a luta ainda seja a mesma – quer dizer nós estamos a lutar contra o imperialismo, naquele momento o colonialismo aqui era o agente do imperialismo, era o nosso inimigo directo que se ligava ao inimigo principal que era o imperialismo – portanto embora a nossa luta seja a mesma, porque nós lutamos contra o imperialismo, hoje as formas já são outras (EDUARDO DOS SANTOS, 1982b:42).

Mesmo se cada lado afirmava estar lutando contra invasores externos, paradoxalmente ainda precisava deles. O MPLA precisava da ameaça sul-africana: ela fornecera antes uma validação externa de seu regime num tempo em que as esperadas eleições depois do governo transitório não aconteceram, bem como para reter as tropas cubanas no país sem prejudicar sua imagem quando estas eram ainda mais importantes para conter insurreições internas (tal como acontecera durante a tentativa de golpe de estado liderada por Nito Alves em 1977 e a conseguinte purga nas suas fileiras).

Em 1981, Regan foi eleito e o apoio americano à UNITA foi progressivamente retomado e expandido. Entrementes, os sul-africanos invadiram Angola novamente e estavam lutando em

favor da UNITA mais uma vez<sup>48</sup>. Esse foi o apogeu da performance mediadora de Savimbi. Jeremias Chitunda, seu braço direito e representante da UNITA em Washington, promovera um bem-sucedido lobby entre senadores e membros da Câmara dos Representantes. Savimbi foi recebido com sua nova esposa como um “freedom fighter” na Casa Branca, sorriso de orelha a orelha (CROCKER, 1992).

### *A culpa é de quem chegou primeiro*

Os estrangeiros eram muito úteis, mas também geravam embaraço. Cubanos e sul-africanos só podiam justificar sua própria presença – bem como a UNITA e o MPLA justificar a deles – como uma resposta à presença do outro. Logo se instaurou um acirrado debate sobre quem teria sido o violador original do solo angolano. Quem era o invasor imperialista e quem era o defensor heroico? (Embora defesa significasse coisas diferentes para cada um aqui – ‘internacionalistas’ exportadores da revolução e sul-africanos com sua zona de estados tampões e política regional). Depende do ponto de vista. Na neblina de afirmações e contra-afirmações, num primeiro momento, venceu quem contou a melhor história. Para isso, o MPLA estava incomparavelmente melhor guarnecido do que a UNITA. Contando em suas fileiras com escritores de peso como Pepetela, Luandino Vieira e outros, o crédito da “guerra justa” do partido ainda se beneficiava de uma elaborada rede internacional de intelectuais de esquerda simpatizantes. Ninguém menos do que Gabriel García Márquez, ganhador do prêmio Nobel de ficção, também se posiciona e escreve um artigo, *Operación Carlota*, – amplamente publicado em diversas revistas e periódicos – superior a qualquer testemunho ocular para inflamar corações<sup>49</sup>. A África do Sul, de outro lado, nos anos 1980, com a prisão de Mandela e denúncias ao Apartheid, estava a anos-luz de nutrir para si alguma imagem pública heroica (fora do ambiente do nacionalismo bôer, claro).

---

<sup>48</sup> Após a morte de Agostinho Neto em Moscou, em 1979, dissemina-se uma desconfiança generalizada de assassinato. Pode-se arrolar eventos: a desconfiança de assassinato; a posse de Eduardo dos Santos, o novo presidente do MPLA, em 1980, em princípio mais próximo aos soviéticos e o conseguinte incremento de auxílio em armamentos a partir de 1980 e em 1981; a política dos EUA para Angola voltando a se alterar em favor de Savimbi depois de tendência absentéista desde 1976, imediatamente seguido por nova ofensiva sul-africana (a Operação Protea). Embora essas conexões não estejam destrinchadas a fundo e elas provavelmente não tenham uma relação propriamente de causalidade, a mera enumeração já sugere um padrão interessante.

<sup>49</sup> Também publicaria juntamente com Fidel Castro e Jorge Risquet um comentário sobre a intervenção cubana – MARQUÉZ; RISQUET; CASTRO, 1989.

Mas, afinal, quem chegou primeiro? Depende do critério elegido. As duas colunas motorizadas sul-africanas que cruzaram a fronteira entre Namíbia e Angola em 1976 eram uma força de intervenção consumada – completa de cabo a rabo desde suas bases logísticas ao apoio aéreo (STEENKAMP, 1983). A verdade poderia ser mitigada e escondida do público em geral e dos jornalistas por algum tempo, mas não do inimigo. Do ponto de vista do que o regime em Luanda considerava suas fronteiras, foi uma invasão sem a menor dúvida. Por outro lado, isso aconteceu e não poderia deixar de acontecer precisamente devido à completa ausência dos sul-africanos de Angola anteriormente, bem como de aliados estrangeiros da UNITA (afora um punhado de “instrutores” mercenários) – esta que, como vimos, na altura, vinha claudicando na sua “Grande Marcha”. A coisa toda se deu num arroubo irremediavelmente indiscreto.

A história do relacionamento entre cubanos e o MPLA é algo diferente. Para começar, como vimos, imediatamente após o golpe em Portugal, iniciara-se a enxurrada de armamentos soviéticos ao MPLA que, com isso, conseguiu derrotar fragorosamente a coluna da FNLA que se dirigia a Luanda com um bombardeio de lança-foguetes – os “órgãos de Stalin”. Esse envio superou enormemente, em antecedência e volume, qualquer auxílio que a CIA e os EUA viessem a fornecer – estes ainda se demoravam com as migalhas divididas entre seus dois movimentos-candidatos. Paulatinamente, instrutores cubanos em números inicialmente reduzidos, mas crescentes, começaram a desembarcar em Ponta Negra (o porto congolês que fora primeiramente utilizado para enviar provisões ao MPLA), depois em Luanda e, por fim, por ponte aérea. Essa não era uma força expedicionária (pelo menos não ainda), mas aos poucos ia dando forma e compleição a algo muito melhor do que uma. Ia-se deitando os alicerces de um exército em campo – que chegaria (e quando chegou deteve os sul-africanos com franco sucesso). Ademais, as datas alegadas por Luanda e Havana da chegada das tropas cubanas foram sistematicamente questionadas a partir de uma série de evidências de desembarques de tropas nos portos anteriormente (cf. LEGUM; HODGES, 1976 e GUIMARÃES, 2001) – discretos e pulverizados desembarques.

O certo é que, mesmo não assumidos esses desembarques, pelo menos duzentos e oitenta e três instrutores cubanos já se encontravam em Angola no momento em que os sul-africanos cruzaram a fronteira – milhares limpavam seus fuzis Kalishnikov às portas dos aviões Antonov em Cuba. Guimarães sagazmente chama a atenção para a completa impossibilidade de se organizar a Operação Carlota – a chegada do exército cubano, já depois de ‘quente a sopa’ para

recebê-los – no período alegado pelos cubanos. Está claro que os preparativos haviam se iniciado muito antes. Por outro lado, poder-se-ia afirmar algo similar acerca da invasão sul-africana – a invasão não fora planejada do dia para noite.

Dito isso, a pergunta de sobre quem chegara primeiro e suas minúcias perde a importância. Ela era importante para a legitimação das alegações de cada um dos movimentos naquele momento, mas não para a compreensão dos eventos. Está claro que ambas as intervenções estavam imbricadas desde sua concepção, preparativos e execução. O que diferiu foram as histórias – e seu crédito. Exasperado, Savimbi clamava:

A guerra civil não foi iniciada pela África do Sul [note-se a pretensão tácita de atribuição da guerra como tendo se originado devido à presença estrangeira]. As pessoas que interviram em Angola foram a União Soviética [sic]. O primeiro veículo blindado que apareceu na guerra foram T-54s da União Soviética. As primeiras tropas estrangeiras a aparecer em Angola foram de Cuba. Por que as pessoas estão se recusando a ver isso? (BRIDGLAND, 1986:153)

Porque não importava. A história não era plausível. Aqui talvez o MPLA tenha ganhado uma de suas vitórias mais decisivas – as batalhas travadas depois talvez tenham, de alguma forma, deslizado pelo vinco. Em 1988, a onda passara novamente. É concluído em Nova York, após muita procrastinação de ambos os lados, o acordo para retirada mútua de cubanos e sul-africanos de Angola (SCHOOR, 1989). O MPLA também estava fazendo seus movimentos no tabuleiro do xadrez internacional de sincronização de discursos. Ele começou a negociar com os sul-africanos e abrir o país a investimentos ocidentais – principalmente para a indústria petrolífera. Nomes de instituições do governo marxista como o Comitê Central e o Burô Político foram alterados para os termos mais brandos Comitê Executivo e Comitê Nacional. Linhas-duras comunistas tais como Iko Carreira e Lúcio Lara – figura chave nos expurgos após o levante nitista – foram demitidos de seus postos. Os membros do alto-escalão do partido foram instruídos a vestir terno e gravata para contrastar com as fardas militares da UNITA.

Savimbi fica com a última palavra:

A UNITA nunca fez questão de se proclamar seja de esquerda seja de direita, e de se alinhar a X ou Y, somente para agradar a uma grande potência qualquer. Nós rapidamente compreendemos que na corte dos grandes, são eles que convidam os convivas em função de seus próprios interesses. E quando jantamos com eles, é prudente munir-se de uma longa colher (SAVIMBI, 1997:218).

### *Guerra por credibilidade: minério, mercenários e reféns*

A presença de mercenários em Angola alastrou-se drasticamente com a progressiva derrocada da FNLA ao norte, já em 1975. Em desespero, Holden Roberto passara a contratar indiscriminadamente mercenários britânicos e americanos com pouca experiência. Em grande medida, esses mercenários acabaram por recuar juntamente com as tropas da FNLA para o Zaire. Entretanto, atrocidades também começaram a ser cometidas por essas unidades – excelente propaganda para o MPLA. Costas Georgiou, conhecido como coronel Callan, é capturado com mais doze mercenários britânicos e um americano. O espetáculo de seu julgamento foi armado em Luanda. A imprensa internacional foi convidada a comparecer e teve seu lugar de honra garantido<sup>50</sup>. O veredito final determina a execução de quatro dos mercenários (cf. BURCHETT; ROEBUCK, 1977 e VIVO, 1976). A UNITA, é claro, também se vê indiretamente dilapidada em sua imagem devido às suas conexões sul-africanas.

A disputa na qual até então se competia por crédito de jornalistas a partir de diferentes versões conflitantes sobre eventos que ninguém fora os soldados e “invisíveis” populações locais testemunhavam, também sofre escalada. A opinião pública internacional agora valia ouro e os jornalistas eram bem-vindos contanto que permaneçam no cabresto. Era necessário o constante investimento no descrédito do inimigo como títeres de seus supostos ‘mestres imperialistas’ – pululam os relatos (muitos genuínos, mas certamente sob incentivos e pendores nada desprezíveis) desqualificando as ações sejam do MPLA ou da UNITA. Nessa disputa, a existência do Batalhão Buffalo torna-se o ordálio da UNITA. Minter (1988:107-8), por exemplo, traz o relato de dois mercenários, um inglês o outro angolano branco, que teriam servido como oficiais nessa unidade. Segundo eles, o objetivo geral da invasão sul-africana nada mais era do que a captura de terreno que seria depois reivindicado pela UNITA. Para isso, sempre que uma zona era selecionada, o Batalhão Buffalo era chamado e, uma vez concluída a eliminação dos focos de resistência, rapidamente substituído pelos soldados da UNITA. Essa seria a origem da maioria das operações reivindicadas pela UNITA. Esta, por sua vez, também alegava que as tropas do MPLA não eram páreo sem os cubanos e supostamente privilegiava a estratégia de atacar os cubanos preferencialmente de modo a acirrar as tensões entre esses e as forças do MPLA, minando as bases de sua aliança.

---

<sup>50</sup> Bridgland lembra que o juiz nesse julgamento, Ernesto Eduardo Gomes da Silva, depois acabaria por ser um dos expurgados do MPLA após a tentativa de golpe em 1977.

Se se der crédito às reivindicações de ambos os lados, só restaria concluir que ou ambos eram perfeitamente incompetentes e manobrados pelos ‘invasores estrangeiros’, ou que também ambos experienciavam “uma vitória sem fim”, para usar a feliz e mordaz expressão de Christine Messiant (2001). Nem uma coisa nem outra são plausíveis, embora o padrão mais uma vez revele os interessantes contornos da disputa.

Independente do grau de veracidade dessas alegações, elas encontram paralelos em ambos os lados. O MPLA também tinha a sua disposição uma tropa convenientemente ambígua, bastante útil para operações de fronteira, os catangueses. Provenientes da província de Katanga no Zaire, como mencionado, essas tropas francófonas haviam sido usadas pelos portugueses para contra-insurgência nas diplomaticamente capciosas guerras de fronteira ao norte. Quando, mais uma vez sob os auspícios de Rosa Coutinho, essas tropas foram incorporadas às forças do MPLA, foram usadas, em 1978, no seu malfadado apoio à insurreição da província zairense de Shaba contra Mobutu (seu antigo inimigo) – episódio que culminou com a intervenção de paraquedistas da Legião Estrangeira francesa em Kolwezi, que dispersaram os catangueses.

Agora outro elemento complexo passa a interferir no jogo de visibilidade e credibilidade. Não bastava dispor de úteis aliados e inimigos estrangeiros, bem como do auxílio em armas. A necessidade de financiar o esforço de guerra levaria a situações inusitadas e desconcertantes se nos prendermos à assunção de que a guerra era travada em linhas ideológicas. Estamos falando, é claro, de petróleo e diamantes (LE BILLON, 1999).

Em 1985, auge da corrida armamentista em Angola proporcionada por soviéticos e o agora benevolente EUA sob Reagan, o capitão Wynan Petrus Johannes Du Toit, South African Defence Forces, é capturado depois de malgrado ataque de seu comando às instalações petrolíferas da Gulf Oil em Malongo, Cabinda (MPLA, 1986). Em interrogatório, Du Toit teria dito que o ataque viria a ser reivindicado pela UNITA. Pretoria responde dizendo que se tratava de mera missão de reconhecimento às bases da SWAPO (movimento de libertação namibiano aliado ao MPLA) em Cabinda e que a versão do MPLA fora extraída sob tortura. De todo modo, as instalações da Gulf Oil (agora parte da gigante Chevron) passam a ser defendidas por tropas ‘internacionalistas’ cubanas e a Chevron passa a pressionar o governo dos EUA pelo reconhecimento oficial do regime de Luanda, enfatizando o pronto pagamento e os termos generosos em royalties. O MPLA estava, de forma bem-sucedida, conseguindo um trunfo junto aos EUA no que dizia respeito a algo nada desprezível, seu bolso. Isso e a sombra sobre a

credibilidade de outros ataques que a captura de Du Toit trouxe, era tudo o que a UNITA não precisava. Quando a UNITA derruba um Antonov 12, matando oficiais cubanos e soviéticos, Luanda diz que fora abatido por aviões sul-africanos, embora relatos de pilotos cubanos digam jamais terem avistado caças sul-africanos (GONZÁLES SARRÍA, 2003).

Segundo Savimbi, os representantes ocidentais haviam se servido da UNITA e da FNLA como cacetes para bater ao MPLA, mas acabaram por se contentar com este no poder, na medida em que preservasse os interesses de suas companhias de mineração (SAVIMBI, 1997:82). Possivelmente não estava longe da verdade ao dizê-lo. Era necessário tomar providências urgentes. O mercado simbólico de estrangeiros precisa ser posto em ordem e, para limpar a casa, Savimbi mandou uma mensagem:

Com os lucros da exploração de petróleo e diamantes por esses estrangeiros, o MPLA está pagando por sua guarnição cubana. Eu não posso deixar isso continuar, e seria bom se as companhias petrolíferas estrangeiras ao menos parassem de trabalhar contra os nossos interesses. O que estou dizendo não é uma ameaça, mas um lembrete, e pessoas com bom senso deveriam levar isso em conta (BRIDGLAND, 1986:440).

Ameaça ou não, se tornaria um risco muito real para muitos desses estrangeiros. Uma onda de sequestros se inicia e os prisioneiros – valiosas commodities, suportes de visibilidade à UNITA – eram feitos marchar até sua ‘capital’, a Jamba, no extremo leste de Angola, próximo às fronteiras com Namíbia e Zâmbia; onde ficavam em cativeiro à espera de que seus respectivos países aceitassem os termos da UNITA no reconhecimento oficial de suas demandas e de sua causa (DIXON; MOCKLER, 1986). Durante essa campanha, a UNITA toma Cafunfo, nas Lundas (esta parece que guardada inclusive por mercenários britânicos) – cuja mina produzia um quarto dos diamantes de Angola – seguida por Andrada; e captura centenas de trabalhadores portugueses, filipinos, americanos e britânicos. Centenas de prisioneiros brasileiros<sup>51</sup> e do leste-europeu se somariam a eles. O MPLA e a UNITA exibem prisioneiros sul-africanos, americanos, russos e cubanos perante a imprensa (alguns são levados ostensivamente às cimeiras em outros países africanos) – estes são exibidos e libertados para angariar crédito em ofensivas diplomáticas. A partir de então, a UNITA passa a controlar as Lundas e se financiar sobretudo com diamantes, ao passo que o MPLA estreitava suas relações ocidentais petrolíferas. Convém lembrar que o livro de Bridgland, a celebrada biografia de Savimbi pela UNITA, teve o seu luxuoso lançamento em 1986, na Antuérpia, tradicional centro de negociação de diamantes na

---

<sup>51</sup> Na libertação de alguns desses, Savimbi teria reencontrado seu benfeitor de juventude, padre Armando Cordeiro (BRIDGLAND, 1986:395).

Bélgica e controlada majoritariamente pela gigante De Beers (originalmente fundada por Cecil Rhodes). Essa configuração, como veremos (tratarei mais detidamente sobre a questão dos diamantes no próximo capítulo), seria extremamente importante quando os estrangeiros partissem – pois os cubanos, concomitantemente a intenso treinamento de seus camaradas do MPLA, já começavam a passar o bastão e se retirar para a retaguarda (MONJE, 1995).

Quando a URSS caiu, embora a UNITA ainda fosse poderosa e quase viesse a vencer a guerra militarmente, esta já começara a perder a disputa pela reivindicação discursivamente plausível de estar lutando uma “guerra justa”. Mesmo que as piores batalhas ainda estivessem por ser travadas depois das eleições abortadas de 1992, a guerra simbólica começou a ser perdida pela UNITA em algum ponto antes – os resultados se exprimiriam nas eleições, de um lado, e no progressivo isolamento internacional e dilapidação de sua imagem pública na mídia, de outro. De certa forma, Savimbi o previu dizendo que:

Desde o desmoronamento do marxismo-leninismo na União Soviética e na Europa Oriental, eu tive o pressentimento de que nada mais seria como antes para os países africanos. Até ali, nossos movimentos de emancipação haviam podido lucrar com a rivalidade entre os Estados Unidos, a União Soviética e as potências coloniais europeias para fazer triunfar a independência nacional na maioria dos países do continente (SAVIMBI, 1997 :182).

Assim, o nexos entre as esferas local e global do conflito e seus diferentes códigos de reportagem pode ser apreendido tanto nessa ponte entre o discurso internacional, como na incorporação dos atores exógenos na disputa local de acordo com suas próprias linhas, no outro sentido da via. Uma guerra aberta contra angolanos era uma proposição insustentável para ambos os partidos. Ainda pior para a UNITA que estava lutando contra um inimigo instalado no lócus histórico de poder legitimado (ainda que não eleito). Apesar de que majoritariamente angolanos morriam em campo de batalha, os contendores mantiveram-se escrupulosamente fiéis um ao outro na sua aliança tácita para a construção e manutenção da plausibilidade do discurso nacional – o que talvez não pudesse ter sido possível se não tivessem à disposição um ao outro e a guerra (e especialmente uma “guerra justa” com seus inimigos por procuração). Se eles eram inimigos na disputa pelo poder de Estado e pelo acesso a mãos e mentes, eram também aliados ao imaginar e afirmar uma nação herdeira de fronteiras coloniais arbitrariamente traçadas. No final, creio, a causa última para a queda de Savimbi foi a inabilidade – ou talvez impossibilidade devido às mudanças na arena – de desempenhar esse papel mediador que antes lhe havia rendido primazia sobre a FNLA.

## VI – O “Povo”, a “Nação” e o fim.

### *O proto-Estado UNITA*

Por que o MPLA passou paulatinamente a ser reconhecido como representante do Estado-nação angolano até mesmo por Savimbi? Isso se depreende tacitamente de suas declarações, cada vez mais assumindo a condição de “rebelde”, mesmo sem eleições terem sido realizadas. Parte da resposta já se encontrava na primeira corrida armamentista dos movimentos (entre MPLA e FNLA, na época) por posse da capital antes que a independência programada fosse declarada em novembro de 1975. Luanda era a chave para o poder. Em um comício televisionado durante a campanha presidencial de 1992, Savimbi, defendendo a liberdade de ir e vir que a guerra solapara, dizia:

(...) eu penso que se nós formos a exigir dos cidadãos... – dizer: ‘você não pode ir pro Uíge’, ‘você não pode ir pro Lobito’ – então já não aceitamos. Não é por isso que nós combatemos. Se o presidente Eduardo dos Santos quiser ir a Maquela do Zombo [pequena localidade no Uíge, norte de Angola] e alguém disser ‘você não pode ir porque você é presidente’, então onde é que está a democracia? Eu tenho que ir onde eu quiser. Até porque agora eu estou a fazer esta parte: vou até Luanda, vejo o que é que há, que é que tá. Qual é a minha contribuição? Porque... sabem que eu tenho na minha cabeça um certo mal-estar? Eu não fiquei contente nem estou disposto a perdoar o programa do MPLA de ter me exilado. Isto ficou no meu coração. Eu sou angolano a todos os títulos e não posso aceitar que haja um governo no meu país, nem se fosse o português, que me exilasse. (...) O outro, Holden, se quiser ficar em Ambriz ou no Uíge, não deveria haver uma lei que o proíba de ir para lá. Se não, estamos a voltar outra vez no tempo colonial: para um fulano sair de um ponto pro outro era preciso uma guia – e quando você vai ao chefe-de-posto, não te dá a guia. Não é verdade? Então, não pode ser. Eu vou... eu tenho que compreender que a política superior do partido da UNITA terá de ser orientada a partir de Luanda [proposição contrária à intenção inicial do governo proclamado pela UNITA e FNLA, em 1975, de forma concorrente ao MPLA, que deveria ser encabeçado a partir do Huambo – antiga Nova Lisboa – cidade enclavada no coração demográfico do país, de maioria ovimbundu].

A conclusão dessa passagem pode parecer um tanto confusa à primeira vista. Parece que, afinal, Savimbi se referia à própria liberdade de ir e vir; pondo-se ao lado dos líderes dos movimentos rivais. E não para qualquer lugar. Sua mágoa profunda era Luanda, a coroa de seu almejado reino, lhe estar interdita (e ele proferiu essas palavras logo antes de ir para lá, em 1992, dezessete anos depois de ter lá estado pela última vez). De certa forma, Savimbi, desde a infância, ‘conseguiu a guia’ para ir ao Dondi, a Silva Porto, depois a Lisboa, a Lausanne e, afinal, a Washington (como convidado de honra na Casa Branca, ainda que por algumas horas), mas jamais a guia para Luanda. Savimbi ambicionava subir ao poder em Luanda; porque se ao poder ele subiria – e a história de sua trajetória política foi uma constante reafirmação desse amargo fato – era por lá e nenhum outro lugar que o faria. Por quê? Num certo sentido, no auge

das campanhas da UNITA, quando a maior parte do país estava sob seu controle, Luanda, fora o detalhe faltante para a conquista, a farpa que não podia ser extraída. Porque sem ela, Savimbi era algo menos do que ‘angolano a todos os títulos’, por mais poderoso e influente que fosse. Ele era um ‘rebelde’. Ele desprezava profundamente José Eduardo dos Santos, que acreditava não chegar aos pés de Agostinho Neto, seu antecessor; mas ainda assim se referia a ele como ‘o presidente’, mesmo que com desdém. Curiosamente, mesmo que a pedra de toque da reivindicação política da UNITA fosse a alegação da ilegitimidade do MPLA no poder (o que Savimbi usou como justificativa para a sua recusa de aceitar um exílio voluntário para pôr fim à guerra antes das negociações de Bicesse – estratégia do MPLA de atribuir a culpa da continuação da guerra a Savimbi), frequentemente há um deslize nesse reconhecimento do MPLA como governo em posse do aparato estatal a partir de Luanda. Savimbi referia-se a membros do MPLA como efetivamente compondo o governo, como é o caso de Pedro de Castro Van Dunen a quem ele compara com seu ‘homólogo’, o secretário de estado americano na administração Bush, James Baker (SAVIMBI, 1997:124). É como se em algum momento, Savimbi passasse a acreditar no Governo (com maiúscula – e veremos adiante como o detalhe das maiúsculas rende). E procura inserir a UNITA nessa lógica de Estado unificado que tacitamente sancionava o regime de Luanda. “Que eu saiba [afirmava ele], a UNITA não é um Estado passível de sanções da ONU [um inconveniente da posição de que ele se via desembarçado], mas um partido político, o qual participa, mais do que todos, no governo da união nacional de Angola” (SAVIMBI, 1997:257). Certamente essa interpretação não era partilhada pelos dirigentes do MPLA. Quando os sul-africanos entraram nas negociações para retirada paralela com os cubanos, reiteraram a exigência de que a UNITA fosse incluída num governo de coalizão. Savimbi dissera: “Eu quero ser *parte* disso. Nós queremos que os negociadores reconheçam os elementos que estão tornando o MPLA mais ameno – somos *nós*” (BRIDGLAND, 1986:437, *itálicos no original*).

Essa profunda mágoa – ‘não ser convidado para a festa’ – não era revelada diretamente. Pelo contrário, Savimbi procurava fazer da sua posição de rebelde uma virtude heroica. Assim dizia ele:

Mas não foi frustração de forma alguma que me levou à mata angolana. É a vontade de conquistar todas as marés. Mesmo entre os líderes de movimentos de libertação no exterior, não há nenhum que me faça sentir inferior. Pelo contrário, por causa do meu orgulho inato, há mesmo Cabeças de Estado Africanos [sic] cujas qualidades como líderes políticos eu não reconheço. Mas, como eles representam seus respectivos países,

tenho de admitir que eles existem e governam onde seus países e povos lhes dão apoio (MINTER, 1988:57).

Existem e governam como existia e governava José Eduardo dos Santos. É interessante como Savimbi admite expressamente que a posição oficial de Estado é sancionada à revelia daqueles mesmos fatores de legitimação os quais ele denunciava e compunham o corpo de seu discurso político. Aqui parece que a própria ambição de Savimbi o trai e sabota sua posição. Mas como essa farpa entrou e “ficou no coração” de Savimbi? No auge de sua popularidade ocidental, Reagan escrevera aos líderes dos ‘países da linha de frente’ (i.e. uma coalizão de Estados africanos esquerdistas, em geral avessos à política dos EUA e África do Sul), exortando o paralelismo das retiradas cubana e sul-africana. A resposta geral – à qual Reagan não se contrapôs – foi uma recusa com base em que as relações de Angola [i.e. o regime de Luanda, nessa altura também já reconhecido por Washington – por sua vez premido pela pressão da indústria petrolífera e que lá instalara sua embaixada] e Cuba eram bilaterais entre estados soberanos. O complemento da resposta não precisava ser dito. Savimbi mesmo o dissera:

A aposta de toda guerra de independência é construir um verdadeiro Estado-nacional sobre os escombros das estruturas coloniais. (...) É assim que o MPLA, quando tomou o poder pela força em 1975, nada mais fez do que se apropriar do aparelho socioeconômico legado pelos portugueses. (SAVIMBI, 1997:155)

Esse seria um ‘esquema latino-americano’ (em alusão à crescente proximidade do MPLA com o Brasil) que perpetuaria sutilmente a colonização teórica a coberto de um ‘universalismo’. Mesmo que o MPLA nada mais tenha feito do que isso, de todo modo, parece ter sido o bastante para que Savimbi, por sua vez, não o pudesse fazer. No lugar disso, Savimbi fez o que podia: idealizou um Estado – com a franca vantagem discursiva das idealizações, o que já considerava sua prerrogativa desde a independência, quando se julgou traído (estava farto dos ‘dadores de lições’). Dessa forma privilegiada, a UNITA teria concebido uma independência para Angola não como uma substituição de administradores portugueses por administradores africanos que gerissem o país ainda pela mesma ótica. “Para nós, a criação de um verdadeiro aparelho de Estado angolano passa pela ruptura dos laços de dominação e de exploração com o colonizador e a sua substituição por uma cooperação entre parceiros iguais.” (Idem, *ibidem*) Embora nunca ficasse claro quem e de que forma eram os parceiros de Savimbi, muito menos sob que critérios seriam ‘iguais’ – e dificilmente alguém questionaria o ‘doutor Savimbi’ no interior da UNITA a esse respeito. De todo modo, na economia dos discursos, mais uma vez as famigeradas ‘forças externas’ entram aqui em cena ‘manipulando’ os demais movimentos e “garantindo” que

somente a UNITA se revelasse disposta a criar um ‘Estado genuinamente democrático’. Segundo esse ponto de vista, a diferença entre os movimentos residiria no que seria uma ‘aliança tática’ com as superpotências, de um lado (UNITA), e o comprometimento da independência, de outro (FNLA e MPLA) – suposta causa do rompimento original de Savimbi com o GRAE.

De alguma forma, entretanto, um Estado da UNITA veio à tona além do papel e da palavra. E isso foi acontecendo de forma sistemática no leste e sul do país – as “áreas libertadas da UNITA”. Estas eram divididas em “zonas” de cinquenta a cem homens em campos permanentes administrada por um comitê de aldeões. Uma vez instaurada uma “zona”, os camponeses eram instruídos a não mais pagar impostos ao MPLA (BREYTENBACH, 1980). Pode-se dizer que se as bases dessa organização eram próprias à UNITA, o formato tinha experimentados antecedentes. A instauração das “vilas fortificadas” servira bem aos portugueses desde o início da guerra de libertação, tanto para evitar a fuga dessas populações para fora de Angola como para negar seu apoio aos movimentos. Essas vilas seriam supostamente contrapontos aos programas de assentamento de colonos brancos (BENDER, 1980). Mas se os segundos foram um fracasso agrícola, as primeiras viriam a ser um fracasso humanitário, disseminando a fome e o ressentimento contra os portugueses, principalmente ao norte.

O MPLA e os cubanos também passaram a instalar suas “vilas estratégicas” aos moldes discursivos da criação do “homem novo” angolano libertado de seus “fetiches”. Primeiramente introduzidas pelos ingleses nos seus esforços de contra-insurreição na Malásia, nos anos 1950, e depois replicadas mundialmente inclusive por americanos no Vietnã e portugueses em Angola, essas vilas tinham o propósito explícito de negar ao inimigo guerrilheiro o apoio de populações que pudessem lhe prover víveres, informações e recrutas. Seja como for, cada uma dessas vilas (as da UNITA inclusive), com suas diferentes colorações organizativas e discursivas, servia a um propósito básico em comum: arrebanhar civis (frequentemente em ataques ao inimigo), “reintegrá-los” e “educá-los” – i.e. cultivar e gerenciar um recurso imprescindível ao esforço de guerra. Mais do que petróleo e diamantes, pessoas eram indispensáveis. Bridgland refere-se ao processo de persuasão da UNITA após ‘ganhar uma tribo’ para o seu lado em que um comandante disse:

[Isso] requer muita paciência e horas, dias, semanas, meses de infindáveis discussões e encontros. Você está tentando fazer com que um homem pare de pensar em si mesmo como Cuanhama para pensar em si mesmo como um angolano. É muito complicado.” (BRIDGLAND, 1986:247).

Com esse propósito, para estabelecer-se nas terras dos Bakongo, a UNITA teria promovido um cuidadoso estudo das tradições locais. Uma ‘unidade cultural’ na Jamba analisava fitas gravadas nos vilarejos e organizava arquivos da história oral que poderiam ser utilizados mais tarde. É comum, por exemplo, não só Savimbi proferir seus discursos em língua nativa, mas permeá-los frequentemente com provérbios e metáforas locais – o estilo tradicionalista de projeto nacional da UNITA. Ainda assim, a UNITA alegava que seu Estado não seria de forma alguma um ‘segregacionista de preponderância negra, ou mesmo etnocêntrico de preponderância ovimbundu’ – i.e., como vimos, desde que os ‘mulatos colonialistas’ não estivessem no poder, ponto inegociável. Não obstante, a categoria de ‘angolano’ era para o discurso nacional da UNITA tão importante como para seu rival, o MPLA.

Mas, afinal, onde residiria a plausibilidade da reivindicação de maior representatividade da UNITA? Não basta dizer que simplesmente gozava do apoio majoritário do maior seguimento étnico de Angola, como se o poder emanasse dos Ovimbundu, plataforma monolítica e reificada. Essa assunção de uma sobreposição das organizações políticas a supostos blocos étnicos é uma armadilha que atrapalha a compreensão de eventos. Contudo, parece que a UNITA de fato privilegiava mais a aliança com os ‘chefes tradicionais’. Coisa que o MPLA não poderia fazer, tendo a maior parte de seus quadros originários de e formados em Luanda e outras principais cidades, e propalando inicialmente um discurso progressista universal comunista que pretendia ‘redimir’ as populações do interior de seu atraso e obscurantismos<sup>52</sup>. Não se tratavam de dois exércitos ocupando porções de território pura e simplesmente. De fato, constituíam-se em Angola duas formas completamente distintas de administração pública sobre seus respectivos territórios. Os congressos da UNITA relatados por Bridgland, Breytenbach e diversos jornalistas eram eventos verdadeiramente populares, milhares de pessoas viajando distâncias consideráveis para ali comparecer (os problemas sanitários dando o seu testemunho); o que contrasta com os

---

<sup>52</sup> De forma similar, Geffray (1990), antropólogo francês que dedicou detalhado estudo à guerra civil em Moçambique, mostra como nesse país a negligência com relação às chefaturas tradicionais por parte do governo comunista de Maputo da FRELIMO – gerando tensões em torno de instituições tradicionais, gestão da terra e autoridade regional – levaria ao progressivo apoio e adesão ao movimento rebelde, RENAMO. Dessa forma, Geffray contrapõe-se à atitude de estupefação manifesta nos discursos do governo (e amplamente compartilhada por simpatizantes esquerdistas internacionalmente) quanto ao prolongamento e acirramento da guerra contra meros ‘bandidos armados’ – uma vez que a FRELIMO, diferentemente de Angola, fora o único movimento expressivo a lutar contra o colonialismo português naquele país. Entretanto, se em Moçambique de fato a RENAMO havia sido criada propositalmente como movimento de ‘desestabilização’ promovida de fora (primeiramente pela Rodésia e depois pela África do Sul) e somente depois adquiriu adesão popular devido aos dissabores da administração da FRELIMO, em Angola o caso é, como vimos, bem diferente. Se é necessário atribuir precedência entre apoio popular e apoio externo, no caso da UNITA não há dúvida de que o primeiro precede.

congressos do MPLA, restritos aos membros do partido (ainda que instituições como o ‘Poder Popular’ – milícia civil do MPLA, criação de Nito Alves, também conhecida como ‘os fitinhas’ – também sugeriram forte adesão popular nas cidades).

A UNITA, principalmente dos momentos precários de seu começo, mudara sua base de lugar diversas vezes até instalá-la definitivamente na Jamba – no ermo leste do país, perto de Bambangando e do rio Luiana, entre as fronteiras da Zâmbia e da Namíbia. Contudo, a Jamba viria a se tornar muito mais do que um acampamento militar oculto. Diversos de seus quadros – unanimemente reconhecidos por sua disciplina – foram enviados a universidades europeias e norte-americanas para formação. As formidáveis transumâncias decorrentes dos muitos anos de guerras acabam por atrair, de muito longe, às vezes, camponeses simpáticos à UNITA (de princípio ou por conveniência, o que não importa) para a Jamba. Consideráveis fazendas coletivas foram organizadas (BRIDGLAND, 1986:319; fotos em BREYTENBACH, 1980), nas quais os camponeses cediam uma manhã de trabalho por semana em troca do uso de tratores coletivos em suas próprias plantações. Breytenbach relaciona as incumbências dos auto-eleitos comitês das vilas como patrulhas militares, partilha de colheitas e provisão de alimentos para soldados da UNITA passantes. Essas vilas eram também, é claro, importantes núcleos de recrutamento das guerrilhas da UNITA – que andavam sem fardas.

Para entrar na Jamba, passaportes eram requeridos e carimbados com a estampa da UNITA – um grande inconveniente para jornalistas que pretendiam ir a Luanda depois. O comércio interfronteiriço de peixe e peles com a Zâmbia passou a submeter-se à autoridade da UNITA que requeria o porte de passes fornecidos a partir da Jamba. Os membros do parlamento zambiano exigiam de seu governo que esclarecesse quem era considerado o poder legítimo em Angola (BRIDGLAND, 1986:356). Na Jamba, um hospital funcionava e fazia pequenas cirurgias (Idem: 322). Uma central de inteligência decodificava mensagens cifradas do inimigo. Duas igrejas, uma protestante e a outra católica, ali operavam também. A UNITA também sabotava a economia do inimigo, instruindo os camponeses sob sua influência a recolherem os kwanzas – a moeda de Luanda – que porventura viesse a lhes cair em mãos, de modo a controlar a quantidade de cédulas em circulação e provocar inflação. Na Jamba, um sistema de escambo tabelado permitia o comércio de peles e marfim, posteriormente vendidos por intermédio das forças armadas sul-africanas. No auge do seu prestígio e visibilidade internacional, a UNITA chegou mesmo a ameaçar o estatuto de governo reconhecido do MPLA quando diversos políticos

ocidentais (conservadores, via-de-regra) visitam a Jamba sem passar por Luanda (ainda que seus respectivos países tivessem ali relações diplomáticas) e pressionavam esta para a composição de um governo de reconciliação nacional (Idem: 406).

Fossem quais fossem as diferenças organizativas dos dois “Estados”, o que havia em comum, certamente, era a aspiração de legitimação sob um governo unificado de todas aquelas pessoas compreendidas pelo território nacional herdado em suas fronteiras – ou seja, ambos calcados na ideia basilar do ‘ser angolano’. E aí a guerra era extremamente produtiva na medida em que os movimentos proporcionavam um ao outro um seguro anteparo e lastro nas suas proposições nacionais e molde de cidadãos. Eram, cada qual, as metades complementares do enquadramento de uma plausível linguagem nacional. As pessoas eram mais angolanas do que nunca na medida em que aderiam ao MPLA em oposição à UNITA e vice-versa – de uma forma que jamais teriam concebido a si próprias no período colonial e mesmo na luta contra os portugueses. Essa forma de “aliança”, seguramente jamais manifesta nos discursos – e selada na sua indizibilidade não somente pelas incompatibilidades ideológicas dos discursos, mas por um enorme derramamento de sangue, ódio advindo de anos de sofrimento, ondas de violência cujas prestações e contraprestações se retroalimentavam garantindo a solidez muda desse laço cada vez mais entretecido – era, não obstante, patente nos produtos da guerra: o ‘angolano’ e o Estado angolano.

Savimbi declarara que “a verdade é que, de 1975 a 1991 [mais que isso, depois], a guerra civil foi para a UNITA a ocasião de fundar um Estado autêntico a serviço do povo angolano.” (SAVIMBI, 1997:161) Mas é possível ver a guerra civil como condição de funcionamento e pedra-de-toque organizativa desse mesmo Estado – a serviço antes de mais nada da guerra pelo povo angolano e pelo poder legitimado. E foi muito bem sucedida no processo, controlando mais da metade do território nacional na altura dos acordos de Bicesse, em 1991. Havia, porém, um problema na disputa entre esses dois “Estados”: as fronteiras (arbitrarias ou não) compreendiam somente um território almejado e o nacionalismo (quaisquer que fossem suas colorações) só admitia uma unidade completa ou nenhuma unidade. Os “Estados” funcionam para a guerra e a guerra funciona para os “Estados”.

O nacionalismo enquanto amor pela pátria e desejo permanente de servi-la é um nobre sentimento, que todo cidadão deve nutrir, e particularmente todo homem político. (...) Para mim, Angola passa à frente todos os outros países, e a África à frente todos os outros continentes, o que não quer dizer que nacionais estrangeiros sejam indesejáveis em Angola! [como vimos, certamente não o eram, de uma forma ou de outra].

Nacionalismo era uma ideia cara e imprescindível para ambos os movimentos que desejavam postar-se à frente de uma Angola unida. Entretanto, as ambições de Savimbi não paravam aí. Ele era um pan-africanista (‘África à frente’ do resto). Isso se explica em parte pela evidência da arbitrariedade das fronteiras. Dizia que “a potência africana será continental ou não será” e que era necessário unir os estados africanos e não atomizá-los em linhas étnicas de modo a contrapor-se à onda neoimperialista de dividir e dominar (SAVIMBI, 1997:260). Como expressão de um projeto, ou de uma intenção, ou mera expressão de ideias (genuínas ou artificiosas), não é possível saber o que teria acontecido caso Savimbi chegasse ao poder. Devo ater-me, portanto, ao que de fato se fez: declarações. Savimbi expressou a ideia de superação das fronteiras herdadas da colonização e formação de conjuntos regionais federados (SAVIMBI, 1997:211 e ss.). O interessante é que as fronteiras arbitrárias são evocadas aí não para propor a supressão dos Estados organizados a partir da sua ideia, mas na transposição de fronteiras sob essa própria linguagem estatal; e que as ‘linhas étnicas’ seriam a motriz para a sua transposição e não fator de insulamento. Savimbi: “Graças à presença de mesmas etnias de cada lado das fronteiras, os combatentes angolanos puderam sempre encontrar refúgio nos países limítrofes [lembramos que a Jamba encontrava-se geograficamente mais próxima de Lusaka do que de Luanda].” (SAVIMBI, 1997:57). A questão que vem à mente a partir dessas declarações é a de se essas linhas étnicas, numa organização regional de Estados federados levariam, em última instância, à supressão daqueles Estados inicialmente pautados pelas fronteiras coloniais ingressantes na federação e, também, a de como isso seria feito: supremacia de um sobre os demais ou paulatina integração equitativa. Uma coisa é certa, se a UNITA viesse a vencer a guerra pelo poder de Estado unívoco em Angola, controlando o interior e chegando até Luanda, ali se instalando, não há dúvida de que estaria muito bem preparada (em armas, homens, dinheiro e prestígio) para ingressar vantajosamente nesse ‘consórcio’, se é que disso se tratasse.

De todo modo, Savimbi aponta para o caráter dividido por querelas e, portanto, impotente da própria OUA; o que seria fruto da necessidade tácita de se preservar as fronteiras coloniais quando da formação dos seus Estados membros para evitar guerras entre si. Assenta sua proposição de federações regionais a partir do ‘sufocamento do desenvolvimento’:

Hoje, o sucesso de toda política de industrialização na África exige a ultrapassagem das fronteiras herdadas da colonização. Mesmo os partidários de uma simples expansão do comércio estrangeiro se fazem apóstolos de uma comunidade econômica africana [aqui concebida a exemplo da União Europeia] (SAVIMBI, 1997:260).

É impossível não pensar, aqui, nas ferrovias interfronteiriças da indústria do cobre e nas enormes minas e reservas de diamantes do Zaire (depois Congo) do lado de lá da fronteira das Lundas – um comércio potencial altamente lucrativo, interdito pela guerra; o que certamente estava contra os interesses de “cabeças de Estado” de ambos os lados da fronteira, embora não segundo a mesma concepção, sem dúvida. Se se considera os discursos como expressão de uma estratégia, a questão é: como conciliar uma linguagem estatal unívoca (segundo a qual Cuanhamas deviam aprender a se considerar angolanos) com os planos de integração regional baseado nos direitos de povos iguais de ‘ir e vir’, abolindo os sufocamentos das fronteiras arbitrárias? Estaríamos diante do germen de uma intenção de projeção regional segundo os vincos de laços étnicos e expansionismo de um hipotético Estado angolano unificado? Fica a questão e ela permanece enquanto tal, sem respostas, mas se insinuando.

*“Tribalismo” universalizante e “folhas de papel em branco”*

Para criar angolanos eram necessários inimigos. Para converter uma ‘tribo’, Savimbi enviava um membro dessa mesma ‘tribo’ que já fizesse parte da UNITA: “Esses homens já conhecem seus costumes, como eles olham para o mundo fora de sua tribo, como abordar os chefes e anciãos. Quando você não segue esses procedimentos, você comete erros onerosos.” (BRIDGLAND, 1986:247). Claro que esse não era um processo simples.

Era muito difícil convencer um camponês a participar de uma guerra de guerrilha. (...) Mais da metade da população de uma dada vila não havia tido contato com os portugueses e não via razão para lutar contra eles. Os guerrilheiros traziam à vila homens que haviam feito trabalhos forçados nas plantações de café para explicar como eram tratados. (...) Pode levar meses e mesmo anos para convencer um conjunto particular de vilas a vir e juntar-se a nós. Mas o teste é se vão ou não contar aos portugueses [nessa fase da luta] que estivemos em sua vila. Se não, então sabemos que estão escutando. (...) Uma vez que você tenha convencido um camponês, ele não será dividido em sua lealdade. Você escreveu numa folha de papel em branco. (Idem: 97-8)

Fazer comícios e congressos populares, ser visto e ouvido, era a forma pela qual Savimbi disseminava sua influência no interior, um lugar comum muito antes da corrida eleitoral de 1992. Nesses congressos, português, chokwe, umbundu e cuanhama eram falados por Savimbi e traduzidos simultaneamente. O uso de fábulas era indispensável e estão sempre presentes nos discursos de Savimbi. A disciplina das tropas da UNITA com relação a essas populações era severa. Soldados que destratassem as mulheres de uma determinada área (ou comandantes que as

retivessem todas para si), eram punidos nos ‘comitês de conflito’ (Idem: 251). A chave do sucesso da UNITA – e bem-sucedida ela foi, sem dúvida – parece de fato ter sido a simbiose com as populações sobre as quais tinha influência. No ensaio fotográfico de Breytenbach (1980), é possível ver várias fotos de guerrilheiros com fuzis a tiracolo tocando tambores ou dançando com figuras mascaradas tradicionais. Certamente essa não era uma atitude compartilhada pelo MPLA, especialmente nos momentos em que seu discurso ideológico marxista era mais empedernido. Sua frente inicial mais agressiva, a do leste, sob Daniel Chipenda, teria matado vários chefes tradicionais na tentativa de insuflar a juventude com o ‘espírito da revolução’, mas não foi muito bem sucedida nesse processo (BRINKMAN, 2005).

Parece que onde o ressentimento com relação à opulência ostensiva dos portugueses era maior (i.e. principalmente nas cidades), o MPLA foi mais bem-sucedido em angariar partidários a sua causa. Ao passo que a UNITA parece ter sido muito mais bem-sucedida em angariar apoio naquelas regiões em que a ideia mesmo de se ser angolano ainda não estava estabelecida. Interessantemente, no entanto, nesse processo, ambos necessitavam de um ao outro como contraponto indispensável ao seu projeto. Chilingutila, um dos braços direitos de Savimbi, quando em um encontro de anciãos em certa aldeia no norte, teria sido aclamado ao declarar: “O MPLA tem ensinado as crianças a desrespeitar seus pais. Não deveriam ser postas armas nas mãos de crianças como o MPLA está fazendo com seus Jovens Pioneiros. Elas deveriam ir à escola.” (BRIDGLAND, 1986:365). Com a derrocada da FNLA ao norte, a UNITA passa a receber um crescente afluxo de Bakongos às suas fileiras. Em Luanda, principalmente, os Bakongos eram tratados por Ambundos e mestiços como cidadãos de segunda categoria. Cada vez mais unidades isoladas da FNLA eram incorporadas à UNITA. Assim, em alguma medida, a reivindicação da UNITA de estar erradicando o “tribalismo” em seu seio estava se tornando mais plausível. Diz Savimbi:

Ela [a UNITA] é aberta a todas as etnias e todas as raças, mesmo que a UNITA não tenha nenhuma vergonha de reconhecer que ela recruta uma grande parte de seus militantes entre os Ovimbundu. A razão disso é simples: essa etnia representa perto de 45% [uma superestimação em comparação às outras fontes, embora sem dúvida fosse a mais numerosa] da população angolana. (SAVIMBI, 1997:36)

Apesar disso, seu projeto nacional univocamente angolano sempre esteve ameaçado tanto por sua estratégia de adesão das populações do interior como por suas bases populares majoritárias estarem historicamente relacionadas aos Ovimbundu. Savimbi, portanto, ainda tinha de se defender constantemente das acusações de “tribalismo”. Declararia que o fato de os

Ovimbundu serem a maioria não lhes daria o direito de governar, mais uma vez insistindo nas eleições que, acreditava, lhe traria o poder. Já em entrevista de 1967 (um ano após a criação oficial da UNITA) Savimbi diz que sentia que as lealdades tribais não eram tão fortes em Angola a ponto de tornar a união das pessoas impossível. De outro lado, ele advertia que se um governo que fosse puramente tribal fosse imposto, ele não poderia unir o país – e aqui parece, para Savimbi, que os mulatos eram uma espécie de tribo etnocêntrica e complexada pelo sentimento de inferioridade em relação aos brancos. Uma vez mais, vemos que essa oposição conferia à UNITA também uma sorte de universalismo contraposto ao universalismo revolucionário e progressista presente no discurso do MPLA. Embora no plano dos discursos haja uma recusa do ponto de vista do outro, sua referência prática – em comunicação tácita violenta – está indissociavelmente relacionada ao outro: se de um lado, por exemplo, combatiam-se os “imperialistas” ou “tribalistas” refratários ao progresso e à libertação do povo como um todo (acusações à UNITA), de outro, o inimigo era também um “imperialista” herdeiro de um esquema colonial que visava suprimir as tradições e diferenças regionais em um esquema de aliciamento do trabalho (acusações ao MPLA).

Com o fim do jugo português, muitos Ovimbundu contratados para trabalhar nos cafezais do norte (o que, lembrando, gerara ressentimentos agrários com os Bakongo) foram expulsos e voltaram a suas terras de origem nas áreas centrais de Angola. Eles eram, claro, um manancial de simpatizantes da UNITA e a proveram de numerosos recrutas. Se se der crédito às estimativas do período do governo transitório de que a UNITA venceria as eleições (que não aconteceram), conclui-se que houve de fato um alinhamento inicial em bases étnicas aos partidos. Desde a altura da guerra (ou escaramuças) de libertação, a administração da Ferrovia de Benguela pedia a remoção de Ovimbundus do seu entorno e sua substituição por outras etnias devido ao número proibitivo de ataques e sabotagens da UNITA que encontrava guarida junto a essas populações (como vimos, essa era a região em que o pai de Savimbi, Loth, funcionário da ferrovia, disseminara as suas igrejas). Agora, entretanto, com o próprio sucesso da UNITA e seu avanço para o norte, com o estabelecimento de novas bases permanentes, cada vez mais Bakongos, Kimbundus e Seles juntavam-se as fileiras do movimento. Observadores como Dash dão crédito às reivindicações da UNITA de estarem superando qualquer sugestão de tribalismo restrito aos Ovimbundu nessa expansão ‘tribo’ a ‘tribo’, falando suas línguas nos comícios e estudando suas tradições – o que também era uma expansão do próprio projeto nacionalista da UNITA.

Um passo em direção à vitória? Um avanço em direção à plausibilidade da representação angolana? Um pouco mais próximo de Luanda? Possivelmente. Entretanto, o fim da lógica étnica de alinhamento ao partido também cobraria seu preço. Uma vez flexibilizadas as pertenças e dinamizado o jogo em direção à vitória, estaria uma vitória da UNITA nas urnas ainda garantida em longo prazo? As apostas estavam mais altas e arriscadas. Não obstante, não há dúvida de que a estratégia da UNITA apontou para um elemento indispensável à vitória. Em 2003, um ano após o fim da guerra e a morte de Savimbi, o MPLA, já desfeito de seu discurso arraigado quanto a primitivismos e fetichismos, promove o ‘Primeiro encontro sobre a autoridade tradicional em Angola’ (Ministério da Administração do Território, 2003) para consolidar, afinal, sua aliança com as chefaturas “tribais”. O ciclo de relativização de pertença completara uma revolução – todos deveriam ser angolanos, afinal.

#### *As comunicações na recusa: os inimigos indiretos*

Andamos tantos anos em guerra e quase não conseguimos resolver nada. Não é, pois, com mais guerra que vamos resolver os problemas de Angola. Não será numa vaga de ressentimento e de ódio que nós poderemos reconciliar os próprios angolanos. Esqueçamos o passado e construamos Angola numa base nova. (Savimbi, apud. VINICIUS; SALDANHA, 1977)

Savimbi não tem ideologia. Ele não acredita em nada para além de suas próprias ambições egoístas e lutar tornou-se seu modo de vida. (Stockwell, 1978)

Considero profícuo ater-me, por um momento, a alguns discursos do período de 1979 a 1985, em que recrudesce a guerra civil em Angola devido à escalada do conflito com a intervenção de forças armadas estrangeiras cubanas e sul-africanas. Essas intervenções deram-se em meio a uma disputa por credibilidade entre o MPLA e a UNITA, cada qual buscando angariar recursos simbólicos e materiais em uma ponte política entre as massas ou o “Povo” (com maiúsculas), conforme designado pelos dois líderes em seus discursos – de onde provinha a legitimidade de sua reivindicação ao poder –, e o apoio internacional, com seu jogo próprio – de onde provinham as armas e os recursos materiais. Esse período é interessante, justamente por, então, como vimos, estarem se articulando as ideias de nação nos diferentes programas partidários da UNITA e do MPLA como organismos proto-estatais concorrentes face à irreversibilidade do conflito armado, em escala internacional – o que culminaria com a

fracassada missão das Nações Unidas para promoção das eleições em 1992. Aí é possível divisar a formação dos dois partidos se consolidando em um complexo processo de dissuasão mútua e jogo com a conjuntura internacional. Nos discursos de Savimbi e José Eduardo dos Santos no período, há um nítido diálogo ou disputa em torno de temáticas polêmicas que tocavam às duas organizações. Embora não haja entendimento num primeiro plano, pois se trata de um conflito aberto, vemos uma comunicação desvelar-se em uma dialética de intimidação, projeção da ameaça e auto-avaliação para dissuadir o oponente.

O primeiro ponto controverso diz respeito à questão da Namíbia. Vale lembrar, a Jamba ficava a poucos quilômetros de sua fronteira e a UNITA dependia de abastecimentos por terra dos sul-africanos atravessando essa faixa. Devido aos esforços da UNITA de arregimentar e absorver os Cuanhamas, inevitavelmente clãs dessa etnia de ambos os lados da fronteira (que ali é um traçado escrupulosamente retilíneo e arbitrário) passam à sua influência. Isso fez com que as relações entre a UNITA e a SWAPO (movimento resistente à ocupação sul-africana) fossem inicialmente boas. O bailado das alianças, entretanto, acabou opondo os dois movimentos – e com eles Cuanhamas dos dois lados da fronteira; uma polarização sem precedentes na região. Além disso, a despeito do ambiente árido e inóspito do norte da Namíbia, muitos refugiados angolanos passam a entrar em seu território (tanto quanto, talvez, apoiantes da SWAPO passam a se refugiar em território angolano a coberto do MPLA). A crescente hostilidade contra a SWAPO é justificada por Savimbi com base na sua selvageria.

Há uma diferença entre cubanos, soldados governamentais [do MPLA] e a SWAPO (...). Os cubanos não são tão selvagens e geralmente não irão matar nossos apoiantes. Os soldados governamentais são mais selvagens e a SWAPO é a mais selvagem. Agora nós nunca iremos deixar que eles operem contra os sul-africanos na Namíbia de novo. Nunca. (BRIDGLAND, 1986:237)

Mesmo que as alegações de brutalidade e assassinato de camponeses por parte da SWAPO sejam verdadeiras, não está claro se isso era feito exclusivamente por esse movimento. De todo modo, isso não explica a alteração do posicionamento da UNITA com relação à SWAPO (anterior às alegações, aliás). As negociações para a independência da Namíbia eram já uma questão internacional que ocupava a ONU e depreciavam a imagem dos ocupantes sul-africanos – o que era, sem dúvida, muito útil ao MPLA para desembaraçar-se de suas próprias questões embaraçosas no transcurso dos acontecimentos (ausência de eleições, dependência dos cubanos, isolamento da elite política na capital, recusa da dimensão civil da guerra). Mas a UNITA não podia se dar ao luxo de perder essa ‘retaguarda’. As propostas na ONU de criação de uma zona

desmilitarizada compreendendo 80 km de cada lado da fronteira eram absolutamente inaceitáveis para a UNITA (a Jamba teria de ser abandonada no processo e perder-se-iam as rotas de abastecimento). Savimbi mesmo explica:

Se obtenho 100 toneladas de equipamento, não preciso ir à África do Sul, voo com elas direto para as minhas áreas. Mas se obtenho 1.000 toneladas, não posso voar com elas, então preciso pedir a eles (os sul-africanos) para passá-las pela África do Sul [e, naturalmente, depois, pela Namíbia]. (BRIDGLAND, 1986:274)

Além disso, mesmo que os paióis da UNITA estivessem abarrotados de armas e munição para anos, ela ainda era dependente do combustível sul-africano. Como consequência, as negociações na ONU eram postas em impasse pela exigência de que se negociasse diretamente com Savimbi – uma manobra para lhe conferir legitimidade perante a comunidade internacional. A questão da Namíbia, portanto, tornou-se uma questão profundamente angolana e concernente às suas alianças (nem sempre suaves – os luandenses se ressentiam dos suprimentos enviados à SWAPO enquanto padeciam de carência de víveres, por exemplo) e disputas por legitimação. Vale a pena explorar mais um pouco a questão namibiana.

Como mencionado, a Namíbia encontrava-se ocupada pela África do Sul, e a guerra à SWAPO, movimento aliado ao MPLA, servia de justificativa para a infiltração na fronteira sul de Angola. Na geopolítica internacional, o MPLA defendia com afincos a independência da Namíbia. José Eduardo dos Santos lembra frequentemente o caráter ilegal (não declarado) da presença militar sul-africana na Namíbia e ressalta a “heróica” resistência dos “Países da Linha de Frente”<sup>53</sup> contra o “Imperialismo reacionário” (Eduardo dos Santos, 1984:5). Retrata o Estado sul-africano como agressor e racista; destruidor das independências, violador e sabotador. (Eduardo dos Santos, 1983:13) Para tanto, procura angariar uma “Comunidade Internacional” (também com maiúsculas) a seu favor – notadamente a “comunidade socialista” que considera “retaguarda segura do [...] combate libertador” (ES, 1982a:45-6), lembrando sempre a resolução 435/78 da ONU para a independência da Namíbia (ES, 1984:7 e ES, 1984:13). Afirma ter o apoio dos países vizinhos, todos supostamente unidos, fruto da resistência e integridade dos “Povos” zelosos de sua liberdade e independências. Para Eduardo dos Santos, simplesmente “Angola não tem fronteiras com a África do Sul” – o que dispensaria tratá-la como interlocutor legítimo no conflito –, além de a independência da Namíbia ser uma necessidade pragmática da

---

<sup>53</sup> Todos os trechos de ambos os líderes que contenham maiúsculas, doravante citados, referem-se ao original tal qual como nas fontes. Mantenho essa grafia como forma, inclusive, de avançar meu argumento.

guerra. É irredutível quanto à retirada sul-africana do território angolano que uma comissão militar conjunta, realizada em um encontro em Lusaka, Zâmbia, deveria garantir (o que só aconteceria anos depois, como vimos). Eduardo dos Santos declara que embora tenha “simpatia” pelas negociações entre os países da região e a África do Sul, considera-se um caso especial. Isto é, “Angola não sente a necessidade de assinatura de um acordo de agressão com a África do Sul” (ES, 1984:14). Exorta que a própria SWAPO seja reconhecida na sua representatividade do território namibiano e não como “terroristas de fronteira” como queriam os sul-africanos, uma manobra para a conferência de legitimidade às suas alianças e, portanto, aos termos a respaldar sua própria posição discursiva. Aqui, o jogo de reivindicação do apoio internacional é crucial para a estratégia do MPLA, que atribui às Nações Unidas o dever de supervisionar as eleições na Namíbia. Eduardo dos Santos aponta como os sul-africanos estariam cada vez mais isolados do ponto de vista diplomático com relação mesmo aos países “ocidentais” (ES, 1982a:36) e as tentativas de negociação seriam *per se* prova de um “fracasso militar” (ES, 1984:6).

Vejam agora o ponto de vista manifesto por Savimbi a esse respeito. Em primeiro lugar, como vimos no capítulo precedente, o líder da Unita defende a necessidade inescapável de negociar com a África do Sul. Para ele esse país “é um elemento permanente no xadrez da África Austral”, não é possível permitir-se “o luxo de dar as costas à África do Sul” (Savimbi, 1986:34). Nesse ponto, declara que a UNITA seria pioneira nesse tipo de negociação de cessar-fogo, reconhecendo os imperativos políticos de cada situação, inclusive no passado das lutas coloniais com os portugueses, no que seria imitada pelos demais movimentos a despeito das acusações iniciais destes de traição (Idem: 42), supostamente demonstrando a maestria e aptidão da UNITA no tocante à política externa angolana. Destaca, no entanto, que os dirigentes dos países africanos deviam fazer isso na defesa firme dos interesses do “Continente”. Ademais, a negociação seria condição de sobrevivência da própria África do Sul. Nas suas palavras:

Nos ataques, nos insultos, na guerra contra a África do Sul, não poderemos encontrar senão desastres, decepções, frustrações, o descarrilamento das nossas jovens economias e das nossas instituições bastante frágeis. Só no diálogo com a África do Sul, só na compreensão dos seus interesses na área – porque a África do Sul, como potência econômica da África Austral, tem os seus interesses –, só na consciência exacta desses problemas poderemos salvaguardar os nossos interesses e, moderadamente, influenciar os destinos da África Austral. (Idem: 43)

O que seria esse poder de influência “moderada”, diferente daquilo que chama de “posições mais extremistas”? (Savimbi, 1986, 44). Devido à reivindicação da UNITA como movimento de massas e ao próprio passado de luta de libertação, Savimbi não poderia

simplesmente declarar-se contrário à independência da Namíbia. Portanto, acusa o MPLA de jogar com o destino desse país como uma forma de permitir às FAPLA (suas forças armadas) se infiltrarem por trás das fronteiras namibianas e atacar as posições da UNITA pela retaguarda, cortando suas linhas de suprimento. Declara que “gostaria que a Namíbia fosse independente”, mas que não pode admitir que a Namíbia tenha um governo hostil à UNITA (Idem: 105-6) – está bem claro, também isso por um imperativo pragmático da guerra. Como justificativa moral, acusa as SWAPO de violar o “Povo” angolano – uma “dívida de sangue” que deveria ser paga e uma coloração bem-vinda ao que já era necessário. Com relação à política regional, Savimbi desdenha dos encontros de Eduardo dos Santos em Lusaka (até então a Zâmbia era sua aliada declarada) e defende a liberdade de ter relações com quem quiser. Segundo ele, o MPLA teria afirmado que preferiria negociar com a África do Sul do que com a UNITA, o que seria por si só prova irrefutável da inevitabilidade dessa negociação (Ibidem: 33).

À testa de um estado mais legitimado o MPLA de fato negociara com os sul-africanos. Ainda no tempo de Agostinho Neto, este se encontrara com os sul-africanos em Cabo Verde para negociar o fim do apoio à SWAPO e a independência da Namíbia. Neto, premido pela necessidade de promover sua economia – para o quê não obtinha auxílio suficiente dos cubanos e soviéticos –, aproximara-se de fato da única potência econômica da região (e, como vimos, Neto não ficara exatamente nas graças de Moscou). O fim das relações com os sul-africanos tornar-se-ia, inclusive, uma das exigências de Neto à UNITA para iniciar negociações. Mas as próprias conversações do MPLA com a África do Sul soçobram e a fronteira Namibiana volta a ser o corolário seguro para a UNITA. Mais uma vez o bailado das alianças imprime suas colorações à guerra.

É interessante como cada uma das partes, o MPLA e a UNITA desqualificam um ao outro – acusando-se mutuamente de movimentos divididos entre facções e dependentes do apoio externo para subsistir. Para a UNITA (com maiúsculas) tratava-se do “Mpla” (com minúsculas) e para o MPLA (com maiúsculas) tratava-se da “Unita” (com minúsculas). Ambos não passariam de fantoches de forças imperialistas um para o outro. Segundo Savimbi (SAVIMBI, 1986:45), em Lusaka, Eduardo dos Santos teria afirmado ao presidente Kaunda, da Zâmbia, que a UNITA seria suas “muchalas” – pequena força de oposição na Zâmbia que já não mais existia – o que era altamente discrepante com a realidade da UNITA como uma das potências militares do continente. Eduardo dos Santos refere-se à UNITA como “fantoches”, meros “bandos armados”

(ES, 1982a:6-7) ou ainda “instrumento do governo da África do Sul” (ES,1984:8), “elementos desonestos e traidores”; e que cumpririam ordens dos “círculos imperialistas estrangeiros”. Por sua vez, a UNITA considera o MPLA um representante posição do “imperialismo russo-cubano”, um “regime títere”, “pião nas mãos de seus mestres russos” (Savimbi, 1986:15), por sua vez sequiosos de “expansão através da agressão”. Como vimos, para a UNITA, a retirada dos cubanos era, como para o MPLA o era a dos sul-africanos, ponto inegociável. O MPLA, por sua vez, declara que os cubanos, russos e alemães orientais são revolucionários de povos irmãos em socorro de seus “camaradas” e que não representam ameaça à África do Sul e aos EUA (fazendo uso aqui de seus inimigos por procuração estrangeiros de modo a não tocar o ímpio nome da UNITA (ES,1982a:12). Ou seja, tanto a UNITA como o MPLA são incapazes de declarar a oposição direta com relação um ao outro, enquanto houvesse um “inimigo directo” estrangeiro – segundo a expressão de José Eduardo dos Santos anteriormente citada – a que se remeter.

Essa incapacidade de reconhecimento da organização rival (embora isso fosse significativamente mais fácil para a UNITA que havia se reconhecido como ‘rebelde’) tem uma causa imediata. Não é possível admitir que o rival tenha alguma credibilidade face ao Povo (com maiúscula), pretendida por ambos – ou mesmo que tenha qualquer margem de legitimação. O inimigo indireto mal merece um nome, é um acidente lamentável na “História” angolana da qual cada um se crê protagonista. Se a guerra civil em Angola relaciona-se com a guerra de libertação na medida em que significou um prolongamento da disputa pelo poder de Estado e guerras são lutadas por disputa de recursos escassos, sejam eles materiais ou simbólicos, o grande recurso em disputa, aqui, seriam as próprias pessoas – arregimentadas sob a ideia de povo. Eduardo dos Santos declara que certamente não há qualquer ilusão ou confusão do “Povo” com relação aos inimigos da “Revolução”, mas não dispensa a ressalva de que aqueles que “se sentirem enganados pela UNITA”, se arrependem-se, serão “enquadrados” nos esforços de “Reconstrução nacional” (ES, 1984:9). Savimbi, por sua vez, alega que há uma simbiose profunda entre a direção da UNITA e o “Povo”, traço que alega vir desde a época da guerra, chamada tanto pelo MPLA como pela UNITA como “Primeira Guerra de Libertação” (Savimbi, 1986:38). Savimbi exorta seus soldados a não maltratarem o “Povo”, mesmo quando partidários do MPLA, porque seria uma minoria que fizera “a escolha errada” (Savimbi, 1986:106). Declara ainda ter desenvolvido uma “teoria dos grandes números” de recrutamento das massas (na verdade, um preceito da guerrilha maoísta bem anterior) para combater o “imperialismo

soviético” como forma de contrapor-se à “vã tentativa” do MPLA de aliciar as populações (Idem: 13-4). Assim, a UNITA afirma que “o Povo aderiu em massa ao princípio de luta contra qualquer forma de dominação estrangeira e rejeitou todas as formas de compromisso com o inimigo.” (Idem: 14-5).

Ambos os “Partidos” esperam que o outro seja uma farsa que deve fatalmente ser desmantelada, soçobrar diante do legítimo sentimento do “Povo”. E mesmo que as urgências da guerra revelassem o como o outro não podia ser qualquer farsa, assim, ao menos, deveria aparecer nos discursos e ser inscrito na “História” da nação nascente, uma vez que estivesse definido o seu compilador. É também dessa forma que os líderes dos movimentos procuravam tecer suas relações como herdeiros da luta de libertação anticolonial, como vimos no capítulo três. Ambas as partes se esforçam em retratar a si mesmas como os legítimos representantes dos combatentes aos “inimigos diretos”, por excelência, da época áurea da luta, cuja memória convertia-se em capital. Eduardo dos Santos reafirma constantemente a continuidade do trabalho de Agostinho Neto, primeiro presidente do MPLA. Savimbi também desqualifica Eduardo dos Santos como não sendo um legítimo combatente da luta de libertação como Agostinho Neto, dada a sua juventude. (Agostinho Neto era chamado “o mais velho”, assim como Holden Roberto da FNLA e o próprio Savimbi). A ideia do “sangue derramado” dos heróis e mártires era resgatada por ambos como motivo para não esmorecer na continuação da luta. Diz Savimbi:

Ninguém nos pode dar lições de democracia [e ele manifesta seu repúdio aos ‘dadores de lição’ em vários momentos]. Enquanto o MPLA, como Governo minoritário, dominar o país, estou seguro de que se irão levantar os braços das nossas filhas, dos nossos filhos, das nossas mulheres e também os nossos, para combatermos até a libertação total. (Savimbi, 1986:31)

Mas aí a questão da Namíbia era delicada novamente. Porque se o MPLA defendia a realização das eleições livres nesse país e as duas organizações declaravam ser representantes majoritários do povo angolano, as eleições não podiam se realizar em Angola, propriamente dita, enquanto não houvesse paz. As tentativas de negociação esbarravam no beneplácito de ambos os “senhores da guerra”, que tinham os próprios interesses inseparáveis da manutenção da guerra: qualquer esmorecimento da capacidade de luta era uma oportunidade de o oponente se fortalecer e dar o golpe final – como a UNITA viria a tentar quase com sucesso após as eleições. A guerra reproduz a guerra. Verificou-se justamente que uma vitória eleitoral (considerada justa pelos especialistas da ONU) não poria fim ao conflito. A guerra terminaria pela guerra.

Havia outro ponto polêmico entre a UNITA e o MPLA em torno da questão de Cabinda e da FLEC – Força de Libertação do Enclave de Cabinda que lutava pela sua independência. Cabinda é um território separado ao norte do resto de Angola por uma faixa de trinta quilômetros de território congolês. Antes da elevação de Angola a província de ultramar (na vã tentativa de alegar que Portugal não possuía colônias), Cabinda havia tido, de fato, uma administração independente de Luanda. Mas, depois, por motivos de economia administrativa fora incorporada ao território angolano. Ainda sob a égide portuguesa, petróleo começou a ser ali achado em profusão.

“De Cabinda ao Cunene, Um Só Povo! Uma Só Nação!” (ES,1982b:21) dizia o lema do MPLA, que não estava disposto a reconhecer a luta de libertação da FLEC nos mesmos moldes que os da SWAPO nesse território rico cujo petróleo era explorado sob licença e que financiava, em grande parte, o esforço de guerra do MPLA. Savimbi não é menos inflexível quanto à questão da unidade nacional. Em trecho de entrevista filmada não identificada, mas depois amplamente difundida inclusive pela internet, ele declara com todas as letras que a independência de Cabinda abriria um precedente intolerável com relação às outras províncias da jovem nação (não é possível dizer se sabia que estava sendo filmado). Savimbi, claro, também queria Cabinda. Ele declara que as forças armadas da UNITA “romperam as barreiras das áreas tradicionais” (Savimbi: 1986:102-3), inclusive em Cabinda. Em outra entrevista – esta abertamente televisionada na época das eleições – ele alega que Miguel Puna e outros dirigentes destacados da UNITA seriam cabindenses dos mais destacados mesmo colocados a FLEC (pronunciada com desprezo) e o MPLA juntos. Depois diz:

Estou a lhe dizer sinceramente. Apreciando com toda a honestidade, esses dois são os dirigentes mais destacados em Cabinda [embora ali certamente já não pisassem havia muito]. Então eu digo o seguinte: a posição da UNITA e do MPLA nisto é igual: queremos considerar Cabinda como parte de Angola. Só, nós temos uma diferença, nós pensamos que devia se discutir com a população de Cabinda. E quando convencêssemos a população de Cabinda, fosse Cabinda pra Angola o que é a Madeira pra Portugal. Portanto, nessa altura, teríamos resolvido o problema.<sup>54</sup>

Para o MPLA, que acusava a UNITA de “tribalismo”, deve haver uma “superação político-cultural” (ES, 1982c:5) e a criação de um “homem novo”, liberto de seus “fetichismos”. (Lara, 1980:18-9). Aí residia a “liberdade” da nação unificada. É ao “Povo” (com maiúscula), grande recurso em disputa, que ambos exortam a sustentação da luta. Como Eduardo dos Santos,

---

<sup>54</sup> Transcrição minha de entrevista televisionada amplamente difundida, embora não seja possível remeter-se a uma emissora ou programa em específico.

por exemplo, em comício no Malange, referindo-se à necessidade de reconhecer os deveres e plantar café no lugar de mandioca para gerar divisas em moeda estrangeira como necessidade de defesa popular da “Pátria” (ES,1982b:50); bem como de denunciar os “candongueiros” – comerciantes de rua do mercado negro luandense que, por não pagar impostos, desviavam os “bens do Estado” (ES,1982b:31). Savimbi não fica atrás, acusando o MPLA de gastar US\$ 2,5 bilhões de dólares com a defesa (Savimbi, 1986:44) – o que mostrava, a despeito da recusa deste, como a guerra era generalizada – mas assim se referindo, por sua vez, quanto aos ‘Grandes Números’ da UNITA: “Para armarmos esse número efectivo de soldados, precisávamos de um número de populares cinquenta vezes superior. Para alimentarmos as dezenas de milhares de soldados, precisávamos de milhões de camponeses.” (Savimbi, 1986:14).

Se há uma série de equivalências estruturais entre os discursos em diálogo dos contendores, como podemos pensar na projeção desse imaginário da nação angolana? Ambos reivindicavam maior representatividade e uma justa luta de libertação contra um imperialismo exógeno. Para Savimbi, na “História da Humanidade as causas justas dos povos sempre triunfaram” (Idem: 23), mas a organização “faz-se preparando homens desinteressados” (Idem:39). Eduardo dos Santos diz que se deveria estar seguro da justeza de sua causa, mas que “os camaradas não poderão avançar sozinhos sem o apoio do aparelho central do Partido e do Governo” (ES,1982a:44). Embora também afirme que “não é do Partido quem quer, mas quem merece” (ES,1982b:71) de modo a “garantir a pureza no seio das nossas fileiras” (ES,1982c).

Ambas as projeções, ainda que espelhadas, são mutuamente excludentes em seus termos. Mas se referem a um só território e um só povo? A “Pátria” não é óbvia. Pátria, Povo, Governo, Nação, País, Resistência, Revolução, Partido, todos têm maiúscula – como nome próprio ou ênfase de uma existência pretendida – e Savimbi acrescenta, aqui, Governo (com maiúscula) ao qual se via privado. Parecem ser um esforço de conferir substancialidade a coisas ainda não definidas, sem consenso, mas certezas necessárias à guerra. E, nesse sentido, a postura de Savimbi parece ter permanecido a mesma com relação ao quê anteriormente expressara perante os portugueses. Nas suas execradas cartas no episódio da Operação Madeira, Savimbi repreende um oficial subalterno português, seu interlocutor, que parece não ter sido muito solícito, por este não o ter tratado por ‘Português’:

Eu começo por lamentar e escusar a forma como o adjetivo de nacionalidade foi soletrado [referindo-se a carta recebida de seu interlocutor]. Da mesma forma, ou os gramáticos tornaram-se atrasados de modo que você não precisa de uma letra maiúscula para descrever nacionalidade, ou eles deliberadamente querem nos chamar de portugueses e não de Portugueses. (MINTER, 1988:58).

Isso parece ter permanecido muito importante para ele quando o que estava em jogo era ser considerado ‘Angolano’.

Em Angola a Guerra Fria parece ter sido menos determinante e mais condicionante dos insumos para a manutenção das disputas internas. Os EUA e a União Soviética queriam zonas de influência estratégicas capazes de lhes franquear vantagens na luta internacional por credibilidade política e dissuasão das ameaças de conflito nuclear crescente quando uma das partes adquiria vantagem sobre a outra. O MPLA e a UNITA, em Angola, disputavam o poder de Estado. As pessoas, em sua maioria, esperavam a paz. Mas, nas agruras da guerra, viam no seu envolvimento a possibilidade inescapável de viabilizar a vida quando a própria “Nação” começasse – a neutralidade, por vezes, era um luxo não disponível num mercado racionado. Guerras diferentes, por motivos diferentes que se concatenavam e se retroalimentavam em uma dinâmica unificada. Enquanto projeção, a noção de “Pátria” jazia inteiramente dependente de sua credibilidade e plausibilidade. Vê-se, portanto, a guerra civil angolana como disputa pelo “Povo” e com fito no “Estado” entre organizações político-militares concorrentes. Os dois líderes dirigem-se à massa de pessoas que os assistem na esperança de imprimir um “Povo”, convencerem a si e às pessoas da existência dessa entidade sobrenatural, esteio necessário para as suas aspirações. Até lá, afirma Savimbi, “se aceitamos morrer um pouco, é para que a nossa Pátria viva eternamente livre.” (Idem:31). Mas não foi um pouco.

### *Acordos de Bicesse e eleições, afinal*

Savimbi: “Não estou interessado em tornar-me o primeiro presidente angolano. A UNITA aceitará qualquer um para futuro chefe da Nação, desde que ganhe as eleições. Quer se trate de Agostinho Neto, Daniel Chipenda ou Holden Roberto. Mas insisto em que deve haver eleições, pois será a única maneira justa e correcta de se conseguir a independência”. (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:79)

Savimbi: “Se a UNITA não vencer as eleições, elas têm de ter sido fraudadas. Se elas forem fraudadas, não penso que nós as aceitaremos.” (apud. MAIER, 2007:72)

Como já dito, a bandeira de Savimbi perante todos os atores sempre foram as eleições. Nisso se assentava a sua pretensão de legitimidade internacional e interna – o que dava contorno final a

sua “guerra justa”, uma vez de que não dispunha do aparato governamental reconhecido, como o MPLA. Ainda nos anos 1970, referindo-se às eleições esperadas para o pós-independência, mas certamente já resignado com a sua não realização, declarara: “E se perder as eleições, já o disse: ficarei como chefe de polícia no Luso. E ficarei contente.” (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:101). Anos mais tarde, quando, no início dos anos 1990, iniciou-se o processo junto à ONU para a organização das eleições sob a vigilância da CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar), Savimbi procurou dar a entender que a instauração de tal acordo havia decorrido diretamente de seus apelos diplomáticos (SAVIMBI, 1997:119). Claro que a queda da URSS influenciou enormemente esse acontecimento. Durante todo esse tempo, afirmava não ser o seu desejo tornar-se o primeiro presidente angolano e que aceitaria outro como chefe da nação desde que fosse eleito – o poder supostamente sempre sendo uma transferência oriunda do “Povo”. Nesse ínterim, declarava, a guerra não passaria de uma infelicidade ocasionada diretamente pelas investidas antidemocráticas do MPLA. E daí os acordos e cessar-fogos sempre malograssem, pois os “pontos de vista” permaneceriam sempre distantes. Havia, para Savimbi, um dilema inevitável: submeter-se aos termos do MPLA ou retomar as armas e ser acusado de fazer jogo duplo (Idem: 122). Do ponto de vista do poder visto como constituído (o MPLA), a iniciativa da agressão era sempre a rebelde. Assim, portanto, o tempo se esgotava para Savimbi perante a opinião pública e ele sabia disso. Disse para Bridgland: “Eu trabalho realmente duro, porque sinto que se a UNITA não for bem-sucedida em forçar o MPLA a negociar por volta de 1990, ela não tem nenhuma chance de ser bem-sucedida.” (BRIDGLAND, 1986:286).

Apesar dos esforços da CCPM e subcomissões da ONU, que procuraram impedir o fornecimento de novas armas e o aquartelamento das tropas de ambos os movimentos, como veremos, não houve um desarmamento do país. O cessar-fogo era assinado perante as câmeras e as armas – ainda municadas – eram postas embaixo de um pano. De fato, o acordo de Bicesse, assinado em Portugal, que supostamente punha fim ao conflito para a realização das eleições não fora elaborado nem por José Eduardo dos Santos, nem por Savimbi, mas pelos seus delegados Lopo do Nascimento, do MPLA, e Jeremias Chitunda, da UNITA (SAVIMBI, 1997:128). Cabendo aos líderes somente assiná-lo perante a imprensa em Portugal. Embora nenhum dos dois, compreensivelmente, diga palavra a respeito, essa silenciosa omissão facilitou enormemente como um álibi tácito a posterior infração do acordo. Só a agência dos líderes enquanto entidade única (e voltarei a isso depois) era plausível. E José Eduardo dos Santos,

segundo Savimbi, na assinatura dos acordos, sempre se mostrou rancoroso e propenso a hostilidades. Em declaração televisionada à imprensa, no período, Savimbi, esquivo, diz que considerava os acordos frágeis por ainda datarem de três meses e que precisavam trabalhar com consciência para garantir a paz e a democracia. Se, entretanto, os juízos de valor expressos por cada um eram certamente tendenciosos, os imperativos práticos durante essa “paz” ainda depõem contra o desarmamento. Assim se referiu Savimbi em comício televisionado:

Uma das coisas é isso que acaba de falar o seu colega: “mas, vocês estão a se insultar outra vez!”. A rádio em Luanda está a insultar, a Vorgan está a se insultar. E isso é bom? Isto cria, dá [palavra inaudível]. Segundo, o não acantonamento das tropas é um grande perigo. Eu disse também no Huambo: “se alguma coisa estiver errada com a UNITA, o povo não receia em dizer que a UNITA errou.” Não é verdade? Da mesma forma que o façam com o governo, com o MPLA. Portanto, pra mim o problema ainda mais perigoso no processo é o não acantonamento. Dou-lhe agora uma prova: eu amanhã vou pro Lobito. Depois de consultar os meus pilotos, eles me disseram que não podem aterrar no aeroporto de Lobito, porque é curto. “Tem de ser no aeroporto de [Benguela]. Os meus homens foram e encontraram que todos os mísseis antiaéreos estão intactos. Agora, neste momento! Está aqui o chefe do estado-maior [diz apontando para o homem à sua esquerda]. Portanto, essa coisa de não acabarmos com o espírito da guerra, precisamos destruir isso, completamente. É pra nos salvar, porque a guerra... nós os militares... eu disse às FAPLA [forças armadas do MPLA], eu disse às FALA [forças armadas da UNITA]: “vocês morrem primeiro!” [diz apontando para alguém na plateia]. Devíamos ser nós a não aceitar a guerra, não é verdade? Mas também [liquidam] os civis, isso também é um risco. Devíamos aceitar que a guerra acabou. Pequenas manobras não servem mais. Se for a minha agenda fazer manobra, vamos ao acantonamento – e não vão...

Apesar de dar a entender que o não cumprimento das resoluções de Bicesse para o acantonamento das tropas nos “campos de reunião” era uma questão exclusivamente relacionada ao MPLA e sua intransigência no desarmamento, Savimbi também não as cumpriu em diversos níveis. De todo modo, o seu não cumprimento pelo MPLA além da recusa deste de libertar presos políticos serviu de desculpa à UNITA para que, representada pro Salupeto Pena (e, de novo, a delegação de funções em um órgão tão centralizado como a UNITA não é gratuita), se retirasse da CCPM. A “paz” começou a esboroar-se muito antes das eleições propriamente ditas. Outro grande descontentamento da UNITA era oriundo da própria necessidade de sujeição às “autoridades governamentais” durante a campanha eleitoral nas grandes cidades sob controle do MPLA. Interdito do uso de suas tropas, ao menos de forma ostensiva, o MPLA passou a empregar a famigerada Polícia antimotim, ou “ninjas”, como ficaram conhecidos seus integrantes, para controlar os comícios e grandes concentrações populares. Necessária ou não, certamente essa não era uma força neutra e contribuiu em muito para o aumento das tensões durante a campanha. Seria a essa força que Savimbi depois atribuiria a responsabilidade pela interrupção prematura das inscrições de eleitores nas províncias mais afastadas, o que o teria prejudicado e configuraria a suposta fraude das eleições – depois reivindicada.

Seja qual for o grau de verdade dessas alegações, Savimbi estava perdendo apoio de uma forma generalizada internacionalmente. Já iam longe os seus dias de recepção como *freedom fighter* na Casa Branca. Durante a campanha eleitoral, quando visitou seus tradicionais aliados, os sul-africanos, relata que foi recebido friamente pelo presidente De Klerk, em Pretoria, e recebeu a notícia através de funcionários de que, segundo pesquisa do governo dos EUA, a UNITA perderia as eleições (SAVIMBI, 1997:135). Aqui, parece que caímos num quebra-cabeças sem solução. Teria a reorientação política de alianças externas precipitado a derrota eleitoral da UNITA? Ou a perda de adesão popular à UNITA, devido a fatores internos à guerra civil, reorientado a correlação de alianças? Será possível atribuir a prevalência de um dos fatores sobre o outro? Não há dúvida de que a reorientação da política do MPLA com relação aos países ocidentais e seus investimentos (principalmente na indústria petrolífera) após o fim da Guerra Fria – mas antes disso também – desempenhou um enorme papel nesse processo. Mas também não há dúvida de que a imagem da UNITA, como organização bélica eficiente que era, foi alterando-se à medida que as piores batalhas eram travadas – e muitas vezes vencidas pela UNITA, mais poderosa do que nunca – ao final dos anos 1980. Essa imagem alterou-se, sobretudo, com a retirada conjunta de sul-africanos e cubanos de Angola em 1988. Essa retirada, como Guerra faz questão de lembrar, fora fruto de acordos celebrados em Nova York que não incluíram a UNITA. Esse autor, provavelmente com razão, alude à probabilidade de que os acordos teriam malogrado tivesse a UNITA participado deles (GUERRA, 2002:150). Entretanto, do ponto de vista militar, essa retirada já significava pouco. Tanto a UNITA como o MPLA seguramente já não eram mais dependentes de seus patronos externos, tendo ambos construído com sucesso uma eficiente máquina de guerra capaz de travar batalhas decisivas com unidades regulares numerosas, bem treinadas e bem equipadas (inclusive com blindados e artilharia pesada). O desengajamento estrangeiro de Angola fora fruto de um longo processo e, como era de se esperar, cubanos e sul-africanos não deixaram seus protegidos como órfãos desamparados. Ambos fizeram um bom trabalho.

A questão, portanto, é política. Acabaram-se os inimigos por procuração e a guerra civil (que, na altura, herdava já trinta anos de hostilidades ininterruptas no país) estava irremediavelmente desmascarada. MPLA e UNITA batiam-se pelo que de fato eram: concorrentes ao poder de estado. De certa forma, extinguia-se o último estertor da fase heroica da luta. Não era mais possível, para nenhum lado, pregar plausivelmente para uma população, de

qualquer parte do país, empedernida e martirizada por anos de abusos e violações de ambas as partes, uma completa justiça de causa. Dignidades e brios eram inflamados por ambos os partidos em seus discursos, mas como respostas às ignomínias perpetradas pelo oponente, e não como condição primordial de sua causa. “Justiça” era, por fim, vingança e cada golpe uma prestação ou contraprestação numa troca violenta continuada e em retroalimentação. Um sistema destrutivo? Sem dúvida. Um sistema produtivo? Talvez, dependendo do ponto de vista. Flageladas entre os martelos de ambos os oponentes as pessoas só podiam, para a guerra e para a paz (se houvesse alguma esperança de obtê-la), ver-se de uma forma: como angolanos. E como angolanos morriam.

Em um dos comícios públicos realizados em Huambo (onde supostamente gozava de maior apoio) durante as eleições, Savimbi declarava que todo o “Povo” tinha de participar na consolidação da paz.

Apenas quero dizer que estou satisfeito em estar de regresso a Huambo depois de dezesseis anos. E a minha mensagem centra-se em três pontos importantes: A paz, todo o Povo tem de participar na consolidação da paz. A UNITA define-se como um movimento de oposição ao governo, mas vamos fazer uma oposição que permita a democratização do país. E, por último, é preciso que se realizem as eleições de Angola, a única maneira que eu acho de reconciliar toda a nação.

Entretanto, a imagem de Savimbi não era a do promotor da paz. Dotado de um exército poderoso com chances palpáveis de subjugar o oponente e controlando mais da metade do território, a perspectiva de uma eleição – que finalmente viera, mas se mostrava acirrada – e da intervenção da ONU com todos os seus observadores e protocolos não era exatamente um triunfo para Savimbi. Do ponto de vista militar, poderia ser mesmo uma procrastinação extremamente inconveniente, dando tempo ao inimigo para rearmar-se (e daí o seu exaspero com o descumprimento das determinações de Bicesse, embora ele mesmo tampouco as cumprisse). Enquanto o MPLA, assistido por uma grande equipe de marqueteiros brasileiros, promovia a imagem de um José Eduardo dos Santos sorridente, bem-vestido como um homem de negócios e segurando pombos brancos e sob o slogan “o futuro certo”, Savimbi ainda era o velho guerreiro africano, fardado, altivo e orgulhoso, defendendo que a África negra, com seus líderes “dóceis e subservientes” às potências econômicas, deveria munir-se, antes de tudo, de um “espírito combativo” (SAVIMBI, 1997:206-215). Embora as eleições, fraudulentas ou não, tivessem sido extremamente divididas e disputadas, essa promoção de imagens em face do eleitor comum, após trinta anos de conflito, certamente não foi desimportante para o resultado. Karl Maier, jornalista que acompanhou todo o período das eleições, relata como era comum se ver grafites nas ruas

dizendo: “o MPLA rouba, a UNITA mata” (MAIER, 2007:69). Propagandas televisivas do MPLA do período mostram um fragmento de um discurso proferido por Savimbi em Gabela, Kwanza Sul, em 19 de setembro de 1992, em este diz: “se me provocarem, isso vai ficar feio!”. E ficou, realmente.

### *A primeira guerra e as duas segundas*

Se aceitássemos rigorosamente o que dizem uma parte dos discursos, assumiríamos que a primeira guerra civil nunca existiu até 1991 e os acordos de Bicesse. Sua existência fora encoberta – o que, como vimos, requereu o empréstimo de inimigos legitimados do exterior – sendo chamada pelos dois lados de a ‘segunda guerra de libertação’, numa tentativa de reivindicar uma continuidade da luta anterior – o período heroico na história dos movimentos – e suas bandeiras prestigiadas. (No final, nunca se arranhou um inimigo melhor do que havia sido o colonialismo português.) Após 1992, no entanto, não havia dúvida. Falava-se abertamente da ‘segunda guerra civil’ (assumindo tacitamente a anterior) (ANTÓNIO AFRICANO, 2005). Mas nunca houve uma primeira, propriamente reconhecida enquanto tal. A guerra que se seguiu a 1975 era tratada nos discursos como uma continuação da guerra contra o imperialismo estrangeiro. Haveria, assim, segundo os discursos de cada época, uma sequência cronológica entre a “primeira guerra de libertação”, “a segunda guerra de libertação” e “a segunda guerra civil”. Esse deslocamento de classificação não é nada desprezível. A partir de então – da segunda guerra, por assim dizer – já se tratava indubitavelmente de angolanos combatendo angolanos, ainda que, na versão de Savimbi, seriam angolanos “africanos” combatendo angolanos “crioulos”. A segunda guerra civil angolana, de certa forma, pode ser vista como a primeira guerra travada entre cidadãos angolanos, eles próprios fruto do conflito até ali.

Após o término do primeiro turno das eleições – que os observadores da ONU julgaram “em geral, justas” (ANSTEE, 1996) – a UNITA, já desembaraçada de todos os compromissos anteriormente assumidos com a CCPM e totalmente recobrada na sua capacidade combativa, declara oficialmente seu repúdio ao resultado que considerava fraudado. Na verdade, como apontado por Maier, antes mesmo do término da campanha, quando interpelado sobre a possibilidade de perder as eleições, Savimbi declarara que isso simplesmente não era possível e

que, se acontecesse, seria devido a fraude. E que ele não aceitaria um resultado fraudulento (2007:72). Havendo fraude ou não, o fato é que Savimbi esperou a contagem de votos para reivindicá-la. A luta que se seguiu em Luanda (que não via ação desde as lutas anteriores à independência entre o MPLA e FNLA) foi cruenta. O MPLA lançou mão de uma de suas principais armas: o Poder Popular (criação de Nito Alves), abrindo seus paióis e distribuindo armas para a população apoiante dos musseques de Luanda, os “fitinhas” (uma vez que, sem fardas, essa era a sua única identificação). Iniciava-se o que ficou conhecido como o Massacre de Todos os Santos ou Massacre do Dia das Bruxas. A delegação da UNITA que se encontrava na cidade, integrada por importantes dirigentes da organização, foi sitiada em seu hotel e morta depois de renhido combate. Abel Chivukuvuku ficou gravemente ferido e sob custódia da polícia internacional (o que provavelmente lhe salvou a vida). Andolosi Mangos Alicerces, Salupeto Pena e Jeremias Chitunda foram mortos. Savimbi, supostamente avisado por um desertor do MPLA, fugiu por pouco de sua residência em Miramar e voou para o Huambo. Os “fitinhas”, claro, foram cruéis. Milhares de moradores dos musseques (inchados mais do que nunca pelas décadas de conflito) bakongo e sobretudo ovimbundu foram chacinados em massa. Luanda era do MPLA, assim como a “angolanos” deveriam ser.

A UNITA não ficou atrás, claro. Se não podiam controlar a capital, suas tropas, de prontidão como nunca antes, imediatamente caíram sobre o inimigo e o avassalaram em campanhas simultâneas e bem orquestradas impondo derrota após derrota. Em breve, praticamente todo o país, com exceção das principais cidades, estava sob controle da UNITA. Para a sua imagem internacional, entretanto, isso obviamente foi um desastre, e mais do que nunca Savimbi estava correndo contra o relógio – todas as fichas haviam sido postas na mesa. Mas tarde, diria que o recomeço das hostilidades havia sido unilateralmente iniciado pelo MPLA e que, mesmo considerando o primeiro turno fraudulento, estaria disposto a disputar o segundo turno, no que teria sido impedido pela violência do MPLA (SAVIMBI, 1997:144). Evidentemente, declarações como essa não bastaram para conferir legitimidade aos avanços da UNITA que era vista quase unanimemente como o agressor pós-eleição (embora, claro, ambos os lados estivessem a postos para retomar a luta). As alegações de que o MPLA estava levando a efeito uma “guerra étnica” em Angola e de que esse seria um conflito entre a “cultura crioula” e a “cultura africana” no país, também já não eram completamente plausíveis. De fato, a coberto da confusão das ações do Poder Popular haviam sido feitos muitos acertos de conta, vendetas

pessoais e locais acabaram por servir de propósito à matança tanto quanto os discursos partidários, inclusive sob vieses étnicos. Mas essas ações não foram orquestradas pelo MPLA, como corpo dirigente.

Outro impasse incontornável, mais uma vez, era Luanda. A UNITA dominou Angola quase inteira, mas fora expulsa da capital. O que fazer? Savimbi disse que não tomou a cidade porque decidiu poupá-la de uma carnificina (SAVIMBI, 1997:145). E é bem possível mesmo, se bem que talvez não por considerações humanitárias e altruístas. Se a UNITA se impusesse na capital por meio das armas e da supressão do Poder Popular – o que realmente significava matança quase indiscriminada (a menos que todos ficassem muito atentos para as fitinhas), o que aconteceria então? A sede do seu governo estaria sitiada de nascença (porque não seria possível matar a todos, claro). E sua legitimidade para sempre sacrificada no coração da fundação da nova nação: a ideia de angolano sob uma nação unificada. As fichas de Savimbi começaram, portanto, uma a uma, escapar-lhe por entre os dedos. E, a partir desse momento, o MPLA, investido de uma ‘guerra justa’ a que a UNITA não mais podia recorrer por seu turno, só poderia oferecer, em qualquer oferta de acordos e cessar-fogos, termos absolutamente inadmissíveis do ponto de vista de Savimbi. Savimbi, cada vez mais obcecado com o que considerava um complô internacional para subjugar o ‘homem negro’ e os verdadeiros ‘líderes africanos’, caíra na armadilha de sua própria liderança e estava disposto a levar todos a sua volta – até o fim. Em breve, o MPLA recuperou-se dos reveses sofridos e, pouco a pouco, agora gozando de apoio crescente, foi avançando sobre seus antigos territórios. A UNITA, força combatente formidável, ainda não podia ser vencida, mas mostrara que já também não poderia vencer, de qualquer maneira. Em breve a guerra, talvez na sua fase mais destrutiva, engolfaria o país novamente. Um a um, a UNITA começa a perder os seus aliados. Uma guerra civil no Zaire, na qual o MPLA estava envolvido, priva-o de seu aliado tradicional. A Namíbia já se tornara independente e a Zâmbia aproximara-se de Luanda. A ONU posicionava-se contrária à UNITA – a refratária às eleições. Os Estados Unidos da administração Clinton declararam a UNITA uma ameaça para sua política estrangeira (Council of Foreign Relations, 2007).

Pressionada pela ONU e começando também a sofrer reveses na guerra violentíssima a UNITA vê-se sem alternativa senão voltar à mesa de negociações. Formulava-se o Protocolo de Lusaka (capital da Zâmbia, antiga aliada de Savimbi), em 1994. Savimbi procurou eximir-se o mais que pôde, mais uma vez não indo à cerimônia oficial para assinar o protocolo. Disse

acreditar que o caminho para a paz já havia sido desenhado em Bicesse e da forma como estava repostado em Lusaka colocava a UNITA contra a parede (SAVIMBI, 1997:150). Clamava ostensivamente por novas eleições “livres e justas”, mas sabia que isso jamais seria aceito pelo MPLA (aliás, como se testemunha atualmente, nunca mais houve eleições presidenciais em Angola). Mais uma vez, o aquartelamento de tropas nas zonas designadas não foi feito, sob a alegação de que tais zonas seriam “campos da morte” nos quais se perpetrariam crimes contra a humanidade (Idem: 163). Sem poder de barganha (até mesmo porque não havia aceitado a perda de prestígio e havia se ausentado sistematicamente das negociações), Savimbi faz proposições irrealistas, pela conjuntura, junto àquela parcela da mídia e de movimentos civis ocidentais que ainda lhe eram simpáticos na sua retórica de heroísmo pan-africano. Ao mesmo tempo em que perdia prestígio e o MPLA ganhava credibilidade, Savimbi passou a defender a formação de um governo provisório de dois anos, que apaziguasse a guerra, para que se realizassem então eleições definitivas. E sugeriu que Joaquim Pinto de Andrade, que encabeçara a “Revolta Ativa”, uma das dissidências no interior do MPLA nos anos 1970, fosse investido de poder durante esse governo provisório (Idem: 179). O MPLA não se deu ao trabalho de responder a essas propostas, mas a guerra – no plano militar e de contagem de mortos – continuava a arder cruel. Em 1996, o MPLA instaura o Governo de Reconciliação Nacional (GURN) ao qual a UNITA não adere por estar este submetido às leis do MPLA, supostamente arbitrárias e não representativas. Disse que não fora a Luanda para a posse do GRNU por correr ali risco de vida e porque o considerava uma conquista ilusória em direção à paz (Idem: 255).

Interessantemente, Savimbi, o pragmático e moderado, aparece então cada vez menos nos discursos, dando lugar a Savimbi, o idealista e visionário. Ainda nos anos 1960, em suas negociações com os portugueses via madeireiros, ele assim se referira:

Vocês deveriam saber que um líder sempre tem de ser moderado, de modo que possa liderar seus homens em frente. Quando eu morrer, uma vez que jamais serei capturado por ninguém, se um homem mais extremista seguir-se a mim, mesmo que ele finalmente seja derrotado, ele teria feito muitos danos. Então sejamos mais práticos e realistas. (MINTER, 1988:52).

Fora esse Savimbi que, nos anos 1960, manejara passar de um membro obscuro da FNLA a chefe de uma das organizações capazes de conquistar o poder em Angola. Fora ele que, manipulando o próprio discurso e as alianças fora capaz de garantir a sua sobrevivência e a de sua débil organização, navegando por entre as marés de apoios e capaz de fazê-la crescer em força e influência. Entrevemos outra personagem no final dos anos 1990. Falava que a maior

parte dos líderes africanos genuínos, tais como Eduardo Mondlane e Amílcar Cabral, haviam sido assassinados para abrir caminho ao “jogo estrangeiro” em seus países que queriam líderes dóceis (SAVIMBI, 1997:206). Dizia: “A África deve conquistar espírito de competição e gosto do risco. Eu vos direi do quê ela deve se dotar prioritariamente: é de uma cultura de combate.” Tudo indica que Savimbi, crendo-se uma espécie de paladino da África negra contra a replicação do colonialismo nos “estados crioulos” pós-coloniais, tornava-se cada vez mais paranoico com relação às “forças estrangeiras” que o queriam eliminar. É como se o “aliado por procuração” que outrora fora para si o “ocidente” volte-se como um “inimigo indireto” e difuso, espécie de fantasma, quando o MPLA se consolidava indubitavelmente como o inimigo direto que passava a derrotá-lo.

A UNITA, supostamente por ser o “único movimento de libertação legítimo”, chamava contra si, de acordo com Savimbi, toda uma coligação de obscuras forças internacionais sequiosas de manter o “homem negro” na escravidão: “Já dissemos que as grandes potências, por hábito, não gostam dos dirigentes africanos que, de um nacionalismo suspeito, são difíceis de manobrar. E eu sou um deles, eu admito!”. Assim, se de fato, as alianças ocidentais da UNITA, principalmente com a África do Sul e Estados Unidos, nunca representaram um alinhamento completo da UNITA aos seus compromissos, o seu abandono por elas (tanto pela queda da URSS quando pela reorientação do MPLA) fez com que Savimbi continuasse obcecado pelo fantasmagórico “imperialista estrangeiro”. Considerando-se sempre traído, mas sobranceiro, Savimbi preparava-se mais uma vez para entrar num heroico isolamento – o último. Entretanto, dessa vez, ele perdia algo mais do que um provedor de armas, dinheiro e uma afinação diplomática, pois, diferentemente do seu isolamento nos anos 1960 e 1970, a população também retirava paulatinamente o seu apoio. Por mais verdadeira que pudesse ser a alegação de que os interesses econômicos (principalmente petrolíferos) tivessem passado a ser satisfeitos pelo regime de Luanda, desembaraçado de “inconvenientes ideológicos”, e pudessem fazer vista-grossa às irregularidades desse regime, Savimbi, antes de tudo, perdera a credibilidade como representante das pessoas. Ele era um senhor da guerra, não mais um líder a se seguir para “um futuro melhor” como intitulara seu livro de 1986. Como um “verdadeiro combatente africano” ele podia ainda angariar apoio internacional de setores ativistas ansiosos por ver essa personagem encarnada, mas cada vez menos das pessoas que, em Angola, e que eram agora ‘angolanas’, haviam sido completamente avassaladas por décadas de guerra, centenas de

milhares de mutilações, estupros, fome severa, deslocamentos forçados, perda de entes queridos, falta de perspectiva e, para usar a expressão de Ruy Duarte de Carvalho que o testemunhou, “completa desmunição para a vida”. Mas Savimbi e seu séquito continuaram sua cruzada até o amargo fim.

### *Isolamento e diamantes*

Um elemento, sobretudo, proporcionou a continuidade da luta da UNITA a despeito da perda de apoio popular e internacional e do Protocolo de Lusaka, firmado em 1994. O mercado ilegal de diamantes. Não só isso, no entanto. Desde muito a UNITA beneficiara-se de sua localização nas fronteiras porosas do leste e traficava marfim e peles de animais por intermédio de suas ligações com as forças armadas sul-africanas na Namíbia. Apesar da fachada organizativa da Jamba – vitrine para o apoio ocidental por intermédio dos jornalistas – estipular “zonas de conservação” (BRIDGLAND, 1986:285), os elefantes foram praticamente extintos no leste de Angola nos anos 1980. Um desertor da UNITA, Belmundo, relata como a polícia sul-africana uma vez capturou quatrocentas toneladas de marfim que, tendo em vista a rigorosa fiscalização de caça nesse país e na Namíbia, só poderiam provir Cuando Cubango, em Angola, província onde se localizava a Jamba. A investigação teria levado à colaboração do coronel Du Plessis – mercenário francês integrado às forças armadas sul-africanas e responsável pelo setor nordeste da fronteira namibiana – e José Lopes Ferreira, negociante branco de Menongue que abasteceria a UNITA à noite (MINTER, 1988:109). A UNITA ainda destinava elefantes e búfalos para andar à testa de suas colunas de modo a evitar minas (BREYTENBACH, 1980). De todo modo, a progressiva extinção dos animais, a independência da Namíbia e a retirada dos sul-africanos no início dos anos 1990, levaram ao fim dessa fonte de proventos. Não da dos diamantes.

A ‘camanga’, como era conhecido o tráfico ilegal de diamantes, servia-se de diversos meios, articulando toda uma rede internacional que ligava os países limítrofes a Angola aos mercados de Portugal (Lisboa), Bélgica (Antuérpia), Israel (Telavive) e Estados Unidos (Nova York). Em Antuérpia, Bélgica, principal mercado de compra de diamantes mundial (e onde Bridgland lançara luxuosamente a biografia de Savimbi), a UNITA mantinha um representante, Ruben Chitakumbi, associado ao comerciante Marcel Pruver (GUERRA, 2002:208). A despeito

dos embargos aos ‘blood diamonds’ pela ONU (resolução 1173 do conselho de segurança), o tráfico de diamantes da UNITA prosseguiu e representava de 20 a 30% dos diamantes traficados em todo o mundo (Idem: 222). (Boatos, novamente, rezam que, quando Savimbi foi morto, trazia consigo uma bolsa repleta de diamantes).

As redes do tráfico ilegal, num mercado multimilionário como o dos diamantes, não eram, entretanto, tão distantes do mercado ‘convencional’. Como com relação ao petróleo que financiava o MPLA, contradições de alianças no seio do jogo dos atores estatais transparecem aqui. A Diamang (semi-estatal portuguesa que controlava e a exploração de diamantes no período colonial) tinha acionistas majoritários e diretores da gigante De Beers (de capital britânico, sul-africano e norte-americano) (LE BILLON, 1999). Se o MPLA mantivera a estrutura da Diamang intacta e procurara satisfazer as companhias internacionais, não podia garantir a segurança das grandes minas, como Cafunfo e Andrada. Por isso contratara mercenários britânicos ex-SAS (forças especiais) para policiá-las. Com uma população local que não lhe era favorável e a fronteira zaireense tão próxima, o índice de produção de diamantes do MPLA nos anos 1980 começou a declinar regularmente devido ao contrabando. Os continuados ataques da UNITA às minas fizeram com que grandes companhias estrangeiras (incluindo a De Beers) se retirassem de Angola por razões de segurança. Com a tomada definitiva das Lundas – a área diamantífera no nordeste do país – pela UNITA, o comércio de diamantes foi reestabilizado, por assim de dizer. E comerciantes ocidentais garantiriam a Savimbi, caso vencesse a guerra, milhões de dólares em investimentos (BRIDGLAN, 1986:360).

Desde então a exploração de diamantes tornara-se um negócio da UNITA num contrato mutuamente vantajoso entre ela e as companhias estrangeiras. A UNITA passa a treinar técnicos em prospecção – encabeçados pelo especialista Tenente-Coronel Dias Vasconcelos –, inclusive com a compra de equipamento de mergulho para vasculhar leitos de rios (Idem: 467). Como os países vizinhos a Angola, a despeito das sanções da ONU, não tinham necessidade de certificação, um processo de “branqueamento” de diamantes era favorecido (GUERRA, 2002:220). Isso levou, inclusive, a situações inusitadas como o aparecimento de diamantes cubanos no mercado internacional, sendo que em Cuba não há minas (BRIDGLAND, 1986:403). Savimbi justificava os inegáveis e vultosos proventos dos diamantes com o financiamento do novo estado em construção (embora no final dos anos 1990 estivesse em franca retração) e para a concessão de bolsas de estudos no exterior para seus quadros (SAVIMBI, 1997:190). Mas o fim

da Guerra Fria e a fragmentação da URSS em pequenos estados herdeiros de pródigos paióis, com economias falidas e alta corrupção proporcionava outro mercado muito mais interessante para a UNITA do que o das universidades ocidentais. Com o intermédio de traficantes internacionais como o célebre Victor Bout e flexíveis companhias aéreas privadas, também voando aviões russos, não era mais necessário contar com patronos ideológicos para a obtenção de armas (Human Rights Watch, 1994).

### *Expurgos e autocracia*

Savimbi começou a matar dentro das fileiras da UNITA. Quando em 1991, Tito Chingunji, destacado membro da UNITA, foi morto sob a acusação de tentativa de derrubar Savimbi com envolvimento da CIA, Fred Bridgland, o principal biógrafo favorável a Savimbi, rompeu relações com este (GUERRA, 2002:164). De acordo com Guerra, ainda, somente aqueles quadros na UNITA que não fossem ovimbundu poderiam esperar alguma forma de segurança, uma vez que eram necessários para a manutenção da imagem representativa do movimento. Cada vez mais, Savimbi confiava postos hierárquicos importantes a parentes seus, como o general Arlindo Pena Ben-Ben e Salupeto Pena. Entretanto, especula-se mesmo que a morte deste último junto com vários outros membros da UNITA, no Massacre de Todos os Santos em Luanda, em 1992, não tenha também sido uma forma de eliminação, uma vez que – mesmo que sob as condições inesperada do reinício das hostilidades – foram deixados em Luanda ao passo que Savimbi fugiu para o Huambo.

Savimbi justificava o nepotismo devido a razões de segurança, mas afirmava que os quadros eram selecionados estritamente por sua competência (SAVIMBI, 1997:172). Mas os expurgos não eram um padrão novo. Já em 1970, David “Samwimbila” Chingunji, um dos líderes destacados da UNITA, foi morto numa emboscada a tropas portuguesas, mas boatos sugerem que Savimbi mandou matá-lo temendo sua oposição no interior do movimento, sob a alegação de que teria se oposto à emboscada (Angolan People by Political Party, 2010). Jorge Sangumba foi outro supostamente morto por Savimbi, em 1982, por tornar-se demasiado influente no interior da UNITA. Entre outros membros do alto-escalão da UNITA, supostamente mortos por Savimbi, estão Valdemar Chidondo e Wilson dos Santos, cunhado de Tito Chingunji.

Depois de 1992, com a deserção de dois membros do alto-escalão, Miguel N’Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, revelar-se-iam esses assassinatos (Idem, Ibidem). De fato, como chama a atenção Guerra, em todas as composições de cúpula da UNITA, desde a sua fundação, o único membro permanente foi Savimbi, os outros ou desertaram, ou morreram, ou desapareceram. Tito Chingunji morreu por ter, supostamente, usado feitiçaria para tentar depor Savimbi (Guerra, 2002:185). Já em 1983, no que ficou conhecido como o “setembro vermelho”, treze ou quatorze pessoas, incluindo crianças, foram queimadas na Jamba acusadas de feitiçaria (Idem: 174). A família Chingunji foi queimada publicamente sob acusação de feitiçaria. As execuções eram levadas a cabo pela Força Especial de Segurança de Savimbi, comandada por seu sobrinho, ‘Cami’ Pena – a qual também eliminara dois padres, um por fazer alusões à situação familiar de Savimbi e o outro por contestar a qualidade de seus poemas (Ibidem: 189). Não é possível, claro, provar minúcias, mas certamente foram muitos mortos para não se render à evidência. Ao que parece, por trás das execuções pós-1992, Savimbi sempre atribuía a dissidência à conspiração internacional.

Mas se as execuções haviam começado muito antes, como então Savimbi reivindicava o caráter democrático do movimento? Dizia ele que as orientações do partido eram determinadas em congresso e que ali os debates seriam contraditórios, tomando vários dias, e que ele mesmo não disporia à vontade dos recursos do partido (SAVIMBI, 1997:170). Em outro momento, no entanto, declara que o reconhecimento de um chefe de estado com autoridade suprema é uma “tradição cultural das populações africanas” que deve ser respeitada.

De fato, fiéis a uma das primeiras leis das sociedades humanas, que quer que toda organização seja dirigida por um só chefe, os Estados africanos não se podem dar ao luxo, por esse tempo de crise, de se deixar paralisar por um bicefalismo conflituoso. (SAVIMBI, 1997:192).

Ademais, a autoridade pessoal centralizada seria um imperativo de guerra. Bridgland, que testemunhou o cotidiano de Savimbi, descreve como dividia escrupulosamente seus dias de modo a garantir a supervisão de todas as atividades da UNITA. Assim, ficava ao menos de três horas por dia emitindo memorandos e cartas no setor político. Embora delegando atividades de rotina, todas as operações prioritárias, como contra as ferrovias, ficavam a encargo de Savimbi. À tarde ouvia e julgava casos que lhe eram trazidos. À noite, de volta a sua cabana familiar, onde passava trinta minutos com a mulher e os filhos, conferia os relatórios das vinte e duas regiões militares (BRIDGLAND, 1986:285). Embora afirmasse seguidas vezes que a descentralização era um dos propósitos administrativos da UNITA, certamente esse projeto só referia-se àquelas

funções secundárias. Ao longo de toda sua vida política, Savimbi manteve-se firme no centro decisório e manteve aqueles com um mínimo de autonomia absolutamente sob suas vistas – especialmente quando, nos anos 1990, passa a culpar seus generais pelas derrotas militares e as crescentes deserções o deixavam cada vez mais paranoico.

Savimbi dizia que a UNITA não era um “bando de um homem só” e que, na sua ausência, o comandante-em-chefe Samuel Chiwale ou o secretário-geral Miguel N’Zau Pauna (que, como dito, viria a desertar e denunciar seus expurgos) assumiriam a luta (BREYTENBACH, 1980). Mas os cargos eram somente nominais. Todos sabiam (e o MPLA sabia) que, uma vez morto Savimbi, a UNITA soçobraria. E, aí, a paranoia de Savimbi com assassinato e traições afinava-se perfeitamente bem com sua megalomania de ‘guerreiro africano’, porque via a si como investido de poder pelo “Povo” – entidade pela qual estava obcecado. Disse: “Mas, eles se enganam pesadamente em querer reduzir a UNITA e a resistência do povo angolano a minha só e única pessoa. Se me fizerem desaparecer, milhares de angolanos estão lá para retomar a tocha.” (SAVIMBI, 1997:264). Naturalmente, ele não pôde estar lá para ver. Savimbi foi morto em 22 de fevereiro de 2002, uma sexta-feira, supostamente por membros da 5ª Brigada das FAPLA (forças armadas do MPLA) – embora se especule o envolvimento, jamais passível de prova, de mercenários sul-africanos e comandos israelenses na operação. Como havia prometido aos portugueses, mais de trinta anos antes, nunca fora capturado. O povo, incrédulo, pôde assistir por horas a fio as imagens de seu corpo crivado de balas pelas televisões do país. A guerra acabara.

### *O “Povo” e as “missões”*

A guerra deveria ser ganha em várias frentes para ser realmente ganha. Vencer a guerra quer, primeiro, por recursos internacionais – o que incluía cada vez mais a opinião pública vinculada às agências humanitárias, como a CARE e a CARITAS, que proviam a maior parte dos alimentos consumidos em Angola na pior fase da guerra após as eleições (MAIER, 2007:145), impulsionando indiretamente a roda do conflito, além do prestígio junto às figuras-chaves da ONU que conferiam aos partidos em oposição a prerrogativa do próprio beneplácito às resoluções e cessar-fogos acordados (mais um investimento em capital simbólico que endossava

a posição dos seus líderes e a legitimidade dos movimentos); quer ainda, em segundo lugar, por recursos minerais para financiamento da guerra, tais como diamantes e petróleo, existentes em locais específicos e estratégicos do território; ou ainda vencer a guerra por domínio territorial absoluto (por diversas vezes francamente sob vantagem da UNITA, encastelando o MPLA em Luanda – sua zona histórica de influência); tudo isso era ainda insuficiente para garantir a vitória final. Como se testemunhou, com a derrocada final da UNITA que culminou com o isolamento, perseguição e o assassinato de Savimbi, a despeito do que sua vantagem militar antes sugeria, a guerra deveria ser ganha, antes de tudo, no cultivo de corações e mentes das massas; na construção da plausibilidade de cada um dos movimentos como representantes de uma posição, cada vez mais ansiada e inadiável, de paz. Savimbi perdeu a guerra, de certo modo, porque continuou a guerra, elevando o ciclo de prestações e contraprestações violentas a mais uma instância, dessa vez com seus flancos expostos diante da falta de credibilidade política. E, se a derrota nas eleições não o derrubara imediatamente antes, essa nova instância aberta da guerra, que aparecera tão promissora em face da fraqueza militar do inimigo desmobilizado e da solidez da UNITA enquanto organização, mostrou-se insustentável em médio prazo por faltar, justamente esse terceiro pilar da plataforma. Queimara-se o último cartucho.

Como apreender as complexidades desse terceiro pilar, “popular? É bastante plausível afirmar que a UNITA de fato contou com o apoio da maior parte das pessoas em Angola, principalmente no interior, pelo menos até o início dos anos 1990. Mas que espécie de apoio era esse? Qual o nível de comprometimento das pessoas? Que matizes há entre as colorações partidárias? Savimbi, assim como suas contrapartes do MPLA, sabia o quão frágil era essa pedra de toque para todas as suas aspirações (coisa que, de certa forma, com o fim da guerra e de um concorrente ao poder, o MPLA pôde mais facilmente se desvencilhar – e daí uma dimensão bastante lamentável do desaparecimento de Savimbi). “A guerra ou a paz só se fazem com homens”, dizia Savimbi (VINÍCIUS; SALDANHA, 1977:101). E, de fato, a maior parte do conflito foi uma luta para arrebanhar pessoas. Como dito, as “vilas estratégicas” ou “aldeias comunais” não foram privilégio de nenhum dos lados na guerra. Num caso de guerra civil, com em Angola, no qual ambos os lados conclamavam uma união angolana contra um inimigo externo por décadas a fio, esse fenômeno atingiu seu paroxismo. Os camponeses eram mais valiosos do que fuzis e diamantes. Nas “vilas estratégicas” os camponeses, arrancados de suas terras tradicionais, poderiam supostamente cultivar os campos do entorno, mas a implantação de

minas nessas plantações para inviabilizá-las era prática corriqueira (MOORHOUSE; CHENG, 2005:246 e AFRICA WATCH, 1993). Um comandante da UNITA admite a Leon Dash que matava camponeses que forneciam alimento às tropas do MPLA (DASH, 1977). Sobas – autoridades tradicionais – que mudassem de lado quando uma determinada região trocasse de mãos sucessivas vezes (o que não era raro), sofriam severas retaliações de ambos os lados, o que era reconhecido até mesmo por observadores não neutros (BRIDGLAND, 1986:239). Milícias populares mal treinadas e recrutadas sob coação por ambos os partidos, quando sob ameaça do inimigo, compreensivelmente trocavam informações por garantia de vida. O limite entre traição, fidelidade e sobrevivência, aqui, virtualmente não existe. Um dos comandantes da UNITA, Cambinda (um dos onze que recebera instrução na China nos anos 1960), relata a Bridgland como não era de fato possível dizer quem eram os reais apoiadores de cada movimento em certas aldeias, pois estas recebiam instruções de ambos os movimentos de fingir simpatia pelo adversário e fornecer informações posteriormente (Idem: 323). O jogo duplo era inevitável. Os oficiais da UNITA sabiam que a maior parte dos angolanos não tinha qualquer comprometimento com a guerra e simplesmente se alinhariam ao lado vencedor e então diriam os slogans apropriados. Também é possível especular sobre o papel desempenhado pelos laços de parentesco na guerra civil, atuando como pontes de negociação entre as duas organizações. Não parece ter havido ódio pessoal, propriamente, entre soldados da UNITA e do MPLA, embora manifestações de violência atroz pudessem ser perpetradas quando em grupo. Savimbi mesmo se admirara quando, após o cessar fogo proporcionado por Bicesse os soldados interagiam espontaneamente:

Por isso mesmo, o que também mais me impressionou é o à-vontade com que polícias da UNITA, FAPLA, FALA, cooperavam. Riam-se. Portanto, porque isso é o que é o fundamento da paz. Eu estou confiante porque depois de algum tempo a animosidade que nos separa por causa dos partidos, por causa do MPLA, por causa da UNITA, vai diminuir muito e os angolanos vão se reencontrar e vão compreender que a paz não está no protocolo, a paz está nas mãos dos angolanos e nos seus corações.<sup>55</sup>

Maier também descreve como, durante esse cessar-fogo, guarnições de postos de vigilância nas estradas dos respectivos movimentos, se evitavam durante o dia, mas organizavam partidas de futebol à noite (MAIER, 2007). Mas, no campo, continuavam as execuções em massa de camponeses com o propósito de dissuadir a deserção de outros camponeses. As centenas de milhares de “deslocados” pelos repetidos esforços das forças do MPLA e da UNITA de desalojá-

---

<sup>55</sup> Trecho de comício televisionado em 1992. Amplamente difundido pela internet.

los das áreas controladas pelo inimigo e transplantá-los para as suas zonas – em um contexto em que o front movia-se conforme as ofensivas de cada um – eram um legado comum e duradouro da guerra. Savimbi refere-se jubilante ao afluxo de camponeses para as zonas de controle da UNITA, mas muito provavelmente as pessoas buscavam sobretudo um santuário onde pudessem plantar e colher suas lavouras antes que fossem queimadas (Testimonies from Displaced Person, 2002). O resultado óbvio, no entanto, para a maior parte daqueles pegos entre dois fogos e incapazes de cultivar lavouras, foi a fome severa. E aí, principalmente a partir da presença da missão da ONU para as eleições em Angola, as agências de auxílio humanitário tiveram um papel preponderante. Nos anos 1980, a principal agência a dar auxílio alimentar em Angola era a Cruz Vermelha. Savimbi concordara em proteger os seus agentes, desde que não fizessem propaganda de suas ações e, assim, atraíssem camponeses para fora da área de influência da UNITA (BRIDGLAND, 1986:393). Nos anos 1990, no entanto, seguindo-se à maior visibilidade midiática em Angola após as eleições, uma profusão de agências humanitárias como World Food Programme, Médecins Sans Frontières, USAid, CARE e CARITAS passou a alimentar parcelas crescentes – mas sempre insuficientes – da população faminta do interior. Como já dito, os movimentos também se beneficiaram desse fenômeno tanto para alimentar suas tropas como para, controlando os fluxos de distribuição, afirmarem-se como a autoridade reconhecida (MAIER, 2007:146 e ss.). Savimbi recusou-se, por exemplo, a se encontrar com representantes da Cruz Vermelha fora de Angola e disse que não tinha pressa, uma vez que era esta que queria distribuir seus depósitos de alimentos (BRIDGLAND, 1986:392). Talvez aqui, mais do que em qualquer momento, Savimbi perdeu a guerra. Dizia: “estávamos convencidos de que nosso povo estaria pronto a suportar os sacrifícios ainda maiores para salvar o país de uma nova colonização.” (SAVIMBI, 1997:89). Mas as pessoas queriam viver.

Ao voltar-se aos discursos, vê-se como não faltaram intérpretes e arautos do “Povo”. Desde jornalistas, trabalhadores e voluntários de agências humanitárias, missionários católicos e protestantes, altos-funcionários e boinas azuis da ONU (lutando para instalar a democracia), historiadores e acadêmicos (intérpretes das demandas credenciados institucionalmente), até os dirigentes da UNITA e do MPLA; todos estão vinculados a alguma “missão angolana” por meio desse elo perdido das demandas do “Povo”, entidade fantasmagórica – sob diferentes rótulos, adequados a cada posição –, a qual se apregoa ser necessário salvar, como primeiro impulso à ação. Entretanto, uma vez abolidas as demandas, parece haver um vácuo no próprio propósito de

seus agentes. As diversas “missões” em campo parecem depender contraditoriamente do seu não cumprimento, em última instância, como condição de subsistência dos seus suportes organizacionais dos quais dependiam cada um desses agentes. Tudo se passa como se, para cada um desses agentes, fosse necessário o estabelecimento plausível de uma versão da tensão social e correspondente missão que pusesse o aparato investido em movimento (uma espécie de capital de giro). Mas que, uma vez impulsionada a máquina, doravante em rotação por inércia, a reprodução de tal tensão se fizesse necessária como insumo mesmo – verdadeira tautologia da missão. Todos parecem depender da crença generalizada das urgências do “Povo”, cada um, por sua vez, crendo-se ou necessitando fazer-se crer o seu legítimo intérprete.

De forma interessante, a dimensão civil da guerra angolana coloca aquela crença compartilhada – no que Anderson (1991), de forma feliz, chamou “comunidades imaginadas” – em um nível talvez ainda mais abstrato do que aquele de “nacionalismo” ao qual o autor se refere. Isso porque, se de um lado vemos a própria formação discursiva de uma nação angolana monolítica (anterior à consolidação do estado, em disputa) como herança direta do colonialismo português e sua construção particular de “estado bifurcado” – para remeter ao elucidativo conceito de Mamdani (1996) –, assumida incontestavelmente tanto pelo MPLA quanto pela UNITA; de outro lado, a assunção desse imaginário requer a consolidação de uma noção unívoca de “Povo” que lhe dê suporte. Empreitada, essa, que vinha na esteira do próprio projeto colonial tardio de se pensar Angola como uma província de Portugal em igual estatuto, para justificar sua presença em tempos de descolonização – inclusive assumindo *de juri*, nos estertores da guerra colonial, quando sua posição política fraquejava, todos os angolanos como cidadãos portugueses (situação contrastante com a massa angolana anteriormente considerada “não-assimilada”).

Ironicamente, a guerra civil ajudou a disseminar a língua portuguesa pelo país – empreitada essa não concluída no período colonial. Tanto a UNITA como o MPLA, falavam da necessidade de se construir “uma Angola para todos os angolanos”. Mas isso é tão verdadeiro como construir “todos os angolanos” para “uma Angola”. E denota não só a necessidade de potencial humano para vencer o conflito – com suas mais diversas aplicações materiais e simbólicas –, como também o potencial do conflito de imprimir esse humano: o “Povo”, tanto enquanto capital simbólico, como enquanto mãos potencialmente recrutáveis às armas, às lavouras, às urnas e, talvez o mais importante, em última instância, aos discursos.



## GLOSSÁRIO

Batalhão Búfalo - Remanescentes da Revolta do Leste que se rebelaram contra o MPLA e depois desertaram para a FNLA, foram por fim absorvidos ao exército sul-africano tendo recebido novo treinamento sob oficiais brancos.

Camanga - Tráfico internacional ilegal de diamantes.

Candongas - Mercado negro interno em Angola.

Catanguenses - Zairenses provenientes da província de Katanga utilizados como mercenários pelas tropas portuguesas e depois incorporados às forças do MPLA.

CCPM - Comissão Conjunta Político-Militar. Organização composta entre os movimentos e observadores internacionais para o desarmamento e desmilitarização antes e durante as eleições de 1992.

Chana - Mata, selva.

FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, movimento independentista da região de Cabinda, militarmente fraco, mas hostil aos demais movimentos.

Flechas - Tropas coloniais de contra-insurreição do exército português compostas sobretudo por Ovimbundus.

Fitinhas - Como ficaram conhecidas as milícias do 'Poder Popular' organizadas em Luanda, principalmente nas lutas pela capital que se seguiram ao malogro das eleições de 1992.

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola, liderada por Holden Roberto.

GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio. Proclamado e liderado por Holden Roberto, da FNLA, a partir de Kinshasa (Zaire).

Jamba - Base permanente da UNITA localizada próximo às fronteiras da Namíbia e da Zâmbia.

Kwashas - Partidários da UNITA.

MFA - Movimento das Forças Armadas. Movimento esquerdista no exército português, encabeçado sobretudo por jovens oficiais, intimamente envolvido com a Revolução dos Cravos e as transformações que se seguiram no regime.

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola, liderado primeiro por Agostinho Neto e depois por José Eduardo dos Santos.

Musseques – Análogos a favelas localizados no coração de Luanda.

Ninjas - como ficaram conhecidos os membros da 'polícia antimotim', do MPLA, que haviam supostamente sido treinadas pelo governo espanhol e, segundo a UNITA, manipularam as eleições nas províncias mais remotas.

OUA - Organização da União Africana.

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte. Coalizão de países ocidentais durante a Guerra Fria em oposição à URSS e seus aliados.

PIDE/DGS - Polícia de estado portuguesa votada ao combate contra a 'subversão'.

UNITA - União Nacional pela Independência Total de Angola, liderada por Jonas Savimbi.

UPA - União das Populações de Angola, antecessora da FNLA.

UPNA - União das Populações do Norte de Angola, antecessora da UPA.

SADF - South Africa Defence Forces, forças armadas sul-africanas.

Soba - Chefe tradicional angolano, assim genericamente reconhecido pelas autoridades coloniais portuguesas.





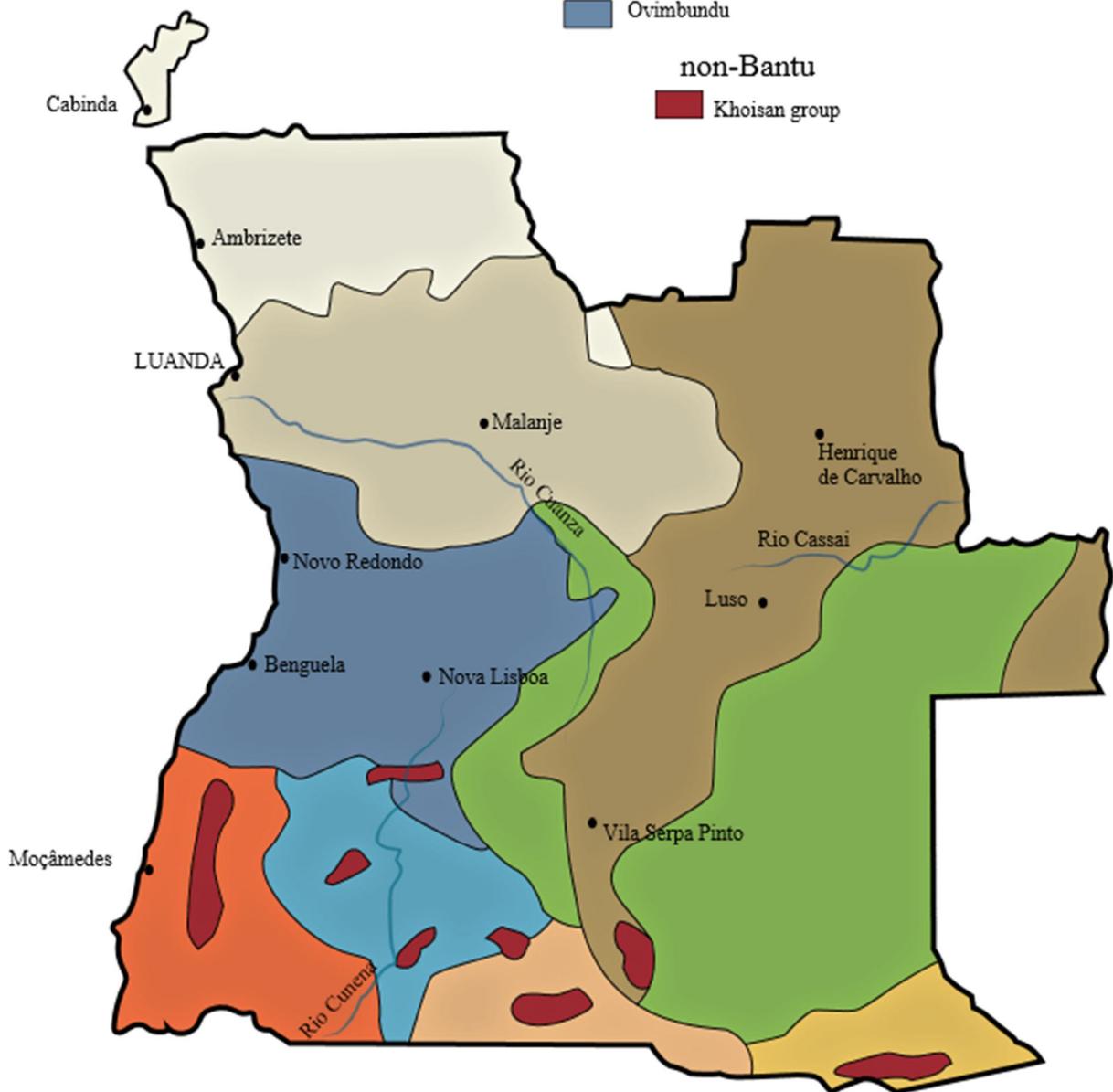
# Tribes

## Bantu

	Ambo		Haneca-Humbe
	Herero		Kongo
	Xindonga		Kimbundu
	Ganguela		Chokwe
	Ovimbundu		

## non-Bantu

	Khoisan group
---	---------------





## REFERÊNCIAS

- AFRICA WATCH. *Land Mines in Angola*. New York : Human Rights Watch, c1993.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso, 1991.
- Angolan People by Political Party: Members of UNITA, Members of the MPLA*, Jonas Savimbi, Paulo Kassoma, Fernando da Piedade dos Santos. Memphis: Books LLC, 2010.
- ANGROSINO, Michael. "The Use of Autobiography as "Life History": The Case of Albert Gomes". In: *Ethos*. Vol. 4, No 2 (Summer, 1976), pp. 133-154.
- ANSTEE, Margaret J. *Orphan of the Cold War*. New York: St. Martin's Press, 1996.
- ANTÓNIO AFRICANO, Manuel. *L'UNITA et la 2e guerre civile angolaise*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- BARNETT, Don & HARVEY, Roy. *The Revolution in Angola: MPLA, Life Histories and Documents*. New York: The Bobbs-Merrill Company, 1972.
- BARNETT, Don. *With the Guerrillas in Angola*. Liberation Support Movement, 1972.
- BENDER, Gerald. *Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality*. Berkeley: Univ. of California Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. "Angola, the Cubans, and American Anxieties". In: *Foreign Policy*, No. 31 (Summer 1978), pp. 3-30.
- BITTENCOURT, Marcelo. "A história contemporânea de Angola: seus achados e sua armadilhas". In: *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*. Actas do II Seminário Internacional sobre a história de Angola (4 a 9 de agosto de 1997). Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. Pp. 161-185.
- \_\_\_\_\_. "Memórias da guerrilha: a disputa de um valioso capital". In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. No. 2, junho de 1999, Rio de Janeiro, pp. 91-110.
- BLOOMFIELD, Richard J. (Ed.). *Regional Conflict and U.S. Policy: Angola and Mozambique*. Algonac: Reference Publications, 1988.
- BREYTENBACH, Cloete. *Savimbi's Angola*. Aylesbury, Buckinghamshire: H. Timmins, c1980.
- BREYTENBACH, Jan. *Forged in Battle*. Cape Town : Saayman & Weber, c1986.
- BRIDGLAND, Fred. *Jonas Savimbi: A Key to Africa*. Edinburgh: Hodder & Stoughton General Division, 1986.
- BRINKMAN, Inge. *A War for People: Civilians, Mobility, and Legitimacy in South-East Angola During MPLA's War for Independence*. Köln: Koppe, 2005.
- BURCHETT, Wilfred; ROEBUCK, Derek. *Prostitutas de guerra, mercenários de hoje*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- BUREAU POLÍTICO DO MPLA. *Angola: a tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 77*. Luanda: Edições Avante, 1977.
- CASCUDO, Fernando Luís da Câmara. *Angola: a guerra dos traídos*. Rio de Janeiro: Bloch, 1979.

- CASTRO, Fidel. *Angola: African Girón*. Editorial de Ciencias Sociales, 1976.
- CASTRO, Fidel e EDUARDO DOS SANTOS. *Victoria del internacionalismo cubano*. La Habana : Editora Política, 2005.
- CHILCOTE, Ronald H.. *Emerging Nationalism in Portuguese Africa: Documents*. Stanford: Hoover University Press, 1972.
- Council of Foreign Relations. *Toward an Angola Strategy: Prioritizing U.S.-Angola Relations*. New York: Council on Foreign Relations/Foreign Affairs, c2007.
- CRAPANZANO, Vincent. "Review: Life-Histories". In: *American Anthropologists. New Series*, Vol. 86, No. 4 (Dec., 1984), pp. 953-960.
- CROCKER, Chester. *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood*. New York: Jonathan Ball, 1992.
- CUNHA, Luz et al. *A vitória traída*. Lisboa: Intervenção, 1977.
- DASH, Leon. "A Long March in Angola", in: *Washington Post*, August 7-13, 1977.
- DAVIDSON, Basil. *In the Eye of the Storm: Angola's People*. Garden City: Anchor Books, 1973.
- DIXON; MOCKLER. *Hostage*. Alberton: Galago & Columbus Books, 1986.
- DULLEY, Iracema. *Deus é feiticeiro*. São Paulo: Annablume, 2011.
- EDUARDO DOS SANTOS, José. *A Situação na África Austral*. Luanda: U.E.E., 1984.
- \_\_\_\_\_. *Discursos do camarada presidente José Eduardo dos Santos*. Luanda: Departamento de Informação e Propaganda do Comité Central, 1982a.
- \_\_\_\_\_. *Discursos do camarada presidente José Eduardo dos Santos*. MPLA, Departamento de Informação e Propaganda do Comité Central, 1982b.
- \_\_\_\_\_. *Discurso do camarada presidente José Eduardo dos Santos*. MPLA, Departamento de Informação e Propaganda do Comité Central, 1982c.
- \_\_\_\_\_. *Discurso proferido pelo camarada presidente José Eduardo dos Santos na cerimónia de abertura do 1o congresso*. U.E.E., [1983].
- \_\_\_\_\_. "Zé Eduardo: por uma África Livre (entrevista)". In: *Cadernos do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro. Ano III, Nº 25, julho de 1980, pp. 6-11.
- ERIKSEN, Thomas H. *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*. New York: Pluto Press, 2010 [1994].
- FORTUNATO, José (ed.), *Angola, documentos do MPLA*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.
- FRANCISCO "Michel", Miguel. *Nuvem negra: o drama do 27 de maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora, 2007.
- GEFFRAY, G., *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile*, Paris, CREU, 1990.
- GOMES, Carlos M.; FARINHA, Fernando. *Guerra Colonial: um repórter em Angola*. Lisboa: Notícias, 2001.

GONZÁLES SARRÍA, Eduardo. *Angola: Relatos desde las Alturas*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003.

GUERRA, João Paulo. *Savimbi: vida e morte*. Lisboa: Bertrand, 2002.

GUIMARÃES, Fernando A., *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*, New York, St. Martin's Press, 2001.

HEIMER, Franz-Wilhelm. *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976: ensaio de sociologia política*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

HEITMAN. *War in Angola: The Final South African Phase*. Gibraltar: Ashanti, 1990.

Human Rights Watch. *Angola, Arms Trade and Violations of the Laws of War Since the 1992 Elections*. New York: Human Rights Watch, c1994.

L Aidley, Fernando. *Guerra e paz no norte de Angola*. Lisboa: Publicações Luipu, 1997.

L Aidley, Fernando. *Missões de guerra e de paz*. Lisboa: Tapete Mágico, 1964.

LARA, Lúcio. "Do MPLA ao Partido do Trabalho, a luta continua." In: *Cadernos do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro. Ano III, Nº 25, julho de 1980, pp. 13-22.

\_\_\_\_\_. *Um amplo movimento...: itinerário do MPLA através de documentos e anotações*. Luanda: FINAME, 1997.

LEACH, Edmund. 1959. *Political Systems of Highland Burma*. Oxford: Berg, 2004.

LE BILLON, Philippe. "A Land Cursed by Its Wealth: Angola's War Economy 1975-99". In: *Research in Progress*, 23. The United Nations University, World Institute for Development Economics Research, October 1999.

LEGUM; HODGES. *After Angola: The War Over Southern Africa*. New York: Africana Publishing Company, 1976.

LEOGRANDE, William M. *Cuba's Policy in Africa, 1959-1980*. Berkeley: Institute of International Studies, 1980.

MAIER, Karl, *Angola: Promises and Lies*. London: Serif, 2007.

MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Colonialism*. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Saviors and Survivors: Darfur, Politics, and the War on Terror*. Nova York: Doubleday, 2009.

MARCUM, John. *Angolan Revolution: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*, v.1, Cambridge, M.I.T. Press, 1969.

\_\_\_\_\_. *The Angolan Revolution: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, v. 2. Cambridge: M.I.T. Press [1969-78].

MARQUÉZ, Gabriel García; RISQUET, Jorge; CASTRO, Fidel . *Angola and Namibia, Changing the History of Africa*. Melbourne: Ocean Press, 1989.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola: o 27 de maio de 1977*. Alfragide: Texto, 2009.

*Men at War: Angola's Liberation Leaders*. Alicia Patterson Foundation, December 12, 1975.

MESSIANT, Christine. « Angola : une "victoire" sans fin ? : Une "petite guerre" dans "l'endroit le plus excitant au monde" ». In: *Politique Africaine: l'Angola dans la guerre*. Paris: Karthala, nº 81. 2001. pp. 144-63.

Ministério da Administração do Território. *1º Encontro sobre a autoridade tradicional em Angola*. Luanda: Editorial Nzila, 2003.

MINTER, William. *Operation Timber: Pages from the Savimbi Dossier*. Trenton: Africa World Press, 1988.

MOCKLER, Anthony. *The New Mercenaries*. New York: Paragon House, 1987.

MONJE. *Alliance Politics in Escalating Conflict, The Soviet Union and Cuba in Angola, 1974-1991*. New York: Columbia University, 1995.

MOORHOUSE, Karin; CHENG, Wei. *No One Can Stop the Rain: A Chronicle of Two Foreign Aind Workers during the Angolan Civil War*. Toronto: Insomniac Press, 2005.

MPLA. *Livro branco das agressões do regime racista da África do Sul contra a República Popular de Angola*. Luanda: Ministério das Relações Exteriores, 1986.

PEACOCK, James & HOLLAND, Dorothy. "The Narrated Self: Life Stories in Process". In: *Ethos*. Vol. 21, No. 4 (Dec., 1993), pp. 367-383.

PÉLISSIER, René. *Historia das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*, v. 1. Lisboa: Estampa, 1986.

PÉLISSIER, René. *Le Naufrage des caravelles: études sur la fin de l'empire Portugais (1961-1975)*. Orgeval: Péliissier, 1979.

PORTUGAL, ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Resenha histórico-militar das campanhas de África: aspectos da atividade operacional, Angola*. Lisboa: E.M.E., 1988.

RADU. *The Foreign Policy of the African People's Republics, Angola, Mozambique, Congo and Benin, 1975-1981*, v. I. New York: Columbia University, 1992.

RAPOPORT. "Prefácio". In: CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RIBEIRO, Orlando. *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981.

SALES, Bill. *Southern Africa/Black America: same struggle/same fight*. Black Liberation, 1977.

SAVIMBI, Jonas. *Combats pour l'Afrique et la démocratie: Entretiens avec Atsutsé Kokouvi Agbobli*. Lausanne: Favre, 1997.

\_\_\_\_\_. *Por um futuro melhor*. Lisboa: Nova Nórdica, 1986.

SCHOOR, M. "O pano de fundo do acordo entre Angola, Cuba e África do Sul assinado em Nova York, em 22 de dezembro de 1988". In: *Africana*. Porto. N. 4, mar. 1989, p. 173-195.

SCHLEE, Günter (Ed.), *How Enemies are Made: Towards a Theory of Ethnic and Religious Conflict*. Oxford: Berghahn Books, 2008.

SOUSA, Valdemiro de. *Angola: a guerra e o crime*. Lisboa: Editorial Formação, 1976.

STEENKAMP. *Borderstrike, South Africa into Angola*. Durban; Woburn: Butterworths, 1983.

STOCKWELL, John. *Search of Enemies: A CIA Story*. New York: W. W. Norton, 1978.

Testimonies from Displaced Person, 2000 and 2001. *The War is Over: The Crisis of Angola's Internally Displaced Continues*. 2002.

UPA. *The Struggle for the Independence of Angola*. [Kinshasa?]: U.P.A., 1960.

VINICIUS, Marco; SALDANHA, Maria João. *Jonas Savimbi: um desafio à ditadura comunista em Angola*. [S.l.]: Armasilde, 1977.

VIRMANI (Ed.). *Angola and the Superpowers*. Delhi: Dept. of African Studies, University of Delhi, 1989.

VIVO, Raul Valdes. *Angola: fim do mito dos mercenários*. Lisboa: África, 1976.

WOLFERS; BERGEROL. *Angola in the Front Line*. London: Zed Press, 1983.